## SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.534.805/0001-64 - NIRE 35300324862

**EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Spread Participações S.A.*", conforme aditado ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.,** sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, em fase operacional, inscrita no CNPJ sob o nº 07.534.805/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300324862 ("Emissora"), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35229235874, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), a **SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 52.845.203/0001-82, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423 911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35201383998 ("Spread Teleinformática"), a **SPREAD SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 19.138.940/0001-70, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35226202380 ("Spread Sistemas"); e **CASSIUS RICARDO FOGAGNOLO BUDA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.267.738-9, inscrito no CPF sob o nº 213.487.808-86, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, estado de São Paulo, na Rua Iguapé, nº 416, Marambaia, CEP 13280-000 ("Cassius" e, em conjunto com a Spread Teleinformática e a Spread Sistemas, os "Fiadores"), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), convocados a participar da assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, **em primeira convocação**, no dia 01 de abril de 2026, às 10:00 horas, a ser realizada de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams*", com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Emissora, nos termos do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), a fim de apreciarem e deliberarem acerca das seguintes matérias: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado, decorrentes do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto no item "iii" da Cláusula 7.1. da Escritura de Emissão, ocasionado pelo inadimplemento pela Emissora de obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo inadimplemento, qual seja, o não pagamento das parcelas de Juros Remuneratórios e do o saldo do Valor Nominal Unitário, previstas para o 23/03/2026, conforme previsto no Anexo II da Escritura de Emissão ("PMT 23/03/2026"); **(ii)** caso aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a incorporação, na data da presente assembleia, da PMT 23/03/2026 e dos respectivos Encargos Moratórios, conforme previstos na Cláusula 5.17. da Escritura de Emissão, ao saldo devedor das Debêntures; e **(iii)** a concessão de anuência prévia *(waiver)* para: **(a)** utilização dos recursos retidos na Conta Vinculada, conforme identificada no *"Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças"* ("Contrato de Cessão Fiduciária"), no montante mínimo de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), decorrentes de retenções referentes à diferença entre o fluxo mensal de recebíveis e o montante mínimo correspondente a 150% da parcela de amortização e dos juros remuneratórios devidos em cada data de apuração, para realização da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios ("Amortização Recursos Conta Vinculada"), devendo a Amortização Recursos Conta Vinculada ser realizada em até 5 (cinco) dias contados da presente assembleia; **1 Local: 1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de **forma exclusivamente digital e remota,** por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **2 Informações Gerais: 2.1** Observado o disposto na forma do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, à Emissora, nos e-mails isabel.matosinhos@spread.com.br e cristiane.jesus@spread.com.br, e ao Agente Fiduciário, nos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br, gvi@vortx.com.br cópia dos seguintes documentos de habilitação: **(i)** documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e **(ii)** caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de Debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: **(i)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **(ii)** documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e **(iii)** procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. **2.2** A Emissora disponibilizará plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas. **2.3** O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). **2.4** Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por Debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com a Emissora pelos e-mails isabel.matosinhos@spread.com.br e cristiane.jesus@spread.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. **2.5** A Emissora recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do debenturista, entre outros). **2.6** Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **2.7** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.8** Este Edital se encontra disponível nas páginas do Agente Fiduciário (https://vortx.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (http://www.cvm.gov.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 24 de março de 2026. **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**

## Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/ME n° 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

**Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Convocamos os senhores acionistas da **Grupo SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 24 de abril 2026, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(iii)** a aprovação da remuneração global da administração da Companhia para 2026; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo o aumento de capital que foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais: (I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; **(c)** relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(d)** relatório anual resumido do comitê de auditoria. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 28 da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do depositário central, do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, pelo sistema eletrônico da Plataforma, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, conforme orientações constantes no Manual, devendo tais Boletins serem recebidos até 20 de abril de 2026 (inclusive), conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 22 de abril de 2026 (inclusive), devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://assembleia.ten.com.br/463464350, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 22 de abril de 2026) não poderão participar da AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, o acionista deverá acessar a Plataforma por meio do link https://assembleia.ten.com.br/463464350 com o login e a senha utilizados no credenciamento, sendo que somente poderão participar da AGOE os acionistas que tiverem apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O usuário e senha são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do acionista. Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais: III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 22 de abril de 2026 (inclusive): **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante a possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. **III.4.** A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual instalação do Conselho Fiscal é de 2%, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. **III.5.** A Companhia esclarece que entende adequado realizar a presente AGOE de maneira exclusivamente digital, de forma a promover a participação de seus acionistas residentes em locais que não a sede própria da Companhia, sendo referida prática consistente com a postura adotada pela Companhia nas assembleias realizadas nos últimos anos. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: ri@gruposbf.com.br.

São Paulo, 24 de março de 2026

**Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração

**PRN Concessões e Participações Ltda.**

CNPJ/MF nº 00.358.042/0001-07 - NIRE nº 35.234.695.292 - Sociedade Empresária Limitada

**Aviso ao Sócio**

Comunicamos ao Sócio da **PRN Concessões e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8.501, 5º andar, sala 1, parte, Pinheiros, CEP: 05.425-070, São Paulo/SP, os documentos relativos às contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 24 de março de 2026.

**Guilherme Motta Gomes -** Diretor-Presidente, **Josiane Carvalho de Almeida -** Diretora

## Vertiz Holding S.A.

CNPJ/MF nº 62.330.590/0001-78 - NIRE 35.300.679.695

**Aviso aos Acionistas**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Vertiz Holding S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 30, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.

**Rubens Ometto Silveira Mello -** Diretor Presidente

## CIA. AGRICOLA FORTI

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

**CONVOCAÇÃO**

São convocados os Senhores Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25/04/2026, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença da maioria simples dos acionistas ou as 9:30 em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari-SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2025; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 23/03/2026. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (24,25,26)

## MK Solutions Tecnologia S.A.

CNPJ 30.420.144/0001-68 - NIRE 43.3.0007992-9

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam todos(as) os(as) acionistas da **MK Solutions Tecnologia S.A.**, localizada na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Daniel Caspary, nº 85, Higienópolis, CEP 96.825-050 ("Companhia"), na plenitude de seus direitos, convocados(as) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma virtual através do link https://us02web.zoom.us/j/82618895749?pwd=5mRIyQwf4BkA0tXK9hSDAIDTlehj2V.1, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76, no dia 01 de abril de 2026 às 10h00, com a seguinte ordem do dia: (i) ratificação de adiantamentos de lucros já distribuídos; (ii) distribuição de lucros intermediários da Companhia apurados em 31 de dezembro de 2025; e (iii) outras matérias de interesse da Companhia. Acham-se à disposição dos(as) acionistas, na sede da Companhia, os documentos do artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/76. Ainda, informa a administração que, haja vista a mudança da sede da Companhia, as publicações de convocações para Assembleias da Companhia deixarão de ser feitas no Jornal O Dia SP e passarão a ser feitas no Jornal do Comércio (RS), o que será ratificado na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **Mara Gisele Gonçalves Scarpini -** Diretora; **Telcio Eluí Cardoso** - Diretor.

## Apsen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - JUCESP NIRE 35.300.159.632

**Edital de Convocação**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **APSEN FARMACÊUTICA S/A**, ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 28 de abril de 2026, às 14:00, em primeira convocação, com tolerância de 15 minutos para instalação, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de **Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(c)** reajustar a remuneração global anual dos membros da Diretoria; e em sede de **Assembleia Geral Extraordinária: (d)** deliberar sobre o pagamento, aos acionistas, de juros sobre capital próprio, relativo ao exercício social em curso, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026. **AVISOS**: **1.** A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. **2.** A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. **3.** Todos os documentos, inclusive os previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, necessários para a aprovação dos itens da ordem do dia estão à disposição no portal dos acionistas e fisicamente na sede social da Companhia. **4.** A lista de presença bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente.

São Paulo/SP, 25 de março de 2026

**RENATO SPALLICCI -**Diretor Presidente

## CLÍNICA MÉDICA DE NEFROLOGIA JARDINS S.A.

CNPJ/ME nº 45.216.552/0001-70 - NIRE: 35.30059356-1

**Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Realizada em 15 de Março de 2025**

**Data, Hora, Local:** aos 15 de março de de 2025, às 10h00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Colômbia nº 157, Jardim América, CEP 01.438-000, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **Presença:** A totalidade dos Acionistas da Companhia, conforme assinaturas apostas na anexa lista de presença. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficando, portanto, regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Presidente: Sr. Fernando Takashi Nakagawa. Secretária: Sra. Cynthia de Moura Borges. **Ordem do Dia:** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária, passando a informar que, como já era de conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade a **eleição do Diretor Presidente da Companhia. Deliberações tomadas por unanimidade:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos dos acionistas fundadores e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **1. Rito Sumário:** Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário das deliberações. Reeleito por unanimidade dos Acionistas o Sr. **Fernando Takashi Nakagawa**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, médico, com inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo sob nº 115.524, portador da CNH nº 00842017967 – DETRAN/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 293.556.898-29, Residente e domiciliado na Rua Dona Maria Pera, 169, Bloco 1 Apto 63, Bairro São Judas, CEP: 04.303-140, São Paulo/SP, como **Diretor Presidente, para o mandato de 3 (três) anos**, contado a partir da presente data, sendo permitida sua reeleição. **2. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia Geral Extraordinária declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da qual se lavrou a presente ATA, que após lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **3. Assinaturas:** Sr. Fernando Takashi Nakagawa, Presidente da Mesa; Sr. Cynthia de Moura Borges, Secretária da Mesa. Acionistas: (i) Fernando Takashi Nakagawa; e (ii) Sra. Cynthia de Moura Borges; Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 15 de março de 2025. **Assinaturas: Mesa: Fernando Takashi Nakagawa -** Presidente; **Cynthia de Moura Borges -** Secretária. **Acionistas: Fernando Takashi Nakagawa -** Acionista; **Cynthia de Moura Borges -** Acionista. JUCESP nº 1.121.483/26-4 em 03/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## J. PILON S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ n° 47.254.396/0001-67

**Retificação**

Na publicação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, inserido neste jornal nas páginas 23 e 24 e na edição digital nas páginas 19 e 20 do dia 26/02/2026, houve incorreção na Demontraçõesde Fluxos de Caixa.

**Onde-se lê:**

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| (Redução) Aumento de Contas a Pagar e Impostos a Recolher | (6.821) | 28.206 |
| **(=) Caixa líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais** | **21.708** | **76.888** |
| **Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **(4.827)** | **57.391** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 132.293 | 137.120 |
| **Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(4.827)** | **57.391** |

**Leia-se:**

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| (Redução) Aumento de Contas a Pagar e Impostos a Recolher | (6.766) | 28.206 |
| **(=) Caixa líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais** | **21.763** | **76.888** |
| **Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **(4.772)** | **57.39** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 132.348 | 137.120 |
| **Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(4.772)** | **57.391** |

## RENAL PLUS S.A.

CNPJ/MF nº 55.823.847/0001-68 - NIRE: 35300642023

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)**

**REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 2026**

**1. Data, Hora, Local** – Realizada no décimo (10º) dia do mês de janeiro de dois mil e vinte seis (2026), às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1350, Agua Branca, São Paulo/SP., CEP 05.001-100. **2. Presença** – Acionistas representando a totalidade (100%) do capital da Companhia, conforme assinaturas apostas no livro próprio. **3. Convocação** - Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficando, portanto, regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **4. Mesa** – Presidida pela **Dra. Erica Pires da Rocha** e secretariada pela **Sra. Luise Vieira de Carvalho. 5. Deliberações Assembleia Geral Ordinária** – O Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Ordinária, passando a informar que, como já era do conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade a prestação de contas do exercício 2025, sendo aprovado por unanimidade pelos acionistas, sem mais a declarar o Sr. Presidente deu por encerrado a Assembleia Gerar Ordinária. **6. Deliberações Assembleia Geral Extraordinária** – O Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária, passando a informar que, como já era de conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade **(i)** A eleição do Diretor da Companhia. **Parágrafo único:** Após as Deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, o que segue: **(i)** Aprovado por unanimidade dos Acionistas a reeleição da **Dra. Erica Pires da Rocha**, brasileira, solteira, Médica, RG no 34627019 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob no. 313.901.848-70, Residente e domiciliado na Avenida Itacira, nº 2535, Apto 81, Planalto Paulista, São Paulo/SP, CEP 04.061-003, como **Diretora**, para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará quando forem aprovadas as contas do exercício a se encerrar em **31 de dezembro de 2026. 7. Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, do qual se lavrou a presente ATA, que após lida e achada conforme, foi por todos assinada. Confere com a Original em Livro Próprio. São Paulo/SP, 10 de Janeiro de 2026. **Erica Pires da Rocha -** Presidente da Mesa; **Erica Pires da Rocha -** Diretora (Eleita); **Luise Vieira de Carvalho -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 1.071.505/26-9 em 06/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Aguassanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

**Aviso aos Acionistas**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 08, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.

**Rubens Ometto Silveira Mello -** Diretor Presidente

## CIBRAMACO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 08.422.813/0001-81 - JUCESP.NIRE 35.300.336.127

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** 30 de setembro de 2025, às 12:00 horas, na sede social situada na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, Sala 01, Bairro Santa Catarina, CEP 13510-204, Santa Gertrudes, SP. **2. CONVOCAÇÃO:** Sanada a falta de publicação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **3. PRESENÇA/QUORUM:** Acionistas e Usufrutuária representando a totalidade do capital social, conforme assinatura no Livro de Presenças de Acionistas, e empresa avaliadora especializada, devidamente representada, para os fins do §1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76. **4. MESA:** MARIA ESTHER PARALUPPI RODRIGUES – Presidente; DJALMA APARECIDO DE LIMA – Secretário. **5. ORDEM DO DIA: (i)** integralização do capital social da Companhia e aprovação do laudo de avaliação para integralização de ações subscritas; **(ii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** outros assuntos de interesse da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Colocadas as matérias em exame, discussão e posterior votação, foram expressa e unanimemente aprovadas, sem restrições ou ressalvas, as deliberações abaixo: **(i)** Considerando que o capital social no valor de R$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) se encontra parcialmente pendente de integralização, foi aprovada a sua integralização no valor R$ 164.787.677,00 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais), da seguinte forma: **(i.i)** R$ 33.107.573,00 mediante a capitalização de lucros acumulados da Companhia, de forma proporcional à participação societária detida pelos acionistas,

## Fazenda Santa Cecilia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | R$ | R$ |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 703,35 | 805,92 |
| Estoques | 1.044.786,80 | 1.044.786,80 |
| **Total do circulante** | **1.045.490,15** | **1.045.592,72** |
| **Total do Ativo** | **1.045.490,15** | **1.045.592,72** |

| Passivo | R $ | R $ |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| Contas a pagar | 1.366,50 | 1.270,50 |
| Tributos a recolher | 0,50 | 0,19 |
| **Total do circulante** | **1.367,00** | **1.270,69** |
| **Não Circulante** | | |
| Empréstimos Nacionais | 150.026,21 | 135.913,88 |
| **Total do Passivo não circulante** | **150.026,21** | **135.913,88** |
| **Patrimônio Líquido** | | |
| Capital social | 1.044.788,00 | 1.044.788,00 |
| (-) Prejuízos Acumulados | (136.379,85) | (115.209,26) |
| (-) Prejuízo do Exercício | (14.311,21) | (21.170,59) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **894.096,94** | **908.408,15** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **1.045.490,15** | **1.045.592,72** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| Mutações | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31.12.2024** | **1.044.788,00** | **(136.379,85)** | **908.408,15** |
| Lucro (prejuízo) do exercício | - | (14.311,21) | (14.311,21) |
| **Saldos em 31.12.2025** | **1.044.788,00** | **(150.691,06)** | **894.096,94** |

**Demonstração do Resultado**

| | R $ | R $ |
|---|---|---|
| | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| **Receita líquida** | 0,00 | 0,00 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados | 0,00 | 0,00 |
| **Lucro bruto** | **0,00** | **0,00** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas | (12.209,35) | (19.354,02) |
| | **(12.209,35)** | **(19.354,02)** |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro** | **(12.209,35)** | **(19.354,02)** |
| **Resultado financeiro líquido** | | |
| Despesas financeiras | (2.103,91) | (1.817,80) |
| Receitas financeiras | 2,87 | 1,54 |
| | **(2.101,04)** | **(1.816,26)** |
| **Resultado antes do IR e CS** | **(14.310,39)** | **(21.170,28)** |
| IR e CS correntes | (0,82) | (0,31) |
| **Lucro (prejuízo) líq. do exercício** | **(14.311,21)** | **(21.170,59)** |

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

| | R$ | R$ |
|---|---|---|
| | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| **1- Atividades Operacionais** | | |
| **Lucro (prejuízo) líq. do exercício** | **(14.311,21)** | **(21.170,59)** |
| **Prejuízo líq. do exercício ajustado** | **(14.311,21)** | **(21.170,59)** |
| **Variações nos Ativos e Passivos Circulantes** | | |
| (Aumento) redução em Impostos a recuperar | 0,00 | 136,59 |
| Aumento (redução) em Contas a pagar | 96,00 | 70,50 |
| Aumento (redução) em Tributos a recolher | 0,00 | 0,05 |
| Aumento (redução) em IRPJ e CSLL a recolher | 0,31 | 0,12 |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais** | **(14.214,90)** | **(20.963,33)** |
| **2. Atividades de Investimentos** | | |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos** | **0,00** | **0,00** |
| **3- Atividades de Financiamentos** | | |
| Empréstimos (devolução) dos acionistas | 14.112,33 | 21.146,80 |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos** | **14.112,33** | **21.146,80** |
| **Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **(102,57)** | **183,47** |
| **Saldo inicial das disponibilidades** | **805,92** | **622,45** |
| **Saldo final das disponibilidades** | **703,35** | **805,92** |
| **Variação do caixa e equivalentes** | **(102,57)** | **183,47** |

**Notas Explicativas**

A FAZENDA SANTA CECILIA PARTICIPAÇÕES S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 - KM 96, Sala A Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.385.018/0001-99, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2025: **Nota 1 - Contexto Operacional:** A FAZENDA SANTA CECILIA PARTICIPAÇÕES S.A., tem como objeto social: i. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (*holding* não financeira). **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. **Nota 3 - Sumária das Práticas Contábeis:** Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **a-) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante -** Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. **b-) Caixa e equivalentes de caixa -** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). **c-) Estoques –** Estão classificados os seguintes imóveis: **c-1)** Pelo valor de R$ 1.019.915,42 (um milhão, dezenove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos) a nua propriedade de 1/3 do imóvel matriculado sob nº 6.198 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecilia; **c-2)** Pelo valor de R$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Sitio Santo Antônio. (Vide nota explicativa nº 6). **d-) Contas a pagar -** Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 7). **e-) Obrigações tributárias -** Classificam-se os impostos incidentes sobre a receita financeira da Entidade, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, PIS e COFINS. (Vide nota explicativa nº 8) **f-) IRPJ e CSLL** – O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O Imposto de Renda é computado sobre a base de cálculo do lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% quando a base exceder R$ 60 mil no trimestre, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo do lucro tributável. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL são calculados pela presunção de 32% sobre as receitas provenientes da prestação de serviços e 100% sobre as receitas financeiras, as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. (Vide nota explicativa nº 9). **g-) Empréstimos nacionais a longo prazo –** Valores devido aos acionistas e diretores (pessoas físicas) referente empréstimos efetuados para auxílio às atividades normais da Companhia. (Vide nota explicativa nº 10). **h-) Variação cambial (tributação) -** A variação cambial neste exercício vem sendo tributada pelo regime de Caixa. **Nota 4 - Forma de Tributação -** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo Lucro Presumido, com apuração das receitas pelo Regime de Caixa.

**Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Caixa Geral | 1,20 | 1,20 |
| Banco Bradesco | 702,15 | 804,72 |
| **Total** | **703,35** | **805,92** |

**Nota 6 – Estoques:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Fazenda Santa Cecilia | 1.019.915,42 | 1.019.915,42 |
| Sitio Santo Antônio | 24.871,38 | 24.871,38 |
| **Total** | **1.044.786,80** | **1.044.786,80** |

**Nota 7 – Contas a pagar:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Outras Contas a Pagar | 1.366,50 | 1.270,50 |
| **Total** | **1.366,50** | **1.270,50** |

**Nota 8 - Obrigações tributárias:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Provisão contribuição social s/ o lucro | 0,45 | 0,14 |
| PIS-Pasep | 0,01 | 0,01 |
| COFINS | 0,04 | 0,04 |
| **Total** | **0,50** | **0,19** |

**Nota 9 – Demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL – Lucro Presumido:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Receitas de Serviços Prestados | 0,00 | 0,00 |
| **Presunção – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL** | **0,00** | **0,00** |
| Receitas Financeiras | 3,41 | 1,26 |
| **Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL** | **3,41** | **1,26** |
| Contribuição Social à alíquota nominal (9%) | 0,31 | 0,12 |
| Imposto de Renda à alíquota nominal (15%) | 0,51 | 0,19 |
| Imposto de Renda à alíquota nominal (10%) – adicional | 0,00 | 0,00 |
| **Despesa de IR e CS** | **0,82** | **0,31** |

**Nota 10 – Empréstimos nacionais a longo prazo:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| C/C Sócio – Plinio Torquato Junqueira | 137.765,04 | 123.652,71 |
| C/C Sócio – Anna Cecilia Boranga Junqueira | 12.261,17 | 12.261,17 |
| **Total** | **150.026,21** | **135.913,88** |

**Nota 11 - Capital Social -** O capital social subscrito e integralizado da sociedade é de R$ 1.044.788,00 (um milhão e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais), divididos em 1.044.788 (um milhão e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito) todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, assim distribuídas entre os acionistas:

| Acionistas | Ações Ordinárias recebidas |
|---|---|
| Plínio Torquato Junqueira | 522.394 |
| Anna Cecília Boranga Junqueira | 522.394 |

**Nota 12 – Prejuízos Acumulados –** Estão assim demonstrados.

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízos acumulados | 150.691,06 | 136.379,85 |
| **Total** | **150.691,06** | **136.379,85** |

**Nota 12.1 – Prejuízo do Exercício –** Saldo do resultado apurado no exercício de 2025.

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízos acumulados | 14.311,21 | 21.170,59 |
| **Total** | **14.311,21** | **21.170,59** |

**Nota 13 - Informações sobre as receitas reconhecidas na Demonstração do Resultado -** As informações sobre as receitas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir: **13.1 – Receitas Financeiras:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Rendimento de aplicações financeiras | 2,87 | 1,54 |
| **Total** | **2,87** | **1,54** |

**Nota 14 - Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado:** A sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir: **14.1 – Despesas Administrativas:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Despesas operacionais tributárias | 366,35 | 1.560,02 |
| Serviços profissionais | 11.843,00 | 17.790,00 |
| Despesas gerais | 0,00 | 4,00 |
| **Total** | **12.209,35** | **19.354,02** |

**14.2 – Despesas Financeiras:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Despesas bancárias | 2.097,85 | 1.817,80 |
| Juros Passivos | 6,06 | 0,00 |
| **Total** | **2.103,91** | **1.817,80** |

**Nota 15 - Eventos Subsequentes -** Em 31 de dezembro de 2025 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

**Anna Cecília Boranga Junqueira -** Diretora

**Antonio Carlos Lanna Ferreira -** CT-CRC - nº 1SP 171161/O-5

## Fazenda Mocoin Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.464.770/0001-25

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | R $ | R $ |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1,61 | 1,61 |
| Estoques | 2.075.554,41 | 2.075.554,41 |
| **Total do circulante** | **2.075.556,02** | **2.075.556,02** |
| **Não Circulante** | | |
| Imobilizado | 22.500,00 | 22.500,00 |
| **Total do Ativo não circulante** | **22.500,00** | **22.500,00** |
| **Total do Ativo** | **2.098.056,02** | **2.098.056,02** |

| Passivo | R $ | R $ |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| Contas a pagar | 1.366,50 | 1.270,50 |
| **Total do circulante** | **1.366,50** | **1.270,50** |
| Empréstimos Nacionais | 290.174,16 | 278.061,83 |
| **Total do Passivo não circulante** | **290.174,16** | **278.061,83** |
| Capital social | 2.082.825,00 | 2.082.825,00 |
| (-) Capital social a integralizar | - | - |
| (-) Prejuízos Acumulados | (264.101,31) | (244.096,54) |
| (-) Prejuízo do Exercício | (12.208,33) | (20.004,77) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **1.806.515,36** | **1.818.723,69** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **2.098.056,02** | **2.098.056,02** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| Mutações | Capital social | Capital Social a integralizar | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31.12.2024** | **2.082.825,00** | **-** | **(264.101,31)** | **1.818.723,69** |
| Lucro (prejuízo) do exercício | - | - | (12.208,33) | (12.208,33) |
| **Saldos em 31.12.2025** | **2.082.825,00** | **-** | **(276.309,64)** | **1.806.515,36** |

**Demonstração do Resultado**

| | R $ | R $ |
|---|---|---|
| | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| **Receita líquida** | 0,00 | 0,00 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados | 0,00 | 0,00 |
| **Lucro bruto** | **0,00** | **0,00** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Despesas gerais e administrativas | (11.843,00) | (20.004,77) |
| Outras (despesas) e receitas operacs | (365,33) | 0,00 |
| | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro** | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |
| **Resultado financeiro líquido** | | |
| Despesas financeiras | 0,00 | 0,00 |
| Receitas financeiras | 0,00 | 0,00 |
| | **0,00** | **0,00** |
| **Resultado antes do IR e CS** | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |
| IR e CS correntes | 0,00 | 0,00 |
| **Lucro (prejuízo) líq do exercício** | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**

| | R$ | R$ |
|---|---|---|
| **1- Atividades Operacionais** | **31.12.2025** | **31.12.2024** |
| **Lucro (prejuízo) líquido do exerc** | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |
| **Lucro líquidos do exerc. ajustado** | **(12.208,33)** | **(20.004,77)** |
| **Variações nos Ativos e Passivos Circulantes** | | |
| Aumento (redução) em Contas a pagar | 96,00 | 70,50 |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais** | **(12.112,33)** | **(19.934,27)** |
| **2. Atividades de Investimentos** | | |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos** | 0,00 | 0,00 |
| **3- Atividades de Financiamentos** | | |
| Empréstimos dos acionistas | 12.112,33 | 19.934,27 |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos** | **12.112,33** | **19.934,27** |
| **Diminuição líq. de cxa. e equivs de cxa.** | **0,00** | **0,00** |
| **Saldo inicial das disponibilidades** | **1,61** | **1,61** |
| **Saldo final das disponibilidades** | **1,61** | **1,61** |
| **Variação do caixa e equivalentes** | **0,00** | **0,00** |

**Notas Explicativas**

A FAZENDA MOCOIN PARTICIPAÇÕES S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 - KM 96, Sala B, Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.464.770/0001-25, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2025: **Nota 1 - Contexto Operacional:** A FAZENDA MOCOIN PARTICIPAÇÕES S.A., tem como objeto social: i. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (*holding* não financeira). **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. **Nota 3 - Sumária das Práticas Contábeis:** Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **a-) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante -** Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. **b-) Caixa e equivalentes de caixa -** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa e depósitos bancários até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). **c-) Estoques –** Estão classificados os seguintes imóveis rurais: **c-1)** Pelo valor de R$ 299.996,44 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos): 75% (3/4) do imóvel matriculado sob nº 1.802 no Cartório do 1º Ofício de Registro Público e Tabelionato de Protesto da Comarca de Sete Quedas/MS, assim descrito e caracterizado: como Fazenda Mocoin; **c-2)** Pelo valor de R$ 1.782.827,95 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos): 75% (3/4) do imóvel matriculado sob nº 1.798 no Cartório do 1º Ofício de Registro Público e Tabelionato de Protesto da Comarca de Sete Quedas/MS, assim descrito e caracterizado como Fazenda Mocoin; **c-3)** Em 19 de Outubro de 2020, ocorreu a doação de uma área rural de 7,7015 hectares, georreferenciada pelo valor de R$ 7.269,98 (sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), situada na zona rural do município comarca de Sete Quedas, Estado do Mato Grosso do Sul, conforme escritura de doação registrada nesta data no 14º Tabelião de Notas na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. (Vide nota explicativa nº 6) **d-) Imobilizado –** O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, veículos, etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados. (Vide nota explicativa nº 7) **e-) Contas a pagar -** Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 8) **f-) Empréstimos nacionais a longo prazo –** Valores devido aos acionistas e diretores (pessoas físicas) referente empréstimos efetuados para auxílio às atividades normais da Companhia. (Vide nota explicativa nº 9) **g -) Variação cambial (tributação) -** A variação cambial neste exercício vem sendo tributada pelo regime de Caixa. **Nota 4 - Forma de Tributação -** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo Lucro Presumido, com apuração das receitas pelo Regime de Caixa.

**Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Caixa Geral | 1,61 | 1,61 |
| **Total** | **1,61** | **1,61** |

**Nota 6 – Estoques**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Fazenda Mocoin – Sete Quedas | 2.075.554,41 | 2.075.554,41 |
| **Total** | **2.075.554,41** | **2.075.554,41** |

**Nota 7 – Imobilizado**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Veículos | 22.500,00 | 22.500,00 |
| **Total** | **22.500,00** | **22.500,00** |

**Nota 8 – Contas a pagar**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Outras Contas a Pagar | 1.366,50 | 1.270,50 |
| **Total** | **1.366,50** | **1.270,50** |

**Nota 9 - Empréstimos Nacionais a longo prazo**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Serviços profissionais | 11.843,00 | 18.040,00 |
| Impostos, taxas e contribuições | 365,33 | 1.960,77 |
| Despesas gerais | 0,00 | 4,00 |
| **Total** | **12.208,33** | **20.004,77** |

**Nota 10 - Capital Social -** O capital social subscrito da sociedade é de R$ 2.082.825,00 (dois milhões, oitenta e dois mil e oitocentos e vinte e cinco reais), dividido em 2.082.825 (dois milhões, oitenta e duas mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias de R$ 1,00 cada, todas nominativas e sem valor nominal, e estão assim distribuídas:

| Acionistas | Ações Ordinárias recebidas |
|---|---|
| Plínio Torquato Junqueira | 694.275 |
| Silvio Torquato Junqueira Filho | 694.275 |
| Anna Cecília Boranga Junqueira | 694.275 |
| **Total** | **2.082.825** |

**Nota 11 – Prejuízos Acumulados –** Estão assim demonstrados

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízos acumulados | 276.309,64 | 264.101,31 |
| **Total** | **276.309,64** | **264.101,31** |

**Nota 11.1 – Prejuízo do Exercício –** Saldo do resultado apurado no exercício de 2025.

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízo do Exercício | 12.208,33 | 20.004,77 |
| **Total** | **12.208,33** | **20.004,77** |

**Nota 12 - Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado:** A sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

**12.1 – Despesas Administrativas:**

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Serviços profissionais | 11.843,00 | 18.040,00 |
| Impostos, taxas e contribuições | 365,33 | 1.960,77 |
| Despesas gerais | 0,00 | 4,00 |
| **Total** | **12.208,33** | **20.004,77** |

**Nota 13 - Eventos Subsequentes -** Em 31 de dezembro de 2025 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

**Anna Cecília Boranga Junqueira -** Diretora

**Antonio Carlos Lanna Ferreira -** CT-CRC - nº 1SP 171162/O-5

## BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S.A.

CNPJ 03.746.938/0001-43 – NIRE 35 3 0059956 0

**Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)**

| Ativos | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Ativos circulantes | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | **44.450** | 30.146 |
| Contas a receber de clientes | **187.766** | 184.944 |
| Estoques | **164.948** | 164.324 |
| Impostos a recuperar | **12.912** | 11.847 |
| Outros ativos | **4.774** | 4.487 |
| Total dos ativos circulantes | **414.850** | 395.748 |
| Ativos não circulantes | | |
| Créditos com partes relacionadas | **25.835** | 10.847 |
| Títulos e valores mobiliários | **1** | 334 |
| Impostos a recuperar | **22.860** | 24.614 |
| Impostos diferidos ativos | **54.483** | 61.106 |
| Outros ativos | **1.306** | 1.273 |
| Imobilizado | **59.394** | 55.301 |
| Ativo direito de uso | **31.193** | 36.790 |
| Intangível | **8.378** | 8.242 |
| Total dos ativos não circulantes | **203.450** | 198.507 |
| Total dos ativos | **618.300** | 594.255 |

| Passivos | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Circulantes | | |
| Fornecedores | **154.774** | 168.204 |
| Empréstimos e financiamentos | **12.699** | 21.171 |
| Passivo de arrendamento | **11.759** | 11.439 |
| Obrigações sociais a pagar | **8.546** | 7.529 |
| Tributos a recolher | **11.528** | 10.129 |
| Outros passivos | **6.363** | 5.080 |
| Total dos passivos circulantes | **205.669** | 223.552 |
| Passivos não circulantes | | |
| Empréstimos e financiamentos | **29.583** | 21.770 |
| Passivo de arrendamento | **22.687** | 27.751 |
| Provisões para riscos | **24.202** | 27.424 |
| Total dos passivos não circulantes | **76.472** | 76.945 |
| Total dos passivos | **282.141** | 300.497 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | **273.090** | 273.090 |
| Reservas de lucros | **63.069** | 20.668 |
| Total do patrimônio líquido | **336.159** | 293.758 |
| Total do patrimônio líquido e passivos | **618.300** | 594.255 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | **838.803** | 786.373 |
| Custos das mercadorias vendidas | **(577.145)** | (540.608) |
| Lucro bruto | **261.658** | 245.765 |
| Receitas (despesas) operacionais | | |
| Despesas de comercialização | **(106.140)** | (98.793) |
| Despesas administrativas | **(101.348)** | (97.380) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | **15.381** | 14.791 |
| Lucro antes do resultado financeiro | **69.551** | 64.383 |
| Receitas financeiras | **5.593** | 6.072 |
| Despesas financeiras | **(17.454)** | (15.893) |
| Lucro antes dos impostos | **57.690** | 54.562 |
| Impostos correntes | **(9.932)** | (8.564) |
| Impostos diferidos | **(5.357)** | (4.501) |
| Lucro líquido do exercício | **42.401** | 41.497 |
| Média de ações - em lotes mil | **273.090** | 273.090 |
| Lucro por ação - em R$ | **0,16** | 0,15 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)**

| | Capital social | Reserva legal | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total Controladora |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 211.727 | 1.891 | 48.643 | - | 262.261 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 41.497 | 41.497 |
| Integralização de capital social | 61.363 | - | (61.363) | - | - |
| Dividendos | - | - | - | (10.000) | (10.000) |
| Reserva legal | - | 2.075 | - | (2.075) | - |
| Reserva de lucros | - | - | 29.422 | (29.422) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 273.090 | 3.966 | 16.702 | - | 293.758 |
| Lucro líquido do exercício | **-** | **-** | **-** | **42.401** | **42.401** |
| Reserva legal | **-** | **2.120** | **-** | **(2.120)** | **-** |
| Reserva de lucros | **-** | **-** | **40.281** | **(40.281)** | **-** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | **273.090** | **6.086** | **56.983** | **-** | **336.159** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **42.401** | 41.497 |
| Resultado abrangente do exercício | **42.401** | 41.497 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R$)**

| Fluxos de caixa de atividades operacionais | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **42.401** | 41.497 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais: | | |
| Imposto de renda diferido | **5.357** | 4.501 |
| Depreciação e amortização | **5.909** | 8.479 |
| Depreciação de direito de uso | **13.042** | 12.880 |
| Provisão para perdas em estoques | **-** | 2 |
| Provisão para perdas esperadas | **291** | (841) |
| Provisão rebates | **123** | 345 |
| Provisão para ações judiciais | **(202)** | (1.196) |
| Perda (ganho) na venda de imobilizado | **358** | 80 |
| Despesa de juros - arrendamento direito de uso | **3.833** | 4.117 |
| Despesa de juros - financiamentos | **5.565** | 6.307 |
| | **76.677** | 76.171 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber de clientes | **(3.236)** | 11.192 |
| Estoques | **624** | (29.852) |
| Impostos a recuperar | **(1.266)** | 9.213 |
| Outros créditos | **(14.976)** | 2.030 |

| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Fornecedores | **(13.430)** | 10.272 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | **1.219** | 843 |
| Impostos a recolher | **11.332** | (1.852) |
| Outras obrigações | **1.282** | (9.368) |
| IRPJ e CSLL pagos | **(9.932)** | (8.564) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | **47.046** | 60.085 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição/baixas de imobilizado e intangível | **(10.064)** | (19.077) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | **(10.064)** | (19.077) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Financiamentos obtidos | **30.000** | 20.000 |
| Pagamento de financiamentos | **(36.223)** | (55.909) |
| Pagamentos de arrendamentos | **(16.455)** | (14.597) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | **(22.678)** | (50.506) |
| Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa | **14.304** | (9.498) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **30.146** | 39.644 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | **44.450** | 30.146 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CESAR LEANDRO FOLLE** - Diretor Presidente - CPF 637.251.690-04

**MARCELO COITINHO SPANHOLI** - CRC/RS 075979/O-7

## EMBRAMACO EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ 56.883.820/0001-23 - JUCESP.NIRE 35.300.550.935

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**

**DATA, HORA e LOCAL:** 30 de setembro de 2025, às 10h, na sede social, situada na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, sala 3, Bairro Santa Catarina, CEP 13510-204, Santa Gertrudes, SP. **CONVOCAÇÃO:** Sanada a falta de publicação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **PRESENÇA/QUORUM:** Acionistas e Usufrutuária representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos Acionistas, e empresa avaliadora especializada, devidamente representada, para os fins do §1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76. **MESA:** MARIA ESTHER PARALUPPI RODRIGUES – Presidente; DJALMA APARECIDO DE LIMA - Secretário. **ORDEM DO DIA: (i)** aumento do capital social da Companhia com emissão de novas ações ordinárias nominativas e aprovação do laudo de avaliação para integralização de novas ações subscritas em aumento de capital; **(ii)** reforma do Artigo 5º do Estatuto Social; **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** outros assuntos de interesse da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas as matérias em exame, discussão e posterior votação, foram expressa e unanimemente aprovadas, sem restrições ou ressalvas, nos seguintes termos: **(i)** Considerando que o capital social se encontra totalmente integralizado, foi aprovado o aumento do seu valor atual de R$ 775.817.199,00 (setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, cento e noventa e nove reais) para R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com um aumento efetivo, portanto, de R$ 24.182.801,00 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e um reais), com a consequente bonificação/emissão de novas 24.182.801 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e duas mil, oitocentas e uma) ações ordinárias nominativas em benefício dos acionistas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, da seguinte forma e à luz do Boletim de Subscrição do Anexo I: **(i.i)** Aumento em R$ 21.553.556,00 mediante capitalização parcial de Lucros Acumulados, no montante de R$ 6.186.777,94 (se

# BIOMM S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10

## Relatório da Administração

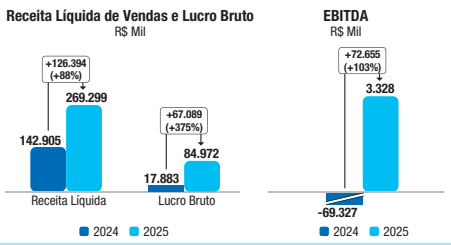
De acordo com as disposições legais e do Estatuto Social, a Administração da Biomm S.A. ("Companhia" ou "Biomm") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei 15.177/25, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

## Mensagem da Administração

O exercício de 2025 marcou a consolidação da Biomm S.A. em uma nova fase operacional, com uma reversão estrutural de resultados após anos em fase pré-operacional. A materialização da visão estratégica de longo prazo refletiu-se em resultados consistentes, que culminaram no primeiro EBITDA positivo da história da Companhia e demonstram disciplina financeira e maturidade comercial. Este desempenho reitera a posição de crescente destaque da companhia no setor farmacêutico brasileiro, com crescimento expressivo e ganhos de escala significativos, fortalecendo sua capacidade como fornecedor de medicamentos biotecnológicos para o Brasil.

A companhia demonstra, assim, sua capacidade de gerar valor operacional sustentável, equilibrando investimentos em alta tecnologia com rigorosa disciplina financeira. A relevância estratégica da Biomm no cenário de saúde brasileiro foi ratificada em 2025, com o início efetivo do fornecimento de biomedicamentos para os mercados público e privado, especialmente atendendo a demanda do Ministério da Saúde através de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). No período, consolidamos as etapas produtivas e comerciais para o fornecimento de **Wosulin® e Glargilin®**, conforme detalhado abaixo:
• **Wosulin® (Insulina Humana)**, em cooperação com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) e a Wockhardt;
• **Glargilin® (Insulina Glargina)**, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Bio-Manguinhos) e a Gan & Lee A Biomm tornou-se uma referência no fornecimento de insulinas de longa duração, e essas parcerias não apenas garantem uma receita previsível e de longo prazo para a companhia, como também contribuem para reduzir a dependência do Brasil de medicamentos importados, promovendo economia e segurança à população brasileira. **Perspectivas e Compromissos:** Encerramos este ciclo com uma estrutura robusta: uma unidade fabril de última geração, a conquista do EBITDA positivo e um portfólio estratégico voltado às necessidades terapêuticas crônicas mais críticas do país. Com a transição de liderança iniciada ao fim de 2025, a Biomm inaugura uma nova fase estratégica sob a gestão de Guilherme Maradei. Para 2026, nosso foco central será a aceleração do crescimento sustentável, alavancando a captura de sinergias operacionais e a alavancagem comercial de produtos cujos registros foram consolidados recentemente. Buscaremos transformar nossa capacidade tecnológica em resultados de mercado ainda mais expressivos, consolidando nossa posição como referência principal em biotecnologia no Brasil. Reiteramos nosso compromisso com as práticas ESG, assegurando que a democratização do acesso a tratamentos complexos e a excelência produtiva caminhem em total sintonia com o desenvolvimento social e a responsabilidade ambiental. Agradecemos aos nossos colaboradores pela disciplina na execução e aos nossos acionistas pela confiança nesta nova etapa, fundamental para que a Biomm continue liderando a inovação farmacêutica nacional.

**Performance Financeira**




Companhia obteve uma receita líquida consolidada no total de R$269.299 mil (R$142.905 mil em 2024) o que representa um aumento de 88% quando comparado ao ano de 2024. Esta variação deve-se substancialmente ao aumento de volume de vendas em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em diabetes houve um aumento de volume de vendas apresentando um incremento de volume total de 182%, com um aumento de proporção de vendas do Glargilin® frente a uma redução do Wosulin®, enquanto Ghemaxan® houve redução de 11% de volume de vendas. Em 2025 a Companhia operou com vendas do Wosulin®, Glargilin®, Ghemaxan® e Bevyx®. Sobre o mix, é importante destacar que o maior volume de vendas do período de 2025 está relacionado aos produtos de Diabetes Glargilin®, representando 82% do volume total. Este alto volume está alinhado com a estratégia da empresa em fortalecer a presença do produto baseado em sua produção local. O lucro bruto consolidado da Companhia representou um aumento de 475% entre os anos de 2025 e 2024, atingindo R$84.972 mil (R$17.883 mil em 2024). Essa variação está relacionado ao mix de venda, redução da taxa cambial, aumento de produtividade e maior eficiência fabril. As despesas gerais e administrativas somadas com despesas de vendas e outras despesas consolidadas da Companhia totalizaram R$90.210 no ano de 2025 (R$99.094 mil no ano de 2024), o que representa uma redução de 9% em relação ao ano de 2024. Esta redução é explicada essencialmente em virtude das menores despesas com marketing (72%). O EBITDA consolidado foi positivo em R$ 3.328 mil (negativo em R$69.327mil em 2024). A variação em relação ao ano anterior deve-se principalmente deve-se principalmente ao aumento do lucro bruto já explicado acima e a redução de despesas.

| Demonstrativo do EBITDA (Consolidado em R$ mil) | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (6.687) | (77.238) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (261) | 644 |
| Resultado financeiro | 1.710 | (4.617) |
| Depreciação e amortização | 8.566 | 11.884 |
| **EBITDA** | **3.328** | **(69.327)** |

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$1.710 mil 2025 (positivo em R$4.617 mil em 2024) apresentando, assim, uma redução de 137% quando comparado ao ano anterior. Essa variação está ligada principalmente a redução das receitas financeiras. Desta forma, observando o resultado líquido do exercício, o prejuízo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$6.687 mil (prejuízo de R$77.238 mil no ano anterior). **Perspectivas:** O cenário macroeconômico brasileiro para o biênio 2026-2027 projeta um ciclo de estabilidade e crescimento moderado, com o PIB mantendo expansão estimada em 1,8% ao ano, conforme o Relatório Focus do Banco Central. Embora a política monetária ainda apresente taxas Selic em patamares restritivos no curto prazo, a convergência da inflação (IPCA) para a faixa de 3,97% em 2026 sinaliza uma ancoragem das expectativas. A manutenção do câmbio projetada em R$ 5,50 oferece previsibilidade operacional para companhias com cadeias de suprimentos globais, favorecendo o planejamento de investimentos e a gestão de custos de insumos importados. O mercado farmacêutico nacional mantém uma trajetória de crescimento superior à média da economia, com expectativa de faturamento ascendente para 2026, podendo superar os R$ 220 bilhões. Esse desempenho é sustentado por fatores estruturais, como o envelhecimento populacional e o aumento dos gastos com saúde, que devem representar cerca de 9% do PIB nos próximos anos. Observa-se um fortalecimento contínuo do mercado institucional e de prescrição, com destaque para terapias voltadas a doenças crônicas e metabólicas, consolidando o setor como um dos mais resilientes e estratégicos do país. Para os próximos anos, a indústria de biotecnologia entra em uma fase de maturação impulsionada pelo fenômeno do "abismo de patentes" de medicamentos biológicos de alta complexidade. A estratégia de nacionalização da produção de biossimilares e a ampliação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde são pilares que devem sustentar um crescimento médio anual de 8% a 10% até 2027. Nesse contexto, companhias com infraestrutura local de ponta e portfólio de biossimilares inovadores estão bem posicionadas para capturar ganhos de escala, reduzindo a dependência externa e atendendo à crescente demanda por tratamentos de alto valor agregado. A Biomm está se consolidando como a empresa brasileira de biofármacos, trazendo soluções principalmente para doenças que atingem a população com mais idade, como segue: **Oncológicos:** Segundo projeções do Instituto Nacional do Câncer (INCA), são estimados aproximadamente 781 mil novos casos de câncer no Brasil em 2026. Esse crescimento decorre, principalmente, do envelhecimento da população e da permanência de fatores de risco associados ao estilo de vida, como tabagismo, consumo de álcool, sedentarismo, obesidade e alimentação inadequada. O aumento da incidência de câncer impulsiona a demanda por terapias oncológicas modernas e contínuas, elevando a relevância econômica e social desse mercado. A ampliação do acesso a tratamentos oncológicos representa um fator crítico para o sistema de saúde e para a qualidade de vida da população, além de configurar um mercado estruturalmente em expansão no país.
**Diabetes:** O diabetes mellitus configura-se como uma das principais condições crônicas de saúde pública no Brasil, com impacto direto sobre a morbidade, mortalidade e custos assistenciais. Estima-se que cerca de 20 milhões de brasileiros convivam com a doença, representando aproximadamente 10,5% da população, conforme dados da Federação Internacional de Diabetes (IDF). Adicionalmente, o diabetes é uma das cinco classes terapêuticas mais pesquisadas pela indústria farmacêutica global e a única doença não infecciosa classificada como epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse cenário reforça o caráter estrutural e de longo prazo da demanda por medicamentos para o controle da doença, além de evidenciar a relevância estratégica desse portfólio para o país, dada sua contribuição para a redução de complicações clínicas e custos sistêmicos ao sistema de saúde. **Anticoagulantes:** Doenças tromboembólicas e distúrbios circulatórios figuram entre os principais desafios de saúde pública no Brasil, com impacto relevante sobre mortalidade, internações e afastamentos laborais. Levantamentos baseados em dados de auditoria de mercado da IQVIA e registros da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV) indicam que esse segmento apresenta elevada dinâmica de crescimento, impulsionada pelo envelhecimento populacional, maior diagnóstico e ampliação do acesso ao tratamento. A expansão do uso de anticoagulantes contribui diretamente para a redução de eventos graves, como trombose venosa profunda e embolia pulmonar, além de impactar positivamente os custos assistenciais de médio e longo prazo para o sistema de saúde. **Oftalmológicos:** O mercado de medicamentos oftalmológicos é impulsionado pelo envelhecimento da população, pelo aumento da prevalência de doenças crônicas com repercussões oculares (como diabetes) e pela ampliação do acesso a diagnósticos. Condições como glaucoma, degeneração macular relacionada à idade e doenças inflamatórias oculares demandam tratamentos contínuos e de longo prazo, tornando esse segmento estratégico tanto do ponto de vista social quanto econômico. A ampliação do acesso a terapias oftalmológicas contribui diretamente para a preservação da visão, manutenção da capacidade produtiva da população e redução de impactos socioeconômicos associados à perda visual. **Osteoporose:** A osteoporose representa um desafio crescente no contexto do envelhecimento populacional brasileiro, com impacto direto sobre a incidência de fraturas, hospitalizações e custos ao sistema de saúde. O aumento da longevidade tende a elevar a demanda por terapias preventivas e de tratamento da doença, ampliando a relevância do segmento de medicamentos para saúde óssea. Além do impacto clínico, a prevenção de fraturas contribui para a redução de custos indiretos relacionados à reabilitação, perda de autonomia e afastamento do trabalho, reforçando o caráter estratégico desse mercado para o país. **Riscos de Mercado:** Entre os principais riscos de mercado mapeados pela Companhia destacam-se a desvalorização cambial do real frente ao dólar, que, associada a preços altamente competitivos, pressiona as margens dos medicamentos. Soma-se a esse desafio o risco logístico relacionado tanto à importação de matéria-prima (MP) quanto à distribuição do produto acabado. Esses fatores reforçam a importância de uma gestão financeira e operacional eficiente, bem como de estratégias de fortalecimento da cadeia logística, visando mitigar impactos sobre custos, margens e níveis de serviço ao mercado. **Governança Administrativa:** A Diretoria executiva da Companhia é composta por 5 diretores: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e RI, Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor de Tecnologia.O Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 membros. Os conselheiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são: Cláudio Luiz Lottenberg (Presidente do Conselho), Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Luiz Francisco Novelli Viana, Eduardo Augusto Buarque de Almeida, Ítalo Aurélio Gaetani, André Capistrano Emrich, Marcio Pochmann, Pedro Augusto Mesquita Prado e Laura Gomes Castanheira. A Companhia mantém instalados comitês consultivos de apoio ao Conselho de Administração, sendo eles: o Comitê de Estratégia e Inovação, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Pessoas, Remuneração e ESG e o Comitê de Finanças e M&A. **Modelo Negócio:** A Biomm S.A. ("Biomm" ou "Companhia") é uma companhia de biotecnologia. A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede na Avenida Regent, 705, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na B3, Bovespa Mais, sob o código BIOM3. O modelo de negócio da Biomm é único no mercado brasileiro, por ser a única empresa especializada e focada em biomedicamentos – seja na industrialização, comercialização, produção e mesmo no desenvolvimento de processos biotecnológicos. Com experiência comprovada nesses campos a Companhia consegue estabelecer parcerias com empresas internacionais simultaneamente lançando medicamentos e ampliando seu portifólio na área de biotecnologia, com especial interesse nas áreas de diabetes e oncologia, além de outros produtos biológicos. **Portfólio:** A Companhia mantém um portfólio diversificado de produtos biotecnológicos e biossimilares, com presença relevante em diabetes, oncologia, anticoagulação, oftalmologia e doenças ósseas. Em 31 de dezembro de 2025, a Biomm possuía produtos já comercializados que geram receita recorrente, além de um portfólio robusto em diferentes estágios regulatórios junto à ANVISA, com potencial de expansão de receita no curto, médio e longo prazo. A carteira atual reforça a estratégia de crescimento sustentável da Companhia, com produtos de alto valor agregado em fase de registro, ampliando a exposição a mercados hospitalares e de especialidades, mitigando riscos por meio da diversificação terapêutica e geográfica de parceiros estratégicos. Abaixo contém um resumo do Portfólio de Produtos e Status Regulatório

| Medicamento | Linha Terapêutica | Parceiro Estratégico | Fase Atual |
|---|---|---|---|
| Glargilin® (Glargina) | Diabetes | Gan & Lee (China) | Comercializado |
| Wosulin® (NPH e Reg) | Diabetes | Wockhardt (Índia) | Comercializado |
| Asparte® | Diabetes | Gan & Lee (China) | Em registro |
| Degludeca® | Diabetes | Huisheng (China) | Submissão regulatória |
| Semaglutida | Diabetes | Biocon (Índia) | Desenvolvimento/registro |
| Liraglutida | Diabetes | Kexing (China) | Registro protocolado em 2025 |
| Bevyx® (Bevacizumabe) | Oncologia | Bio-Thera (China) | Comercializado |
| Denosumabe | Oncologia | Qilu Pharma (China) | Parceria firmada (pré-registro) |
| Pegfilgrastim® | Oncologia | Lupin (Índia) | Recurso administrativo |
| Ghemaxan® (Enoxaparina) | Anticoagulantes | Chemi (Itália) | Comercializado |
| Ranibizumabe | Oftalmologia | Bioeq (Suíça) | Lançamento em 2026 |
| Teriparatida | Doenças Ósseas | Enzene (Índia) | Licenciamento/registro |

A Companhia concentra todos os seus esforços no atendimento dos requisitos legais para que os medicamentos do seu portifólio sejam aprovados para comercialização dentro do menor prazo possível. **Investimentos:** Em 2025, a Biomm consolidou o avanço de sua plataforma biotecnológica, guiada por uma estratégia clara de eficiência operacional e expansão de mercado. Nossas alocações de capital concentraram-se em dois vetores críticos para a competitividade de longo prazo: a diversificação do portfólio e a transformação digital da nossa infraestrutura. A implementação do SAP S/4HANA, com Go-Live projetado para 2026, representa um salto de maturidade na nossa gestão. Mais do que um ERP, estamos estabelecendo uma arquitetura de dados que garante rastreabilidade, otimização de custos e governança em tempo real. Este ecossistema tecnológico, somado à aquisição estratégica de novas licenças, prepara a Biomm para escalar sua operação com agilidade, atendendo à crescente complexidade logística e regulatória do setor com margens mais resilientes. Em 2025, a Biomm consolidou o avanço de sua plataforma biotecnológica, focada em eficiência e expansão. Avançamos significativamente no desenvolvimento de novos produtos e registros de marcas; ativos que, embora hoje classificados como Intangíveis em Andamento, fortalecem o pipeline da Companhia. Cada aporte reflete rigorosos estudos de viabilidade técnica e comercial para atender áreas terapêuticas críticas no Brasil. A manutenção desses investimentos reafirma nossa confiança na aprovação regulatória e na robusta geração de caixa projetada para esses ativos. Sob a nova liderança que assume em janeiro/2026, a Biomm inicia um ciclo de maturação desses investimentos. O objetivo central é claro: converter o capital investido em resultados operacionais sólidos, garantindo que a tecnologia de ponta e a robustez do nosso portfólio se traduzam em margens competitivas, liderança de mercado e valor sustentável para nossos acionistas. A Biomm totalizou, no exercício de 2025, um investimento de R$ 22,7 milhões em ativos imobilizados (19,2 milhões no exercício de 2024). Este investimento contemplou a modernização de softwares críticos, registros, desenvolvimento de produtos e máquinas e equipamentos. Trata-se de um investimento em eficiência operacional, garantindo que nossa base física esteja plenamente alinhada à sofisticação tecnológica exigida pelo setor biotecnológico. **Investimento em controladas e joint venture:** A Companhia possui duas controladas no exterior, sediadas na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas, sendo: (i) Biomm International Inc., subsidiária que visa facilitar negociações internacionais e; (ii) Biomm Middle East Inc., que possui participação na joint venture Gabas Global Company for Biotechnology Ltd. sediada na Arábia Saudita. Em 2025, não houve movimentações significativas em investimentos apenas o reconhecimento de ganho por equivalência patrimonial para as controladas no montante de R$202 mil (ganho por equivalência de R$250 mil em 2024). Não houve movimentações ou fatos novos na joint venture que levassem à reversão de impairment reconhecido no ano de 2016. **Gerenciamento de Capital:** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade operacional, cumprir seu cronograma de investimentos e executar seu plano de negócios, visando a expansão das atividades e a geração de valor aos acionistas. O monitoramento do capital é realizado primordialmente através de índices de alavancagem financeira, definidos pela relação entre a Dívida Líquida e o Capital Total (Patrimônio Líquido). Durante os exercícios de 2025, a Companhia consolidou o fortalecimento de sua estrutura de capital através de importantes movimentos societários: • Subscrição Residual (Mar/2025): Integralização de R$ 1 mil referente a 51 ações a R$ 21,35/ação. • Aumento de Capital (Set/2025): Conclusão do aporte de R$ 56.707 mil, com a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias a R$ 5,7/ação. A capitalização realizada ao longo de 2025 foi estratégica para sustentar a fase de transição operacional da Companhia. Com o encerramento do exercício de 2025, o capital social integralizado totaliza R$ 957.501 mil. A robustez da estrutura de capital alcançada em 2025 fundamenta a expansão operacional projetada para 2026, período em que o faturamento oriundo em grande relevância pelos contratos de longo prazo assumirá papel central na geração de receita institucional. A Companhia prioriza a sustentabilidade financeira por meio de uma gestão rigorosa do ciclo financeiro, otimizando o fluxo de caixa através do controle estrito dos processos de compras, cronogramas de recebíveis e gestão de pagamentos. Essa disciplina operacional, somada à previsibilidade de fornecimento de insulinas ao SUS, assegura a liquidez necessária para a continuidade das atividades e a execução do plano de negócios reduz a necessidade de captações externas para o financiamento de suas atividades correntes e projetos de expansão. **Mercado de Capitais:** As ações emitidas pela Biomm são negociadas na Bovespa Mais, segmento da B3 que tem como objetivo fomentar o crescimento de empresas via mercado de capitais, desde 2 de janeiro de 2014. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito a dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, apurado conforme a legislação societária vigente. Antes de qualquer distribuição, o lucro líquido do exercício será destinado, prioritariamente, à absorção do prejuízo acumulado existente no patrimônio líquido, observado o disposto no art. 200, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou resultado positivo, razão pela qual não se operou a distribuição de dividendos aos acionistas. **Meio ambiente:** A unidade fabril da Companhia em Nova Lima foi construída para atender todos os requisitos sócios ambientais bem como facilitar o gerenciamento de resíduos. A Companhia mantém todas as licenças ambientais atualizadas e válidas.

**Relacionamento com Auditores**

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022 a Companhia informa que não contratou seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda., para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Nos termos da Instrução CVM 80/2022, a Administração, em reunião realizada em 25 de março de 2026, declara que discutiu, revisou e concordou com as informações expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, no exercício de 2025 foram contratados pelo Biomm S.A., serviços de auditoria independente no montante de R$ 0,6 milhões.

BIOMM S.A.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

## Balanço patrimonial *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Notas | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 21.946 | 76.742 | 22.304 | 77.620 |
| Aplicações financeiras | 7 | 11.112 | 55.497 | 20.883 | 65.820 |
| Contas a receber | 8 | 108.838 | 22.949 | 108.838 | 22.949 |
| Estoques | 9 | 97.272 | 54.994 | 97.272 | 54.994 |
| Impostos a recuperar | | 15.654 | 10.549 | 15.654 | 10.549 |
| Adiantamento a fornecedor | 10 | 15.620 | 8.887 | 15.620 | 8.887 |
| Outros ativos | | 441 | 539 | 488 | 539 |
| | | 270.883 | 230.157 | 281.059 | 241.358 |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | | - | 752 | - | 752 |
| **Total do ativo circulante** | | 270.883 | 230.909 | 281.059 | 242.110 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Aplicações financeiras | 7 | 14.738 | 9.302 | 14.738 | 9.302 |
| Depósitos judiciais | | 1.231 | 883 | 1.231 | 883 |
| Contas a receber partes relacionadas | 17 | 2.951 | 3.321 | - | - |
| Investimentos | 11 | 1.022 | 916 | - | - |
| Imobilizado | 12 | 163.807 | 167.645 | 163.807 | 167.645 |
| Intangível | 13 | 62.448 | 44.653 | 63.395 | 45.719 |
| **Total do ativo não circulante** | | 246.197 | 226.720 | 243.171 | 223.549 |
| **Total do ativo** | | 517.080 | 457.629 | 524.230 | 465.659 |

| Passivo | Notas | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 14 | 66.571 | 32.227 | 66.571 | 32.227 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 45.693 | 44.503 | 45.693 | 44.503 |
| Impostos a recolher | | 2.195 | 2.400 | 2.195 | 2.400 |
| Salários e encargos sociais | | 9.788 | 8.118 | 9.788 | 8.118 |
| Títulos a pagar | 15 | 1.551 | 1.494 | 1.551 | 1.494 |
| Outras contas a pagar | | 424 | 181 | 424 | 152 |
| **Total do passivo circulante** | | 126.222 | 88.923 | 126.222 | 88.894 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Títulos a pagar | 15 | 13.966 | 14.942 | 13.966 | 14.942 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 50.911 | 76.880 | 50.911 | 76.880 |
| Contas a pagar partes relacionadas | 17 | 7.133 | 8.028 | 14.441 | 16.252 |
| Tributos diferidos | 20 | 722 | 983 | 722 | 983 |
| Contingências | 21 | 3.036 | 3.102 | 3.036 | 3.102 |
| Outras contas a pagar | | 1.582 | 1.987 | 1.424 | 1.822 |
| **Total do passivo não circulante** | | 77.350 | 105.922 | 84.500 | 113.981 |
| **Patrimônio líquido** | 23 | | | | |
| Capital social | | 957.501 | 900.000 | 957.501 | 900.000 |
| Reserva de capital | | 15.749 | 15.749 | 15.749 | 15.749 |
| Prejuízos acumulados | | (660.329) | (653.642) | (660.329) | (653.642) |
| Ajustes acumulados de conversão | | 587 | 677 | 587 | 677 |
| **Total do patrimônio líquido** | | 313.508 | 262.784 | 313.508 | 262.784 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 517.080 | 457.629 | 524.230 | 465.659 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
*(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)*

| | Notas | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 24 | 269.299 | 142.905 | 269.299 | 142.905 |
| Custos da mercadoria vendida | 25 | (184.327) | (125.022) | (184.327) | (125.022) |
| **Lucro bruto** | | 84.972 | 17.883 | 84.972 | 17.883 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | 26 | (31.509) | (39.980) | (31.509) | (39.980) |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (47.832) | (49.341) | (48.202) | (49.694) |
| Perda por redução ao valor recuperável do Contas a receber | 26 | (436) | (428) | (436) | (428) |
| Outras despesas e/ou receitas | 26 | (10.063) | (8.992) | (10.063) | (8.992) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | 202 | 250 | - | - |
| **Prejuízo operacional antes do resultado financeiro** | | (4.666) | (80.608) | (5.238) | (81.211) |
| **Resultado financeiro** | | | | | |
| Receitas financeiras | 27 | 32.371 | 42.820 | 32.971 | 43.426 |
| Despesas financeiras | 27 | (34.653) | (38.806) | (34.681) | (38.809) |
| **Receitas (despesas) financeiras líquidas** | | (2.282) | 4.014 | (1.710) | 4.617 |
| **Resultado antes dos impostos sobre o lucro** | | (6.948) | (76.594) | (6.948) | (76.594) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20 | 261 | (644) | 261 | (644) |
| **Prejuízo do exercício** | | (6.687) | (77.238) | (6.687) | (77.238) |
| **Prejuízo por ação (em R$)** | | | | | |
| Básico | 28 | | | (0,05) | (0,63) |
| Diluído | 28 | | | (0,05) | (0,63) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)
*(Em milhares de Reais)*

| | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (6.687) | (77.238) | (6.687) | (77.238) |
| Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes: | | | | |
| Ajuste de conversão de investida no exterior | (90) | 70 | (90) | 70 |
| **Resultado abrangente total** | (6.777) | (77.168) | (6.777) | (77.168) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demostração do Valor Adicionado (DVA)
*(Em milhares de Reais)*

| | Notas | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas | | | | | |
| Receita de contrato com cliente | | 301.270 | 158.066 | 301.270 | 158.066 |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | | 3.780 | 5.412 | 3.780 | 5.412 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição) | | (436) | (5) | (436) | (5) |
| | | 304.614 | 163.473 | 304.614 | 163.473 |
| Custos de revenda de mercadorias | 25 | (178.964) | (125.022) | (178.964) | (125.022) |
| Custo relativo a construções em andamento | | (3.780) | (5.412) | (3.780) | (5.412) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (33.844) | (36.242) | (34.211) | (36.628) |
| Perda e recuperação de valores ativos | 9 | (6.190) | (488) | (6.190) | (488) |
| **Insumos Adquiridos De Terceiros** | | (222.778) | (167.164) | (223.145) | (167.550) |
| **Valor adicionado bruto** | | 81.836 | (3.691) | 81.469 | (4.077) |
| Depreciação e amortização | 12 e 13 | (8.566) | (11.884) | (8.566) | (11.884) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela Companhia** | | (73.270) | (15.575) | (72.903) | (15.961) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | 202 | 250 | - | - |
| Receitas financeiras | 27 | 32.371 | 42.820 | 32.971 | 43.426 |
| Outros | | (42) | (3.592) | (43) | (3.559) |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | 32.531 | 39.478 | 32.928 | 39.867 |
| **Valor adicionado líquido total a distribuir** | | 105.801 | 23.903 | 105.831 | 23.906 |
| Distribuição do valor adicionado: | | 105.801 | 23.903 | 105.831 | 23.906 |
| **Pessoal** | | 33.630 | 34.013 | 33.630 | 34.013 |
| Remuneração Direta | | 25.665 | 27.945 | 25.665 | 27.945 |
| Benefícios | | 5.214 | 4.814 | 5.214 | 4.814 |
| FGTS | | 1.489 | 1.704 | 1.489 | 1.704 |
| Outros | | 1.262 | - | 1.262 | - |
| **Impostos, taxas e contribuições** | | 40.986 | 25.482 | 40.986 | 25.482 |
| Federais | | 9.014 | 9.098 | 9.014 | 9.098 |
| Estaduais | | 31.119 | 15.198 | 31.119 | 15.198 |
| Municipais | | 853 | 1.186 | 853 | 1.186 |
| **Remuneração de capitais de terceiros:** | | 37.872 | 41.646 | 37.902 | 41.649 |
| Despesas Financeiras | | 32.381 | 24.556 | 32.410 | 24.559 |
| Aluguéis | | 3.530 | 1.722 | 3.530 | 1.722 |
| Outras | | 1.961 | 15.368 | 1.961 | 15.368 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | (6.687) | (77.238) | (6.687) | (77.238) |
| Prejuízo do exercício | | (6.687) | (77.238) | (6.687) | (77.238) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL)
*(Em milhares de Reais)*

| | Capital social | Reservas de capital | Prejuízos acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º de janeiro de 2024** | 682.988 | 15.749 | (576.404) | 607 | 122.940 |
| Integralização de capital | 217.012 | - | - | - | 217.012 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (77.238) | - | (77.238) |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | |
| Ajuste de conversão de investida no exterior | - | - | - | 70 | 70 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | 900.000 | 15.749 | (653.642) | 677 | 262.784 |
| Integralização de capital | 57.501 | - | - | - | 57.501 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (6.687) | - | (6.687) |
| Outros resultados abrangentes: | - | - | - | - | - |
| Ajuste de conversão de investida no exterior | - | - | - | (90) | (90) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | 957.501 | 15.749 | (660.329) | 587 | 313.508 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
*(Em milhares de Reais)*

| | Notas | Controladora 31/12/2025 | Controladora 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2025 | Consolidado 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | (6.687) | (77.238) | (6.687) | (77.238) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido | | | | | |
| Baixa de imobilizado e intangível | 12 e 13 | 306 | 1.334 | 306 | 1.334 |
| Baixa de ativos mantidos para venda | | 752 | - | 752 | - |
| Depreciação/amortização | 12 e 13 | 8.566 | 11.884 | 8.566 | 11.884 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (202) | (250) | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20 | (261) | 644 | (261) | 644 |
| Juros provisionados | 16 | 10.018 | 11.607 | 10.018 | 11.607 |
| Receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeiras | | (8.488) | (17.119) | (9.081) | (17.938) |
| Variações cambiais não realizadas, líquidas | | 2.223 | (788) | 1.322 | 483 |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | 21 | (66) | 1.321 | (66) | 1.321 |
| Provisões (reversões) para perdas | 8 e 9 | 1.882 | (65) | 1.882 | (65) |
| Incentivo de Longo Prazo | 22 | 399 | 945 | 399 | 945 |
| | | 8.442 | (67.725) | 7.150 | (67.023) |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | | | | |
| (Aumento) redução de contas a receber | | (86.301) | (2.130) | (86.301) | (2.130) |
| (Aumento) redução de estoques | | (43.480) | (11.073) | (43.480) | (11.073) |
| (Aumento) redução de outros ativos | | (5.049) | (4.263) | (5.101) | (4.061) |
| Aumento (Redução) de fornecedores e títulos a pagar | | 33.662 | 3.069 | 33.662 | 3.069 |
| Aumento (Redução) de salários e encargos | | 1.670 | 2.776 | 1.670 | 2.776 |
| Aumento (Redução) de outros passivos | | (10.256) | (907) | (10.223) | (1.106) |
| **Caixa aplicado nas operações** | | (101.312) | (80.253) | (102.623) | (79.548) |
| Pagamentos de juros sobre empréstimos | | (8.886) | (12.217) | (8.886) | (12.217) |
| Pagamentos de juros sobre arrendamentos | | (152) | (80) | (152) | (80) |
| **

# BIOMM S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10

medida que sejam cumpridas as condições de *vesting*. Os valores a pagar aos beneficiários apresentados como outros passivos não circulante. **n) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **o) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida quando a Companhia satisfaz suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos cliente, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. **Venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

| Tipo de mercado | Natureza e época do cumprimento das obrigações | Política de reconhecimento da receita |
|---|---|---|
| Mercado Público (SUS) | Contratos de fornecimento contínuo de insulinas (humana e glargina) ao Ministério da Saúde, via PDP, ao longo do exercício. As entregas são programadas em lotes mensais/ trimestrais, com aceitação formal. Faturamento ocorre no momento da saída da mercadoria e o pagamento após a entrega e validação dos produtos. Contratos possuem cláusulas de prorrogação automática e preços reajustados anualmente. | A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as entregas são realizadas e aceitas pelo cliente, refletindo o cumprimento das obrigações de performance. A mensuração ocorre com base no preço fábrica do produto, ajustado ao preço estabelecido em contrato por meio da aplicação de descontos incondicionais, multiplicado pelo volume efetivamente entregue, líquido de impostos e devoluções estimadas. O direito de recebimento é registrado em Contas a Receber de Clientes. |
| Mercado Privado | Vendas de insulina glargina (Glargilin®) e produtos de parceiros a distribuidores, farmácias, hospitais privados e operadoras de saúde. O controle dos produtos é transferido no momento da entrega física e aceitação nas instalações do cliente. Faturamento imediato. Para produtos de parceiros, a BIOMM pode atuar como distribuidora exclusiva. | A receita é reconhecida em um ponto específico no tempo, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, o que ocorre no momento da entrega e aceitação. A mensuração é realizada com base no preço fábrica do produto, ajustado ao preço estabelecido em contrato por meio da aplicação de descontos incondicionais, deduzidos de impostos e de devoluções estimadas com base em dados históricos. |

**Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **p) Arrendamentos: Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir ao arrendamento. No balanço patrimonial, o saldo de arrendamentos está apresentado no grupo de outras contas a pagar. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **q) Estimativa do valor justo:** O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia mensura o valor justo de um ativo ou passivo observando os dados disponíveis no mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas pela Companhia para a mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

## 5. Novas normas e interpretações

**Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (CPC51 /IFRS18) –** Este pronunciamento, que substituirá o CPC 26, introduz uma reforma estrutural na Demonstração do Resultado (DRE) para melhorar a comunicação do desempenho financeiro. A norma proporciona ao leitor uma análise mais rígida e comparável ao classificar receitas e despesas em três categorias obrigatórias: operacional, investimento e financiamento. Além disso, a introdução do subtotal de "Lucro Operacional" e a exigência de conciliação de Medidas de Desempenho da Administração (MPMs) em nota explicativa reduzem a fragmentação das informações e oferecem uma visão padronizada da rentabilidade recorrente, eliminando ambiguidades no uso de indicadores não previstos nas normas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos da adoção do CPC 51, que corresponde ao IFRS 18, e entende que sua implementação poderá resultar principalmente em mudanças na estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado e no nível de detalhamento das divulgações em notas explicativas, não sendo esperados, até o momento, impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Relatórios de Sustentabilidade (CBPS P1 e P2) -** A adoção dos padrões brasileiros de sustentabilidade visa integrar informações financeiras e não financeiras, oferecendo ao leitor uma visão mais abrangente sobre o modelo de negócios da Companhia. O CBPS P1 estabelece requisitos gerais para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem afetar o fluxo de caixa, enquanto o CBPS P2 foca especificamente em divulgações relacionadas ao clima e transição energética. Essas normas proporcionam maior transparência sobre como fatores ambientais e sociais impactam o valor da entidade no curto, médio e longo prazo, permitindo uma avaliação de risco mais precisa por parte de investidores e credores. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da adoção desses pronunciamentos e entende que sua implementação poderá resultar principalmente no aumento do nível de detalhamento das divulgações relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, bem como na necessidade de aprimoramento de processos internos de coleta, mensuração e reporte dessas informações. Até o momento, não são esperados impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia. **c) Outras Normas Contábeis -** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Contratos de Hedge (CPC 40/CPC 48).

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixas e bancos em moeda nacional | 6.828 | 5.152 | 6.828 | 5.152 |
| Caixas e bancos em moedas estrangeiras | 25 | 3 | 36 | 7 |
| Aplicações financeiras | 3.203 | 65.537 | 3.203 | 65.537 |
| Aplicações financeiras - Time Deposit USD [1] | 11.890 | 6.050 | 12.237 | 6.924 |
| | 21.946 | 76.742 | 22.304 | 77.620 |

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras com riscos insignificantes de alteração de valor. As aplicações em moeda nacional apresentam liquidez diária e apresentam rentabilidade média ponderada de 13,3 % a.a., sendo 93,1% do CDI (11,2 % a.a., sendo 96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

[1] As aplicações em moeda estrangeira tem rentabilidade aplicada aos juros simples apresentando média ponderada de 4,0% a.a. sem indexador.

## 7. Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| CDB Curto Prazo | 11.112 | 48.729 | 11.114 | 48.729 |
| CDB Longo Prazo | 14.738 | 9.302 | 14.738 | 9.302 |
| Aplicações financeiras - Time Deposit USD | - | 6.768 | 9.769 | 17.091 |
| | 25.850 | 64.799 | 35.621 | 75.122 |
| Circulante | 11.112 | 55.497 | 20.883 | 65.820 |
| Não circulante | 14.738 | 9.302 | 14.738 | 9.302 |

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou os recursos na modalidade de certificados de depósitos bancários, emitidos por bancos de primeira linha e que apresentam baixos riscos de créditos. Essas aplicações apresentaram rentabilidade média ponderada nos últimos 12 meses de 14,0% a.a., sendo 98,1% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (10,5% a.a., sendo 96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e as aplicações em moeda estrangeira tem rentabilidade aplicada aos juros simples apresentando média ponderada de 4,0% a.a sem indexador. O saldo de aplicações financeiras abaixo foi utilizado para: Garantia ao contrato de empréstimos na modalidade da Lei 4.131 junto ao Banco ABC, no montante de R$9.770 (R$10.323 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. No montante de aplicações financeiras em CDB no curto e longo prazo, há saldo restrito que visa garantir fianças bancárias contratadas e cartas de crédito emitidas pela Companhia para fazer frente à importação de produtos. Nesse sentido, houve as cessões de título de crédito (renda fixa) em decorrência das contratações de fianças bancárias e cartas de crédito de importação, no total de R$14.738 em 31 de dezembro de 2025 (R$18.366 em 31 de dezembro de 2024) que tem como objeto a garantia complementar de: (i) R$9.370 em 31 de dezembro de 2025 (R$8.015 em 31 de dezembro de 2024), ao contrato de financiamento junto à FINEP; (ii) R$ 1.287 em 31 de dezembro de 2025 (R$1.287 em 31 de dezembro de 2024), ao contrato de financiamento junto ao BNDES. (iii) R$ 4.081 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 9.064 em 31 de dezembro de 2024), referente às cartas de crédito de importação junto ao BANCO DAYCOVAL (R$ 1.635) e BANCO ABC (R$ 1.726).

## 8. Contas a receber

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Clientes nacionais | 109.473 | 23.148 |
| Provisão para perda estimada | (635) | (199) |
| | 108.838 | 22.949 |

Os saldos por vencimento do contas a receber é como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| A vencer | 108.326 | 22.626 |
| Vencidas | 1.147 | 522 |
| | 109.473 | 23.148 |
| Vencidas | | |
| De 1 a 30 dias | - | 79 |
| De 31 a 60 dias | 749 | - |
| De 61 a 180 dias | - | 53 |
| Acima de 181 dias | 398 | 390 |

A movimentação das perdas estimadas é como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | (199) | (622) |
| (Adições) reversão ao resultado | (436) | 433 |
| Reversão | - | (10) |
| Baixa efetiva (recebimento) | - | - |
| **Saldo final** | (635) | (199) |

## 9 Estoques

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Mercadoria para revenda | 5.583 | 3.802 |
| Mercadoria para venda | 12.154 | 3.143 |
| Estoques em trânsito | 33.231 | 12.977 |
| Estoques em poder de terceiros | 14.352 | 599 |
| Produtos em elaboração | 10.421 | 14.422 |
| Matérias-primas | 21.325 | 18.194 |
| Outros estoques | 2.140 | 2.345 |
| Provisão para redução ao valor realizável | (1.934) | (488) |
| | 97.272 | 54.994 |

A provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques é constituída com base na análise da data de vencimento dos produtos, eventuais desvios de qualidade e na estimativa do valor realizável líquido. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída totaliza R$ 1.934 (R$ 488 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para redução ao valor realizável é como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | (488) | - |
| Adições no resultado | (2.299) | (2.067) |
| Baixas no resultado | 853 | 1.579 |
| **Saldo final** | (1.934) | (488) |

## 10. Adiantamento a fornecedor

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Adiantamento a fornecedor em moeda nacional | 1.250 | 1.449 |
| Adiantamento a fornecedor em moeda estrangeira | 14.370 | 7.438 |
| | 15.620 | 8.887 |

O adiantamento a fornecedor em moeda estrangeira corresponde substancialmente a operação de importação de mercadoria e insumos para comercialização.

## 11. Investimentos

**a) Composição**

| | Participação no capital social | Patrimônio líquido/ (Passivo a descoberto) | | Investimentos | | Resultado de equivalência | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Controlada direta: | | | | | | | |
| Biomm International Inc. | 100% | 1.022 | 916 | 1.022 | 916 | 214 | 170 |
| Controladas indiretas: | | | | | | | |
| Biomm Middle East Inc. | 100% | (158) | (164) | - | - | (12) | (26) |
| Biomm Russia Ltd. | 100% | - | - | - | - | - | 106 |
| Controlada em conjunto: | | | | | | | |
| Gabas Global | 15% | - | - | - | - | - | - |
| | | | | 1.022 | 916 | 202 | 250 |

No ano de 2016, foi realizado *impairment* na empresa Gabas Global no valor de R$4.110, além da provisão do ajuste acumulado de conversão sobre este investimento no valor de R$2.260. No exercício de 2025, a provisão foi mantida. A Companhia decidiu encerrar as atividades de sua controlada Biomm Rússia, tendo em vista a inexistência de movimentação significativa de negócios e a análise estratégica das operações da mesma. A Biomm Rússia, que não apresentou movimento operacional nos últimos períodos, foi considerada não sustentável no contexto atual da Companhia, o que motivou a decisão de encerrar suas atividades. O processo de descontinuação foi formalizado e concluído em dezembro de 2024, quando a controlada foi efetivamente desativada. A Companhia não vislumbrou perspectivas de recuperação operacional ou geração de valor para o grupo empresarial, o que levou à decisão de encerrar as atividades da subsidiária. A partir de dezembro de 2024, a controlada não mantém mais quaisquer operações ativas. **b) Movimentação:** A movimentação dos investimentos é como segue:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 916 | 433 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 202 | 250 |
| Transferência passivo descoberto | (6) | 163 |
| Ajuste acumulado de conversão | (90) | 70 |
| **Saldo final** | 1.022 | 916 |

**c) Participações em investidas:** Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas, diretamente e indiretamente, e controladas em conjunto, considerados nas informações contábeis intermediárias consolidadas, podem ser assim sumarizados:

| | Direta | | Indireta | | Indireta | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Biomm International | | Biomm Middle East | | Biomm Rússia | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| **Balanço patrimonial** | | | | | | |
| Ativo circulante | 10.176 | 11.202 | - | - | - | - |
| Ativo não circulante | 8.238 | 9.258 | - | - | - | - |
| Passivo circulante | 2.941 | 3.281 | - | - | - | - |
| Passivo não circulante | 14.451 | 16.263 | 164 | - | - | - |
| Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) | 1.022 | 916 | (164) | - | - | - |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| **Resultado** | | | | | | |
| Lucro/ Lucro (Prejuízo) no exercício | 214 | 170 | (11) | (26) | - | 106 |

## 12. Imobilizado

| | | Controladora e Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2025 | 2024 |
| | Taxa média de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos | | 13.851 | - | 13.851 | 13.851 |
| Edificações | 1,72% | 60.781 | (4.424) | 56.357 | 57.326 |
| Instalações | 9,77% | 16.059 | (5.357) | 10.702 | 11.502 |
| Máquinas e equipamentos | 4,80% | 84.925 | (10.949) | 73.976 | 76.787 |
| Equipamentos de proc. de dados | 20% | 4.264 | (1.820) | 2.444 | 1.920 |
| Imobilizado em andamento | - | 4.136 | - | 4.136 | 4.327 |
| Direitos de uso | 12,50% | 984 | (416) | 568 | 459 |
| Outros | 14,17% | 3.010 | (1.237) | 1.773 | 1.473 |
| | | 188.010 | (24.203) | 163 .807 | 167.645 |

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | Adições | Depreciação | Transferência | Baixas | 31/12/2025 |
| Terrenos | 13.851 | - | - | - | - | 13.851 |
| Edificações | 57.326 | - | (964) | (5) | - | 56.357 |
| Instalações | 11.502 | 448 | (1.416) | 168 | - | 10.702 |
| Máquinas e equipamentos | 76.787 | 1.439 | (4.057) | (219) | 26 | 73.976 |
| Equip. de proc. de dados | 1.920 | 1.169 | (654) | 66 | (57) | 2.444 |
| Imobilizado em andamento | 4.327 | 3.780 | - | (3.808) | (163) | 4.136 |
| Direitos de uso | 459 | 522 | (413) | - | - | 568 |
| Outros | 1.473 | 602 | (225) | 36 | (113) | 1.773 |
| | 167.645 | 7.960 | (7.729) | (3.762) | (307) | 163 .807 |

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2023 | Adições | Depreciação | Transferência | Baixas | 31/12/2024 |
| Terrenos | 13.851 | - | - | - | - | 13.851 |
| Edificações | 28.741 | - | (767) | 29.352 | - | 57.326 |
| Instalações | 3.577 | 307 | (1.037) | 8.655 | - | 11.502 |
| Máquinas e equipamentos | 16.429 | 2.310 | (2.555) | 62.140 | (1.537) | 76.787 |
| Equip. de proc. de dados | 653 | 1.636 | (393) | 1 | 23 | 1.920 |
| Imobilizado em andamento | 99.089 | 5.412 | - | (100.174) | 0 | 4.327 |
| Direitos de uso | 448 | 395 | (384) | 0 | - | 459 |
| Outros | 1.101 | 933 | (376) | 26 | (211) | 1.473 |
| | 163.889 | 10.993 | (5.512) | - | (1.725) | 167.645 |

O saldo de imobilizado em andamento é composto, substancialmente, por investimentos destinados à expansão da capacidade produtiva, modernização de ativos e adequação da infraestrutura técnica. Em 31 de dezembro de 2025, o montante refere-se a: (i) aquisição de máquinas e equipamentos voltados ao desenvolvimento de novas linhas de produtos; (ii) benfeitorias e melhorias em maquinários e instalações já existentes; e (iii) ativos fixos em processo de montagem, instalação e comissionamento. Tais itens serão transferidos para as contas de imobilizado em operação e terão sua depreciação iniciada a partir do momento em que estiverem em condições de uso pretendidas pela administração. Os direitos de uso da Companhia estão vinculados aos contratos de aluguel de estrutura física, totalizando um montante líquido de R$568 (R$459 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, ativos fixos no valor total de R$157.330 compõem garantias a empréstimos bancários.

## 13. Intangível

| | | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2025 | 2024 |
| | Taxa média de amortização | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Testes e protótipos em andamento | - | 27.103 | - | 27.103 | 27.103 |
| *Software* | 9,60% | 4.609 | (1.669) | 2.940 | 3.305 |
| Marcas e licenças | 17,71% | 14.254 | (3.376) | 10.878 | 8.032 |
| Adiantamento para intangível | - | 4.388 | - | 4.388 | 2.635 |
| Intangível em andamento | - | 17.139 | - | 17.139 | 3.578 |
| | | 67.493 | (5.045) | 62.448 | 44.653 |

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2025 | 2024 |
| | Taxa média de amortização | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Testes e protótipos em andamento | - | 28.050 | - | 28.050 | 28.169 |
| *Software* | 9,60% | 4.609 | (1.669) | 2.940 | 3.305 |
| Marcas e licenças | 17,71% | 14.254 | (3.376) | 10.878 | 8.032 |
| Adiantamento para intangível | - | 4.388 | - | 4.388 | 2.635 |
| Intangível em andamento | - | 17.139 | - | 17.139 | 3.578 |
| | | 68.440 | (5.045) | 63.395 | 45.719 |

A movimentação do intangível pode ser resumida como segue:

| | 31/12/2024 | Adições | Amortização | Variação cambial | Transferência | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Testes e protótipos em andamento | 27.103 | - | - | - | - | 27.103 |
| *Software* | 3.305 | 2 | (381) | - | 14 | 2.940 |
| Marcas e licenças | 8.032 | 3.604 | (701) | - | (57) | 10.878 |
| Adiantamento para intangível | 2.635 | - | - | (276) | 2.029 | 4.388 |
| Intangível em andamento | 3.578 | 11.785 | - | - | 1.776 | 17.139 |
| | 44.653 | 15.391 | (1.082) | (276) | 3.762 | 62.448 |

| | 31/12/2024 | Adições | Amortização | Variação cambial | Transferência | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Testes e protótipos em andamento | 28.169 | - | - | (119) | - | 28.050 |
| *Software* | 3.305 | 2 | (381) | - | 14 | 2.940 |
| Marcas e licenças | 8.032 | 3.604 | (701) | - | (57) | 10.878 |
| Adiantamento para intangível | 2.635 | - | - | (276) | 2.029 | 4.388 |
| Intangível em andamento | 3.578 | 11.785 | - | - | 1.776 | 17.139 |
| | 45.719 | 15.391 | (1.082) | (395) | 3.762 | 63.395 |

| | 31/12/2023 | Adições | Amortização | Variação cambial | Transferência | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Testes e protótipos em andamento | 27.103 | - | - | - | - | 27.103 |
| *Software* | 1.163 | 408 | (329) | - | 2.063 | 3.305 |
| Marcas e licenças | 10.041 | 4.034 | (6.043) | - | - | 8.032 |
| Adiantamento para intangível | 2.094 | - | - | 541 | - | 2.635 |
| Intangível em andamento | 1.857 | 3.784 | - | - | (2.063) | 3.578 |
| | 42.258 | 8.226 | (6.372) | 541 | - | 44.653 |

| | 31/12/2023 | Adições | Amortização | Variação cambial | Transferência | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Testes e protótipos em andamento | 27.937 | - | - | 232 | - | 28.169 |
| *Software* | 1.163 | 408 | (329) | - | 2.063 | 3.305 |
| Marcas e licenças | 10.041 | 4.034 | (6.043) | - | - | 8.032 |
| Adiantamento para intangível | 2.093 | - | - | 542 | - | 2.635 |
| Intangível em andamento | 1.857 | 3.784 | - | - | (2.063) | 3.578 |
| | 43.091 | 8.226 | (6.372) | 774 | - | 45.719 |

O saldo de intangível é composto pelos seguintes elementos:

(i) Projetos de desenvolvimento: compreendem os investimentos em tecnologia e processos realizados via Contract Manufacturing Organization (CMO) e desenvolvimento interno, cujos testes clínicos e pré-clínicos foram concluídos com sucesso. A finalização destas etapas consolidou o domínio biotecnológico da Companhia, tornando-a plenamente apta à produção própria de insulina Glargina e ao escalonamento industrial de seu portfólio de biossimilares na unidade fabril de Nova Lima (MG); (ii) Marcas e licenças: compreendem os registros das marcas do portfólio Biomm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro; e (iii) Intangível em andamento: refere-se, substancialmente, aos investimentos no projeto de implantação do sistema de gestão ERP, além de gastos capitalizados com a obtenção de registros regulatórios e o desenvolvimento de novos produtos que atendem aos critérios de viabilidade técnica. Referidos ativos serão transferidos às contas definitivas e terão sua amortização iniciada assim que os sistemas entrarem em operação ou os produtos passarem a gerar benefícios econômicos para a Companhia.

## 14. Fornecedores

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fornecedores nacionais | 14.984 | 14.061 |
| Fornecedores estrangeiros | 51.587 | 18.166 |
| | 66.571 | 32.227 |

## 15. Títulos a pagar

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | 1.551 | 1.494 |
| Não circulante | 13.966 | 14.942 |
| | 15.517 | 16.436 |

O montante de títulos a pagar refere-se à aquisição, em outubro de 2016, de três lotes de terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) e os direitos possessórios e aquisitivos do trecho de uma rua localizada entre esses lotes, além dos bens móveis, utilidades e edificações incorporados ao ativo da Companhia. O saldo a pagar é corrigido pelo IPC-FIPE em bases anuais. Os títulos serão pagos em 10 parcelas anuais, sendo a última parcela com vencimento em 2035.

## 16. Empréstimos e financiamentos

| Instituição financeira | Modalidade | Data da captação | Vencto. Final | Valor captado | Juros anuais | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BNDES | Emp. longo prazo – R$ | 23/01/2014 | 2027 | 73.557 | TLP + 3,39% | 23.806 | 36.821 |
| BDMG FINEM | Emp. longo prazo – R$ | 23/09/2016 | 2027 | 26.103 | TLP + 4,05% | 8.713 | 13.475 |
| BDMG FAPEMIG | Emp. longo prazo – R$ | 23/01/2014 | 2027 | 30.000 | 5,32% | 8.811 | 13.614 |
| FINEP | Emp. longo prazo – R$ | 14/03/2014 | 2027 | 54.129 | TJLP | 42.671 | 43.398 |
| ABC | Emp. curto prazo – US$ | 14/05/2024 | 2025 | 11.672 | 7,38% | - | 14.728 |
| ABC | Financ. curto prazo – US$ | 14/05/2025 | 2026 | 12.505 | 7,6% | 13.026 | - |
| Custos de captação | | | | | | (423) | (653) |
| | | | | 207.967 | | 96.604 | 121.383 |
| Empréstimos – circulante | | | | | | 50.911 | 76.880 |
| Empréstimos – não circulante | | | | | | 45.693 | 44.503 |
| | | | | | | 96.604 | 121.383 |

**Movimentação dos empréstimos**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | 121.383 | 153.600 |
| Adição de principal | 12.505 | 11.672 |
| Amortização de principal | (36.792) | (47.410) |
| Encargos provisionados | 9.788 | 11.444 |
| Amortização de encargos | (8.886) | (12.217) |
| Amortização de custos de captação de empréstimos | 230 | 222 |
| Variação cambial | (1.624) | 4.072 |
| | 96.604 | 121.383 |

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm seu vencimento para o ano de 2027. Além das garantias reais e fidejussórias informadas anteriormente (Nota Explicativa no 7 – Aplicações financeiras e Nota Explicativa no 12 – Imobilizado), as operações de crédito são garantidas por recebíveis.

**Covenants:** A Companhia possui dois contratos de financiamento de longo prazo (BNDES e BDMG FINEM) que estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros restritivos ("covenants"), incluindo índices financeiros e de liquidez apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o índice de Dívida Líquida/EBITDA previsto contratualmente. Contudo, esse não atingimento, não caracteriza quebra das cláusulas restritivas, uma vez que, nos termos contratuais, eventual descumprimento apenas se configura como evento de inadimplemento após a notificação formal do credor e decorrido o período de cura aplicável, durante o qual a Companhia poderá restabelecer os indicadores ou oferecer garantias/avais adicionais aceitos pelo credor, evitando o vencimento antecipado. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não foi notificada pelo credor, não tendo sido iniciado o período de cura previsto contratualmente. Assim, não há, nesta data, evento que caracterize vencimento antecipado, tampouco existe direito incondicional do credor de exigir liquidação imediata, conforme os requisitos do CPC 26 (IAS 1). Dessa forma, os saldos dos financiamentos com o BNDES e o BDMG permanece classificados no passivo não circulante, observados seus respectivos cronogramas de amortização.

## 17. Partes relacionadas

a) A seguir os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas com vencimentos indeterminados, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo | | |
| Contas a receber partes relacionadas (i) | 2.951 | 3.321 |
| Passivo | | |
| Contas a pagar partes relacionadas (ii) | 7.133 | 8.028 |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado | | |
| Variação cambial (iv) | 525 | (1.027) |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo | | |
| Contas a pagar partes relacionadas (iii) | 14.441 | 16.252 |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado | | |
| Variação cambial (iv) | 1.811 | (3.547) |

(i) Refere-se ao saldo a receber de sua controlada direta, Biomm International, referente a royalties sobre os direitos de tecnologia de produção de insulina. Esse saldo não possui a incidência de juros, é mantido em dólares norte-americanos e não possui provisões para perdas. (ii) O saldo a pagar à Biomm International refere-se a mútuo firmado entre as partes. Esse saldo não possui a incidência de juros e é mantido em dólares norte-americanos. (iii) Refere-se a saldo recebido, pela Biomm International, sobre contrato de transferência de tecnologia com Gabas Global, o qual tem previsão de liquidação mediante a conclusão das etapas de transferência de tecnologia. (iv) Efeito cambial dos saldos em aberto a pagar e a receber com as partes relacionadas reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

**Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está apresentada a seguir:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados | 9.236 | 9.150 |
| Plano de pagamento baseado em ações | 399 | 1.173 |
| Outros benefícios de longo prazo | 108 | 80 |
| | 9.743 | 10.403 |

Os benefícios de curto prazo a empregados e administradores contemplam honorários e encargos sociais aos diretores e comitê estratégico, assistência médica e outros benefícios não monetários, além de participação nos resultados aos diretores mediante o cumprimento das metas aprovadas pelo Conselho de Administração. Os benefícios de longo prazo contemplam o plano de previdência privada dos diretores.

## 18. Plano de previdência privada

A Companhia oferece para seus colaboradores um Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres, de contribuição definida. As principais características deste plano são: (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação. (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 2,5% do salário nominal do participante, limitado à contribuição normal do participante. (c) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias. (d) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de cinco anos. No exercício de 2025, a Companhia incorreu em R$333 (R$261 em dezembro de 2024) com despesas de contribuição nos planos de pensão.

## 19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com as principais seguradoras do país, as quais foram definidas por orientação de especialistas do segmento e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Riscos nomeados | 265.000 | 215.000 |
| Responsabilidade civil conselheiros, administradores e diretores | 50.000 | 50.000 |
| Seguro de transportes (USD) | 2.500 | 2.500 |

## 20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante total de R$ 670.731 (R$ 669.211 em 31 de dezembro de 2024). Referido saldo compreende prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores e acumulados para compensação futura, não havendo registro contábil de ativo fiscal diferido em decorrência da inexistência de histórico de lucros tributáve

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quinta-feira, 26 de março de 2026

# BIOMM S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10

**Conselho de Administração**
Cláudio Luiz Lottenberg
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Luiz Francisco Novelli Viana
Eduardo Augusto Buarque de Almeida
Ítalo Aurélio Gaetani
Márcio Pochmann
André Capistrano Emrich
Pedro Augusto Mesquita Prado
Laura Gomes Castanheira

**Diretoria**
Guilherme Maradei
Francisco Carlos Marques de Freitas
Francisco Rafael Costa Junior
Luciano da Silva Machado
Marcelo Safádi Alvares

**Responsáveis Técnicos**
Bernardo Vimieiro Romani
Contador CRC: MG-106313/O-6
Controller
Nayara Rodrigues de Souza Cruz
CRC: MG -118096-O-5
Contadora

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da**
**BIOMM S.A.**
Nova Lima – Minas Gerais

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Biomm S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BIOMM S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| **Reconhecimento de Receita – Período de Corte (Cut-off)** | |
|---|---|
| **Veja a Notas 3 (o) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** | |
| **Principal assunto de auditoria** | **Como auditoria endereçou esse assunto** |
| A principal fonte de receita da Companhia advém da comercialização de medicamentos biotecnológicos. Diante do aumento das receitas e do volume de transações ao longo do exercício, a aplicação da política de reconhecimento de receita, especialmente em relação à determinação do período correto de registro, foi considerada um assunto relevante na auditoria. O reconhecimento da receita ocorre com a transferência dos riscos e benefícios ao cliente, considerando entrega, aceite e devoluções. Conforme políticas da Companhia, são analisadas notas fiscais, comprovantes de entrega, termos de aceite, devoluções e demais evidências que demonstrem o cumprimento da obrigação. Adicionalmente, a política de vendas está sujeita a regras específicas de precificação estabelecidas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Assim, há possibilidade de reconhecimento antecipado ou postergação de receitas entre exercícios, notadamente em transações ocorridas no quarto trimestre, o que pode impactar diretamente o resultado do exercício. | Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita e aos procedimentos de fechamento contábil; - Procedimentos específicos sobre transações registradas nos períodos imediatamente anterior e posterior à data-base, por meio da seleção de transações do período corrente e no exercício subsequente; - Confronto das notas fiscais correspondentes as transações selecionadas com os respectivos comprovantes de entrega, protocolos de recebimento, termos de aceite e demais documentos que evidenciem o cumprimento das obrigações; - Análise da correta competência na apropriação contábil das receitas; - Análise de eventos subsequentes à data-base, que pudessem indicar eventual reconhecimento indevido de receitas do exercício; - Avaliação das divulgações realizadas nas notas explicativas relacionadas às políticas contábeis de reconhecimento de receita. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento da receita no período findo em 31 de dezembro de 2025 está adequado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) , e emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC SP-014428/O-6 F-MG
**Poliana Silveira Rodrigues** - Contadora CRC MG-070240/O-3



Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

# NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ/MF 10.558.895/0001-38

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

### Balanço Patrimonial

| Ativo | Nota | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Disponível | 4 | 22.729.464 | 7.961.787 | 82.502.760 | 94.664.153 |
| Contas a Receber | 5 | 77.417.375 | 87.922.120 | 86.182.947 | 102.163.404 |
| Adiantamentos e | | | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 41.814.384 | 35.383.647 | 53.584.849 | 36.704.052 |
| Impostos a Recuperar | 7 | 13.811.328 | 16.468.820 | 15.343.696 | 20.062.306 |
| Estoques | 8 | 10.950.407 | 8.046.677 | 20.895.467 | 17.980.167 |
| Demais Créditos | | 9 | 243 | 9 | 243 |
| Depósito Caução | | 13.204 | 13.204 | 13.204 | 13.204 |
| Depósitos Judicias | | 101.609 | 205.719 | 156.616 | 205.719 |
| | | 166.837.778 | 156.002.218 | 258.679.548 | 271.793.248 |
| Não Circulante | | | | | |
| Demais Créditos | | 8.123 | 1.609.381 | 12.348 | 1.610.431 |
| Investimentos | 9 | 46.919.803 | 71.981.347 | 4.800.241 | 4.855.294 |
| Imobilizado liquido | 10 | 86.477.006 | 64.663.691 | 100.404.055 | 79.697.707 |
| Intangível | | - | - | 34.941 | 34.941 |
| | | 133.404.933 | 138.254.418 | 105.251.585 | 86.198.372 |
| **Total do ativo** | | **300.242.711** | **294.256.636** | **363.931.132** | **357.991.620** |

| Passivo e patrimônio liquido | Nota | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Adiantamentos de Clientes | | 5.395.911 | 4.333.984 | 65.511.016 | 64.241.713 |
| Fornecedores | | | | | |
| Nacionais | 11 | 3.556.060 | 1.531.991 | 3.934.794 | 2.290.303 |
| Obrigações Sociais | | | | | |
| a Recolher | | 263.523 | 0 | 474.287 | 10.087 |
| Provisões Trabalhistas | 12 | 511.949 | 540.712 | 779.723 | 723.721 |
| Obrigações Fiscais | | | | | |
| a Recolher | 13 | 6.619.852 | 8.828.344 | 8.681.095 | 10.168.572 |
| Outras Contas a Pagar | | 75.296 | 62.025 | 525.555 | 478.391 |
| Consórcios a Pagar | | 236.367 | 541.506 | 236.367 | 541.506 |
| Empréstimos e | | | | | |
| Financiamentos | 14 | 283.394 | 5.504.168 | 283.394 | 5.504.168 |
| | | 16.942.352 | 21.342.730 | 80.426.230 | 83.958.461 |
| Não Circulante | | | | | |
| Empréstimos e | | | | | |
| Financiamentos | 14 | - | 283.394 | - | 283.394 |
| Obrigações Fiscais | | | | | |
| a Recolher | 13 | 1.096.042 | 5.625.065 | 1.096.042 | 5.625.065 |
| Provisões P/ | | | | | |
| Contingências | 15 | 1.023.099 | 420.192 | 1.109.477 | 494.192 |
| Lucros a Distribuir | | 30.000.000 | - | 30.000.000 | - |
| Demais Débitos | | - | - | - | 143.700 |
| | | 32.119.141 | 6.328.651 | 32.205.519 | 6.546.351 |
| Patrimônio liquido | | | | | |
| Capital Social | 16 | 49.778.608 | 49.778.608 | 49.778.608 | 49.778.608 |
| Adiantamento Fut. | | | | | |
| Aum. Capital | | 141.848.565 | - | 141.848.565 | - |
| Lucros / Prejuízos | | | | | |
| Acumulados | | 219.783.595 | 203.713.657 | 219.783.595 | 203.713.657 |
| Lucros / Prejuízos | | | | | |
| do Exercício | | 28.311.592 | 15.499.167 | 28.311.592 | 15.499.167 |
| ( - ) Lucros distribuídos | | (188.541.142) | (2.406.178) | (188.541.142) | (2.406.178) |
| Total do Patrimônio | | | | | |
| Liquido | | 251.181.218 | 266.585.255 | 251.181.218 | 266.585.255 |
| Participação não | | | | | |
| controladores | | | | 118.166 | 901.554 |
| **Total do passivo e PL** | | **300.242.711** | **294.256.636** | **363.931.133** | **357.991.620** |

### Notas Explicativas

**1. Contexto Operacional** A Noromix Concreto S.A. "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelas práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09 e cuja finalidade é a preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimentos para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comercio varejista de areia e pedra, execução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplanagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de imóveis, comercio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprios, prestação de serviços, locação e Administração de bens móveis e imóveis, comercio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defensas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviço na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de serviços em equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro jateamento, limpeza de esgotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroçerias, caçamba, tratores, varredores, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres e indústria e comércio de produtos asfálticos. A Companhia possui três controladas diretas denominadas: • **Serra Geral Administração e Participações Ltda**, **Pavimentare Infraestrutura Ltda e Mineração Água Amarela Ltda,** que são sociedades empresárias de responsabilidade limitada, onde 100% de suas cotas pertencem à Noromix Concreto S/A. A empresa **Serra Geral** possui o objeto social de execução e gerenciamento de projetos de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros; locação e Administração de bens moveis e imóveis, de máquinas e equipamentos, caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores, reboques, semi-reboques e similares, sem operador; parcelamento de solo para loteamento e incorporações, compra venda de imóveis próprios e de terceiros; transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio; participação em outras sociedades como sócia, acionista ou de outra forma legalmente admissível. e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas. As empresas **Pavimentare e Mineração Água Amarela** tem por objeto social a exploração do ramo de execução e gerenciamento de projetos e obras da construção civil e de infraestruturas, saneamento básico, terraplanagem, urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta propria ou de terceiros, locação e administração de bens moveis e imóveis, de maquinas e equipamentos, caminhões, caminhão pipa agua, compactadores, munck, carroçerias, caçamba, tratores, varredores, reboques, semi reboques e similares, sem operador, comercio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral, a compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros, prestação de serviços com equipe padrão, limpeza de fachadas, bueiros e bocas de lobo, hidro jateamento, limpeza de esgotos, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres, serviços de coleta, remoção de entulhos e transporte rodoviário de cargas em geral de terceiros e próprio, prestação de serviços de implantação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defensas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas. Além do objeto acima descrito a empresa **Mineração Água Amarela** também possui as atividades de direção, gerenciamento, e a responsabilidade técnica da obra, exploração, beneficiamento e comercialização de areia, cascalho ou pedregulho, minerais e minérios no território nacional. Através de sua controlada "Serra Geral", a companhia possui controle indireto sob as sociedades listadas abaixo, as quais encontram-se consolidadas nestas Demonstrações Financeiras: **Helsinque Participações Ltda.** - 100% de suas cotas pertencentes à Serra Geral Administração e Participações Ltda, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia, ou acionista, administração e locação de bens móveis e imóveis (próprios ou de terceiros), além da prestação de serviços administrativos, planejamento e controle financeiro, e consultoria e assessoria em gestão de negócios. **Aporte Construção e Urbanização Ltda.** - empresa pertencente à Helsinque Participações Ltda; que tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, Saneamento Básico, Terraplanagem, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **Obras e Serviços Fator S/A - (Nova denominação MSfator Obras e Serviços S/A)** - 99% de suas cotas pertencem à Aporte Construção e Urbanização Ltda, e 1% de suas cotas pertencem à Helsinque Participações Ltda. Tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. A Noromix é ostensiva em uma SCP (Sociedade em conta de participação), denominada **Noromix Concreto S/A - SCP NT**, constituída em 15/12/2024, com o objeto social de execução de serviços e obras de melhorias, reparos e requalificações em vias públicas - Execução de Ondulações Transversais e Faixas Elevadas. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros. **a) Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **b) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31/12/2026 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante; **c) Demonstração do resultado do exercício** Estruturada em conformidade com as disposições contidas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis no Brasil. O resultado do exercício de 2025 foi apresentado um lucro no valor de R$ 28.311.592. **d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **e) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Noromix. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **c) Contas a receber** São apresentadas aos valores presente e de realização. **d) Estoques** Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **e) Investimentos em controladas** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. **f) Imobilizado f1 Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico reavaliado ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **f2 Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **f3 Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 10. **g) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **h) Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Noromix possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **k) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **3.1. Pronunciamentos contábeis** IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/ CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º/01/2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de hegde. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu que não haverá impacto da adoção das novas normas para o exercício atual. Não há outras normas e/ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4. Disponível** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os disponíveis financeiros consolidados foram reduzidos em 2025, em razão da intensificação dos pagamentos dos parcelamentos vigentes, incluindo a antecipação de vencimentos futuros, bem como da quitação de financiamentos e do aumento do ativo imobilizado operacional, visando atender ao crescimento da demanda de obras no próximo exercício.

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Caixa** | 47.492 | 41.772 | 415.622 | 156.340 |
| **Banco Bradesco** | 15.449 | 4.547 | 15.455 | 66.455 |
| **Banco do Brasil** | 419.436 | 314.946 | 420.491 | 318.058 |
| **Caixa Econômica Federal** | - | - | 77 | - |
| **Sicoob Credlider** | 3.392.156 | 2.961.665 | 7.087.759 | 3.884.120 |
| **Banco Daycoval** | 11.042 | 336 | 11.206 | 500 |
| **Aplicação Bradesco** | 17.739.509 | 1.468.361 | 67.156.017 | 2.217.252 |
| **Aplicação Daycoval** | - | 1.900.000 | - | 1.900.000 |
| **Aplicação Sicoob** | 1.104.381 | 1.270.159 | 7.396.135 | 13.695.428 |
| **Aplicação Agora** | - | - | - | 72.426.000 |
| | **22.729.464** | **7.961.787** | **82.502.760** | **94.664.153** |

**5. Contas a receber** As contas a receber estão representadas como segue:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Cheques Pré-datados** | 1.092.715 | 1.059.563 | 1.123.130 | 1.073.131 |
| **Duplicatas a Receber** | 21.283.716 | 14.227.727 | 21.311.923 | 14.319.018 |
| **Duplicatas a Receber -** | | | | |
| **Construtoras** | 4.958.661 | 8.721.974 | 6.848.850 | 11.504.336 |
| **Duplicatas a Receber - Usinas** | - | 2.053.072 | - | 2.053.072 |
| **Obras Executadas a Faturar** | 49.005.147 | 59.969.576 | 55.818.510 | 71.316.743 |
| **Cheques Devolvidos** | 1.065.729 | 1.092.859 | 1.065.729 | 1.092.859 |
| **Duplicatas Descontadas** | - | (646.681) | - | (646.681) |
| **Devedores Duvidosos** | 11.408 | 1.444.030 | 14.806 | 1.450.926 |
| | **77.417.375** | **87.922.120** | **86.182.947** | **102.163.404** |

**6. Adiantamentos e Transações com Partes Relacionadas** Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Adiantamento a Funcionários | 7.930 | 3.480 | 9.946 | 4.148 |
| Adiantamento a Fornecedores | 3.563.569 | 33.396.866 | 3.588.440 | 33.435.932 |
| Adiantamento a Coligadas (1) | 35.962.449 | - | 46.289.712 | - |
| Adiantamento de Férias | 104.536 | 216.902 | 219.722 | 347.192 |
| Adiantamento para Investimento | 2.175.900 | 1.766.400 | 3.477.030 | 2.916.780 |
| | **41.814.384** | **35.383.647** | **53.584.849** | **36.704.052** |

(1) A Companhia realiza operações financeiras e operacionais com empresas relacionadas, incluindo adiantamentos de recursos destinados à execução de obras e serviços. Essas operações possuem as seguintes características: são formalizadas por meio de instrumentos contratuais específicos entre as partes; possuem lastro financeiro comprovado por transferências bancárias; são registradas contabilmente de forma individualizada; apresentam correspondência entre os saldos devedores e credores entre as empresas envolvidas. Durante o exercício de 2025, a Companhia procedeu à formalização contratual dessas operações, refletindo práticas operacionais já existentes em períodos anteriores. Os valores registrados referem-se a adiantamentos para execução de obras, sendo liquidados mediante medições ou compensações financeiras entre as partes. A Administração entende que tais operações estão realizadas em condições compatíveis com a natureza das atividades do grupo. **7. Impostos a recuperar** Os impostos a recuperar estão representados como segue:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| CSLL a Recuperar | - | - | 7.042 | 7.042 |
| ICMS a Recuperar | 7.858.593 | 9.558.242 | 7.889.015 | 9.586.279 |
| INSS a Recuperar | 322.662 | 322.662 | 552.618 | 1.497.399 |
| IRPJ a Recuperar | - | - | 11.857 | 8.612 |
| IRRF a Recuperar | 3.347.915 | 4.101.971 | 4.538.165 | 6.418.207 |
| ISSQN a Recuperar | 2.644 | 4.900 | 3.645 | 5.901 |
| COFINS a Recuperar | 1.908.866 | 2.028.684 | 1.959.331 | 2.075.835 |
| PIS a Recuperar | 370.647 | 452.361 | 382.023 | 463.032 |
| | **13.811.328** | **16.468.820** | **15.343.696** | **20.062.306** |

A Noromix efetuou estudos para a realização desses créditos e possui expectativa de realização dos mesmos ao longo do próximo ano, por isso nenhuma provisão para perda foi constituída. Com base neste estudo foram classificados o montante de R$ 13.811.328. **8. Estoques** Os estoques de mercadorias foram avaliados pelo método conhecido como custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa movimentação.

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Estoque Areia Fina /Média/ Grossa | 254.491 | 480.992 | 999.886 | 1.224.944 |
| Estoque De Matéria Prima | 2.183.959 | 2.218.206 | 2.183.959 | 2.218.206 |
| Estoque Oleo Diesel | 345.690 | 73.876 | 387.137 | 105.197 |
| Estoque Pedra Britada | 5.670.638 | 1.876.356 | 5.670.638 | 1.876.356 |
| Estoque Produtos Acabados | | | | |
| Pré-moldados | 2.495.630 | 3.397.247 | 2.495.630 | 3.397.247 |
| Estoque de Imóveis p/ venda | - | - | 9.158.218 | 9.158.218 |
| | **10.950.407** | **8.046.677** | **20.895.467** | **17.980.167** |

**9. Investimentos** Os Investimentos estão representados como segue:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Participações Societárias (i) | 45.908.476 | 70.912.481 | - | - |
| Invest. Diversos - Sicred/ Sicoob | 41.865 | 38.334 | 51.097 | 45.080 |
| Imóveis para Locação | - | - | 3.429.682 | 3.429.682 |
| Bens destinados à venda | 55.000 | 55.000 | 405.000 | 405.000 |
| Consórcios a Contemplar | 914.462 | 975.532 | 914.462 | 975.532 |
| | **46.919.803** | **71.981.347** | **4.800.241** | **4.855.294** |

(i) Movimentação das participações societárias:

| | Serra Geral Administração e Participações Ltda | Pavimentare Infraestrutura Ltda | Mineração Água Amarela Ltda | Noromix SCP NT | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Participação no capital social** | 100% | 100% | 100% | 50% | |

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Valor Líquido** | **Valor Líquido** | **Valor Líquido** | **Valor Líquido** |
| Computadores e Periféricos | 325.043 | 409.071 | 325.043 | 409.071 |
| Ferramentas e Acessórios | 14.777 | 18.362 | 14.777 | 18.362 |
| Imóveis | 2.269.399 | 2.269.399 | 2.269.399 | 2.269.399 |
| Instalações | 455.049 | 471.871 | 466.282 | 474.730 |
| Máquinas e Equipamentos | 57.630.742 | 44.543.603 | 70.565.765 | 58.095.263 |
| Marcas e Patentes | 990 | 990 | 990 | 990 |
| Móveis e Utensílios | 388.738 | 377.224 | 392.673 | 377.688 |
| Construções em Andamento | 71.042 | 69.999 | 71.042 | 69.999 |
| Veículos | 25.321.226 | 16.503.171 | 26.298.084 | 17.982.204 |
| | **86.477.006** | **64.663.691** | **100.404.055** | **79.697.707** |

**11. Fornecedores** Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme os prazos médios de vencimento, que variam entre 30 e 60 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31/12/2025.

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| Fornecedores | 3.556.060 | 1.531.991 | 3.934.794 | 2.290.303 |
| | **3.556.060** | **1.531.991** | **3.937.794** | **2.290.303** |

**12. Provisões trabalhistas** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| Provisão de Ferias | 376.508 | 400.202 | 580.341 | 532.942 |
| Provisão de FGTS S/Ferias | 29.861 | 32.007 | 46.096 | 42.626 |
| Provisão de INSS S/Ferias | 105.581 | 108.503 | 153.285 | 148.154 |
| | **511.949** | **540.712** | **779.723** | **723.721** |

**13. Obrigações fiscais a recolher** Os Impostos e Contribuições apresentados são incidentes sobre as atividades operacionais da Companhia e decorrentes da Folha de Pagamento, calculados de acordo com as bases legais tributarias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. Com o objetivo de regularizar os débitos tributários, a companhia intensificou o pagamento dos parcelamentos vigentes, inclusive por meio da antecipação de vencimentos originalmente previstos até fevereiro de 2028, com a programação de concluir a quitação integral desses parcelamentos até o início do exercício de 2026. Os parcelamentos de Transação Individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Autorregularização administrados pela Receita Federal do Brasil foram quitados dentro do exercício de 2025.

| Curto Prazo | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| COFINS A Recolher | 660.445 | 568.785 | 819.642 | 728.701 |
| PIS A Recolher | 143.096 | 123.240 | 177.596 | 150.633 |
| CSLL a Recolher | - | - | 519.126 | 358.465 |
| Contribuição Sind/Assist/Conf | 18.780 | 17.296 | 25.999 | 21.652 |
| ICMS A Recolher | 27 | - | 92 | 66 |
| CSLL / COFINS / PIS | 10.770 | 25.848 | 11.450 | 26.311 |
| FGTS A Recolher | 66.612 | 71.930 | 121.028 | 111.474 |
| INSS A Recolher | 38.225 | 215.201 | 121.078 | 359.243 |
| IRPJ s/ lucro a Recolher | - | - | 350.671 | 343.761 |
| INSS Retido S/Nf A Recolher | 153.054 | 493.685 | 154.981 | 519.400 |
| IRRF A Recolher | 103.069 | 124.119 | 172.949 | 185.864 |
| ISSQN A Recolher | 649.873 | 598.363 | 826.089 | 773.127 |
| Parcelamentos Fazendários | 83.246 | 83.246 | 83.246 | 83.246 |
| Parc. fazendário Refis Copa | 179.108 | 168.060 | 179.108 | 168.060 |
| Parcelamentos Previdenciários | 46.459 | 254.508 | 46.459 | 254.508 |
| Pert - Parc. Fazendário | 1.380.716 | 1.406.965 | 1.380.716 | 1.406.965 |
| Pert - Parc. Previdenciário | 208.299 | 198.038 | 208.299 | 198.038 |
| Parcelamentos PGFN | - | 1.842.956 | - | 1.842.956 |
| Parc. Autorregularização RFB | - | 2.636.102 | - | 2.636.102 |
| Impostos Diferidos (Obras a faturar) | 2.878.074 | - | 3.435.713 | - |
| CPRB A Recolher | - | - | 46.855 | - |
| | **6.619.852** | **8.828.344** | **8.681.095** | **10.168.572** |

| LONGO PRAZO | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| Parc Fazendários | 136.466 | 225.146 | 136.466 | 225.146 |
| Parc Previdenciários | 97.577 | 203.951 | 97.577 | 203.951 |
| Pert-Parc fazendário | 805.418 | 1.879.856 | 805.418 | 1.879.856 |
| Pert-Parc Previdenciário | 56.581 | 234.521 | 56.581 | 234.521 |
| Parcelamentos PGFN. | - | 2.610.854 | - | 2.610.854 |
| Parc. Autorregularização RFB. | - | 470.737 | - | 470.737 |
| | **1.096.042** | **5.625.065** | **1.096.042** | **5.625.065** |

**14. Empréstimos e financiamentos** As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

| CURTO PRAZO | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| Financiamentos Imobilizados | 283.394 | 4.850.514 | 283.394 | 4.850.514 |
| Empréstimos e Financiamentos | - | 653.654 | - | 653.654 |
| | **283.394** | **5.504.168** | **283.394** | **5.504.168** |

| LONGO PRAZO | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | | | | |
| Financiamentos Imobilizados | - | 283.394 | - | 283.394 |
| | - | **283.394** | - | **283.394** |

**15. Contingências legais** A NOROMIX CONCRETO S/A., está envolvida em diversos processos em andamento, os quais vêm se discutindo questões das áreas cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões até 31/12/2025, totalizando o valor de **R$ 1.023.099** para as contingências que foram avaliadas com as possibilidades de perdas para a NOROMIX CONCRETO S/A., segundo definições de nossa Assessoria Jurídica. **16. Patrimônio líquido a) Capital Social** O Capital Social é de R$ 49.778.608, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2025, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Adiantamento para Futuro Aumento do Capital Social** Os acionistas da controladora realizaram adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R$ 141.848.565, com o objetivo de fortalecer seu capital próprio no próximo exercício e ampliar suas possibilidades de atuação. Essa estratégia considera que o próximo exercício será um ano de fortes demandas pelo aquecimento da economia, período em que a empresa pretende participar de licitações que exigirão maior capital social. **17. Eventos Subsequentes** Em 31/12/2025 até a data finalização da auditoria 25/03/2025, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

**A Diretoria**

**Sergio Luis Chiquetto - Diretor - CPF: 069.238.198-81**

**Contadora**

**Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC Nº 1SP238551/O-3**

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

| Descrição | Capital social | Adiantamento p/ Futuro Aum. Capital | Lucro/prejuízo do exercício | Lucro/ prejuízo acumulado | Ajuste de avaliação patrimonial | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **49.778.608** | **-** | **72.831.894** | **127.825.440** | **46.482.739** | **296.918.681** |
| Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado | | | 127.825.440 | (127.825.440) | | - |
| Baixa Ajuste de Avaliação Patrimonial | | | | | (46.482.739) | (46.482.739) |
| Baixa de Prejuízo Fiscal - Autorregularização | | | 3.419.992 | | | 3.419.992 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | (363.669) | | | (363.669) |
| Lucros Distribuídos | | | (2.406.178) | | | (2.406.178) |
| Resultado do Exercício | | | | 15.499.167 | | 15.499.167 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **49.778.608** | **-** | **201.307.480** | **15.499.167** | **-** | **266.585.255** |
| Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado | | | 15.499.167 | (15.499.167) | | - |
| Adiantamento p/ Futuro Aum. Capital | | 141.848.565 | | | - | 141.848.565 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | 2.976.949 | | | 2.976.949 |
| (-) Reversão de Lucros Acumulados (Distribuído) | | | (188.541.142) | | | (188.541.142) |
| Resultado do Exercício | | | | 28.311.592 | | 28.311.592 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **49.778.608** | **141.848.565** | **31.242.454** | **28.311.592** | **-** | **251.181.218** |

### Demonstrações do Resultado do Exercício

| Descrição | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 | Consolidado 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional liquida | 255.735.723 | 347.456.305 | 300.899.768 | 436.942.440 |
| Custos dos produtos vendidos | (174.050.825) | (241.910.447) | (187.453.958) | (302.973.253) |
| **Lucro bruto** | **81.684.897** | **

# Gaia Impacto Securitizadora S.A. - CNPJ/MF 14.876.090/0001-93

## Relatório da Administração

**Gaia Impacto Securitizadora S.A. ("Companhia").** Fundada em janeiro do ano de 2012, a GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia cada vez mais comum de captação de recursos para as empresas, permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio. Até 31 de dezembro de 2025 foram emitidos R$ 27.853 (vinte e sete milhões e oitocentos e cinquenta e três mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio e R$ 10.000 (dez milhões de reais) em certificados de recebíveis do imobiliário. O nosso objetivo não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, viabilizando através de nossas operações impacto social e ambiental, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras com este objetivo. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! A administração da Companhia informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Russell Bedford GM Auditores Independentes S/A, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

### Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| ATIVO | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 579 | 286 |
| Contas a receber | 5 | 12 | 1 |
| Adiantamentos | | 1 | - |
| Impostos a recuperar | 6 | 43 | 33 |
| | | **635** | **320** |
| **Não circulante** | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 1 | - |
| | | **1** | **-** |
| **Total do ativo** | | **636** | **320** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Impostos a recolher | | 7 | 1 |
| Contas a pagar | 7 | 222 | 1 |
| Partes relacionadas | 14 | - | - |
| | | **229** | **2** |
| **Patrimônio líquido** | **8** | | |
| Capital Social | | 1.500 | 1.500 |
| Ações em tesouraria | | (4) | (4) |
| Prejuízos acumulados | | (1.089) | (1.178) |
| | | **407** | **318** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **636** | **320** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)*

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida de prestação de serviços** | 9 | **328** | **168** |
| **Receitas (Despesas) operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 10 | (277) | (130) |
| Outras receitas operacionais | | 20 | 35 |
| **Resultado bruto** | | **(257)** | **(95)** |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro** | | **71** | **73** |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 11 | 42 | 24 |
| Despesas financeiras | 11 | (6) | (1) |
| **Resultado financeiro, líquido** | | **36** | **23** |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **107** | **96** |
| Imposto de renda e contribuição social | 12 | (18) | (18) |
| **Lucro do exercício** | | **89** | **78** |
| **Média ponderada das ações no fim do exercício** | | **1.500** | **1.500** |
| **Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R$** | | **0,05960** | **0,05232** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | **89** | **78** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **89** | **78** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **89** | **78** |
| **Variações nos ativos e passivos:** | | |
| Contas a receber | (11) | 7 |
| Impostos a recuperar | (10) | 5 |
| Adiantamentos | (1) | - |
| Impostos a recolher | 5 | - |
| Partes relacionadas | - | (3) |
| Contas a pagar | 221 | 1 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **204** | **10** |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **293** | **88** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 286 | 198 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 579 | 286 |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **293** | **88** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | Capital social | Capital a integralizar | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º de janeiro de 2024** | **1.500** | **(4)** | **(1.256)** | **240** |
| Lucro do exercício | - | - | 78 | 78 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **1.500** | **(4)** | **(1.178)** | **318** |
| Lucro do exercício | - | - | 89 | 89 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **1.500** | **(4)** | **(1.089)** | **407** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$*

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Receitas** | **373** | **223** |
| Receita bruta de prestação de serviço | 353 | 188 |
| Outras receitas | 20 | 35 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(246)** | **(94)** |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (246) | (94) |
| **Valor adicionado bruto** | **127** | **129** |
| **Valor adicionado líquido produzido pela companhia** | **127** | **129** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 42 | 24 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **169** | **153** |
| **Distribuição do valor adicionado** | **169** | **153** |
| **Pessoal** | **22** | **21** |
| Remuneração direta | 22 | 21 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **52** | **53** |
| Federais | 44 | 45 |
| Municipais | 8 | 8 |
| **Remuneração de capital de terceiros** | **6** | **1** |
| Juros | 6 | 1 |
| **Remuneração de capitais próprios** | **89** | **78** |
| Lucro do exercício | 89 | 78 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto operacional:** A GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Sader Macul, nº 96 – Itaim Bibi - São Paulo - SP, foi constituída em 02 janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio. Como estratégia de mercado a Companhia tem se reestruturado desde o último exercício para atuar em sua totalidade da carteira em operações no segmento de securitização com foco em operações de impacto socioambiental. Considerando esta alternância de direcionamento se fazem passíveis impactos financeiros na Companhia conforme pode-se observar nos números comparativos apresentados, sendo esses efeitos de conhecimento dos acionistas que tem como estratégia a realização de aportes financeiros através de sua controladora sempre que necessário e a absorção dos custos operacionais reduzindo com isso as despesas à reembolsar a Controladora (nota 14) neste início de transição, para assim assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2025 foram emitidos R$ 27.853 (vinte e sete milhões e oitocentos e cinquenta e três mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio e R$ 10.000 (dez milhões de reais) em certificados de recebíveis do imobiliário.

| Data | Emissão / Série | Tipo Lastro | Montante total |
|---|---|---|---|
| 02/2025 | 42ª/1ª | Corporativo | 10.000 |
| 04/2025 | 43ª/1ª | Corporativo | 2.000 |
| 06/2025 | 44ª/1ª e 2ª | Corporativo | 10.000 |
| 07/2025 | 45ª/1ª | Corporativo | 10.853 |
| 11/2025 | 46/1ª | Corporativo | 5.000 |
| | | | **37.853** |

**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - (a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 25 de fevereiro de 2026.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados entre: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*") - Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

**4. Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB – Curto prazo | 579 | 286 |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB – Longo prazo | 1 | - |
| | **580** | **286** |

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% (100% em 2025) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2026. **4.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado" mantidos pela Companhia:

| | 2025 | | | 2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Tipo de Instrumento** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| Certificados de Depósitos Bancários - Valor justo | - | 580 | - | - | 286 | - |

**4.2. Movimentação das aplicações financeiras**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **286** | **198** |
| Aplicação/(resgate) | 252 | 64 |
| Receita financeira | 42 | 24 |
| **Saldo final** | **580** | **286** |

**5. Contas a receber:** É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao patrimônio separado.

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Clientes | 5 | - |
| Valores a receber CRA (*) | 7 | 1 |
| | **12** | **1** |

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

**6. Impostos a recuperar**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| IRPJ a compensar (a) | 21 | 14 |
| CSLL a compensar (a) | 20 | 18 |
| Outros | 2 | 1 |
| | **43** | **33** |

(a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

**7. Contas a pagar**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Adiantamento de clientes | 222 | 1 |
| | **222** | **1** |

**8. Patrimônio líquido - Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.500.148 ações ordinárias nominativas. Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou o capital social por meio de emissão de R$ 300 (trezentos mil reais) em ações ordinárias nominativas, cuja integralização ocorreu em janeiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social era dividido da seguinte forma:

| | | Quantidade de ações | |
|---|---|---|---|
| **Acionistas** | **%** | **2025** | **2024** |
| Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. | 99,99% | 1.500.147 | 1.500.147 |
| Outros (a) | 0,01% | 1 | 1 |
| Capital subscrito | 100% | 1.500.148 | 1.500.148 |
| Capital a integralizar | - | (3.691) | (3.691) |
| **Capital subscrito e integralizado** | **100%** | **1.496.457** | **1.496.457** |

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

**9. Receita líquida de prestação de serviços:** A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Receita Bruta de prestação de serviço | 353 | 188 |
| Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS) | (25) | (20) |
| | **328** | **168** |

**10. Despesas gerais e administrativas:** A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal | (22) | (21) |
| Despesas serviços de terceiros | (209) | (56) |
| Despesa com anúncios e publicações | (12) | (11) |
| Despesa com associações | - | (9) |
| Despesa com taxas | (16) | (16) |
| Despesas tributárias | (9) | (15) |
| Despesas com utilidades e serviços | (2) | (2) |
| Perdas com operações | (5) | - |
| Outras | (2) | - |
| | **(277)** | **(130)** |

**11. Resultado financeiro:** A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontram-se demonstradas a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Rendimento aplicações | 42 | 24 |
| Despesas bancárias | (6) | (1) |
| | **36** | **23** |

**12. Imposto de renda**

O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e de 2024, encontram-se demonstrado a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| (Prejuízo)/Lucro antes do IRPJ e CSLL. | 107 | 96 |
| Compensação de prejuízo | (33) | (32) |
| Adições/exclusões permanentes | - | 10 |
| **(=) Base de cálculo** | **74** | **74** |
| **(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 15%** | (11) | (11) |
| **(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 10%** | - | - |
| **(x) Aplicação de alíquota da CSLL 9%** | (7) | (7) |
| **(=) Provisão para IRPJ e CSLL** | **(18)** | **(18)** |

**13. Ações judiciais**

Há processos em nome da Companhia, porém não caracterizam risco ao patrimônio próprio.

**14. Partes relacionadas - (a) Participação acionária:** A Companhia é controlada direta da Onda Azul Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2025, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Onda Azul Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora.

**15. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e ao presente exercício social de 2025 a remuneração mensal de um salário-mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 23 de abril de 2021.

**16. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros:** As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB). **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R$ 579 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

**17. Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2025, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 26 de dezembro de 2025, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 15 % a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 11,25% a.a. 7,50% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2025.

| Operação | Posição em dez/25 | Fator de risco | Cenário I provável | Cenário II 25% menos | Cenário III 50% menos |
|---|---|---|---|---|---|
| Aplicação financeira | 579 | CDI | 15% | 11,25% | 7,50% |
| Receita projetada | - | | 87 | 65 | 43 |

**18. Demonstrações financeiras - fiduciário:** Em 23 de dezembro de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Resolução de nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização. Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 28º da Lei nº 14.430/22 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos. Desta forma as demonstrações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

**19. Evento subsequente:** Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de publicação dessa demonstração que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

**Presidente e Diretor Financeiro -** João Paulo dos Santos Pacífico

**Responsável Técnico:** Emerson Romualdo Fernandes - Contador - CRC 1SP301254/O-1

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, nacionalidade brasileira, CPF: 267.616.938-61, RG: 25684186 – SP, com endereço comercial na Avenida Agami, 223, Moema, São Paulo – SP, CEP 04522-000, na situação de Diretor Presidente, Emerson Romualdo Fernandes, nacionalidade brasileira, CPF: 391.426.218-44, RG: 441260366 – SP, com endereço comercial na Avenida Agami, 223, Moema, São Paulo – SP, CEP 04522-000, na situação de Diretor e Priscila Navarro Britto de Abreu, nacionalidade brasileira, CPF: 021.663;095-93, RG: 896546845 – BA, com endereço comercial na Avenida Agami, 223, Moema, São Paulo – SP, CEP 04522-000, na situação de diretor sem designação Gaia Impacto Securitizadora S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Agami, 223, Moema, São Paulo – SP, CEP 04522-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 ("Companhia"), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos Acionistas e aos Administradores da**
**GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. - São Paulo – SP**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Gaia Impacto Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Impacto Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Certificados de recebíveis do agronegócio:** A Companhia mantém registrados direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Os referidos direitos de créditos têm o propósito específico e exclusivo de prover o lastro à liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa audito

CNP CONSÓRCIO

# CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

## Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as disposições legais e estatutárias, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

No exercício de 2025, a Administradora alcançou receita de prestação de serviços de R$ 311,4 milhões, representando um crescimento de 14,2% (+R$ 38,8 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho reflete o empenho consistente da Companhia em manter sua trajetória de expansão, mesmo diante do impacto do encerramento das atividades comerciais com a Caixa Econômica Federal, ocorrido em 2021, que resultou em uma redução de receita de R$ 25,8 milhões no faturamento da carteira oriunda dessa parceria em dezembro de 2025 comparado ao mesmo período do ano anterior.

É importante destacar que esse efeito foi mais do que compensado pelo sólido crescimento das operações com distribuição ativa, que registraram expressivo avanço de 34% (R$ 62,5 milhões), evidenciando a capacidade de adaptação e eficiência da estratégia comercial da Companhia.

A atividade comercial da Companhia, alicerçada em seu modelo de multiparcerias e no canal *Broker*, manteve trajetória consistente de expansão. No exercício de 2025, esses canais resultaram em um volume expressivo de R$ 5,5 bilhões em novos créditos alocados, refletindo a força da estratégia de diversificação e distribuição.

No mesmo período, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 112,3 milhões e alcançou patrimônio líquido de R$ 390,5 milhões, evidenciando a solidez financeira e a consistência na execução de sua estratégia.

Sob a perspectiva operacional, a Companhia manteve seu compromisso com a entrega de valor aos clientes, concretizado na disponibilização de 11.863 bens ao longo do exercício, reforçando sua relevância como parceira de confiança para a realização de projetos e conquistas pessoais.

**Negócios sociais e principais impactos internos e externos na Companhia**

Em 21 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a celebração de parceria estratégica entre CNP Consórcios e Embracon Administradora de Consórcios S.A., envolvendo a integração de operações e estruturas de distribuição relacionadas à atividade de consórcios.

O referido ato de concentração foi submetido às autoridades competentes, tendo sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, conforme decisão divulgada em 22 de dezembro de 2025.

A conclusão da operação permanece condicionada ao cumprimento das demais condições precedentes, destacando-se, entre elas, a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN), ainda pendente na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia observa as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo às previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

**Política de equidade - Lei 15.177/2025**

Com base na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia e em conformidade com o § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e equitativo. A política estabelece diretrizes claras para o acolhimento da diversidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de lideranças inclusivas. A Companhia adota práticas estruturadas de recrutamento, capacitação e comunicação que valorizam grupos minorizados, com foco especial na representatividade de mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência em todos os níveis hierárquicos.

Em atendimento à exigência legal, este relatório apresenta os indicadores de diversidade e equidade da Companhia, incluindo: (i) a quantidade e proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos; (ii) a quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração; (iii) demonstrativo em percentual da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função (ou grupos de funções similares); e (iv) a evolução comparativa desses indicadores entre o exercício findo e o imediatamente anterior. Esses dados refletem o compromisso da Companhia com a transparência e com a construção de uma cultura organizacional que valoriza a equidade de gênero e a inclusão como pilares estratégicos de sua atuação empresarial.

Os dados reportados consideram todas as empresas do Grupo CNP Seguradora, considerando a premissa que colaboradores com atuação *Cross* em todas as empresas (CNP Capitalização, CNP Consórcio, Odonto Empresas e Previsul) tem vínculo com a empresa Previsul, se reportarmos de forma separada não teremos amostragem de dados nas demais empresas. Reforçamos que a política de diversidade é a mesma para todas as empresas do grupo.

**1. Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis:**

| Nível | Quantidade Total de Contratações | Quantidade de Contratações Mulheres | % Contratação Mulheres x Total Contratados |
|---|---|---|---|
| Diretores | 0 | 0 | 0% |
| Superintendentes | 3 | 2 | 67% |
| Gerentes/Especialistas II | 10 | 3 | 30% |
| Coordenadores/Especialista I | 30 | 8 | 27% |
| Demais Cargos | 60 | 41 | 68% |

**2. Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração:**

| Nível | Quantidade Total | Quantidade de Mulheres | % de Mulheres |
|---|---|---|---|
| Conselho de Administração | 4 | 3 | 75% |
| Diretoria Estatutária | 7 | 3 | 43% |

**3. Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função:**

| Nível | % Remuneração Mulheres x Homens |
|---|---|
| Diretores | 80% |
| Superintendentes | 86% |
| Gerentes/Especialistas II | 98% |
| Coordenadores/Especialista I | 92% |
| Demais Cargos | 92% |

(*) quadro representa a média salarial das mulheres vs a média salarial dos homens por cargo

**Honorários de Auditoria externa**

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

**Considerações finais e agradecimentos**

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e conselheiros. Agradece também o apoio dado pelo BACEN à regulação do setor, ao profissionalismo dos parceiros que distribuem os produtos da Companhia e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia registra seu reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores, cujo empenho, dedicação e comprometimento foram determinantes para a conquista dos resultados apresentados neste exercício.

Barueri (SP), 23 de março de 2026.

## Balanços Patrimoniais
(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | **297.903** |
| **Disponibilidades** | | **159** |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | **6** | **178.108** |
| Títulos e valores mobiliários | | 178.108 |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **6** | **36.056** |
| Títulos e valores mobiliários | | 36.056 |
| **Créditos tributários** | **7.2.1** | **47.730** |
| **Outros créditos** | **7** | **20.314** |
| Rendas a receber | 7.1 | 28.787 |
| Diversos | 7.2 | 12.196 |
| Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito | 7.1 | (20.669) |
| **Outros valores e bens** | | **15.536** |
| Despesas antecipadas | 8 | 15.536 |
| **Ativo realizável a longo prazo** | | **403.265** |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | **6** | **12.246** |
| Títulos e valores mobiliários | | 12.246 |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **6** | **66.916** |
| Títulos e valores mobiliários | | 66.916 |
| **Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas** | **11.4** | **14.620** |
| **Créditos tributários** | 7.2.1 | **159.822** |
| **Outros valores e bens** | | **149.661** |
| Despesas antecipadas | 8 | 149.661 |
| **Permanente** | | **141.419** |
| **Imobilizado de uso** | **9** | **560** |
| Outras imobilizações de uso | | 929 |
| Depreciações acumuladas | | (369) |
| **Intangível** | **10** | **140.859** |
| Ativos Intangíveis | | 159.561 |
| Amortização acumulada | | (18.702) |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **842.587** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | **181.356** |
| **Outras obrigações** | | **181.356** |
| Sociais e estatutárias | 11.1 | 53.167 |
| Fiscais e previdenciárias | 11.2 | 5.790 |
| Diversas | 11.3 | 122.399 |
| **Passivo exigível a longo prazo** | | **270.731** |
| **Outras obrigações** | | **270.731** |
| Diversas | 11.3 | 270.731 |
| **Patrimônio líquido** | **12** | **390.500** |
| Capital | 12.1 | 139.000 |
| De domiciliados no país | | 68.457 |
| De domiciliados no exterior | | 70.543 |
| Reservas de lucros | 12.2 | 252.494 |
| Outros resultados abrangentes | | (994) |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **842.587** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| **Receitas da intermediação financeira** | **15** | **27.346** | **52.140** |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 27.346 | 52.140 |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | | **27.346** | **52.140** |
| **Outras receitas/despesas operacionais** | | **88.248** | **94.947** |
| Receitas de prestação de serviços | 16 | 164.087 | 311.391 |
| Despesas de pessoal | 17 | (16.224) | (40.892) |
| Outras despesas administrativas | 18 | (117.688) | (213.588) |
| Despesas tributárias | 19 | (19.996) | (42.872) |
| Outras receitas operacionais | 20 | 90.658 | 128.704 |
| Outras despesas operacionais | 20 | (11.353) | (46.889) |
| Resultado da provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito | 20 | (1.236) | (907) |
| **Resultado operacional** | | **115.594** | **147.087** |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações** | | **115.594** | **147.087** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **22** | **(19.632)** | **(28.868)** |
| Imposto de renda | | 9.061 | 5.722 |
| Imposto de renda - diferido | | (23.446) | (26.888) |
| Contribuição social | | 3.255 | 2.039 |
| Contribuição social - diferido | | (8.502) | (9.741) |
| **Participações no lucro** | **21** | **(2.099)** | **(5.914)** |
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | | **93.863** | **112.305** |
| **Quantidade de ações** | | **7.711.637** | **7.711.637** |
| **Lucro por ação em R$** | | **12,17** | **14,56** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | **93.863** | **112.305** |
| **Outros resultados abrangentes** | **1.000** | **2.821** |
| **Itens que poderão ser reclassificados para o resultado** | **1.000** | **2.821** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | 1.515 | 4.274 |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | (515) | (1.453) |
| **Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício** | **94.863** | **115.126** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

| Descrição | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025** | **139.000** | **2.031** | **166.015** | **(3.815)** | **–** | **303.231** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 112.305 | **112.305** |
| Títulos e valores mobiliários - TVM | – | – | – | 2.821 | – | **2.821** |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | – | – | – | – | – | **–** |
| Reserva legal - (Nota 12.2 i) | – | 5.615 | – | – | (5.615) | **–** |
| Dividendos propostos - (Nota 12.3) | – | – | – | – | (19.957) | **(19.957)** |
| Juros sobre capital próprio | – | – | – | – | (7.900) | **(7.900)** |
| Reserva de retenção de lucros | – | – | 78.833 | – | (78.833) | **–** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** | **139.000** | **7.646** | **244.848** | **(994)** | **–** | **390.500** |
| **SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025** | **139.000** | **2.953** | **179.155** | **(1.994)** | **–** | **319.114** |
| Lucro líquido do semestre | – | – | – | – | 93.863 | **93.863** |
| Títulos e valores mobiliários - TVM | – | – | – | 1.000 | – | **1.000** |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | – | – | – | – | – | **–** |
| Reserva legal - (Nota 12.2 i) | – | 4.693 | – | – | (4.693) | **–** |
| Dividendos propostos - (Nota 12.3) | – | – | – | – | (15.577) | **(15.577)** |
| Juros sobre capital próprio | – | – | – | – | (7.900) | **(7.900)** |
| Reserva de retenção de lucros | – | – | 65.693 | – | (65.693) | **–** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** | **139.000** | **7.646** | **244.848** | **(994)** | **–** | **390.500** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração Consolidada de Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **ATIVO** | | |
| **Circulante** | | **4.842.454** |
| **Disponibilidades** | | **227** |
| Depósitos bancários | | 227 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | **24** | **2.097.371** |
| Disponibilidade do grupo | 24 | 140.340 |
| Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC | 24 | 1.955.397 |
| Recursos de grupos em formação | 24 | 1.634 |
| **Outros créditos** | | **2.744.856** |
| Direitos junto a consorciados contemplados - normais | | 2.692.466 |
| Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso | | 52.390 |
| **Compensação** | | **18.359.913** |
| Previsão mensal receitas a receber de consorciados | | 78.115 |
| Contribuições devidas ao grupo | | 9.892.997 |
| Valor dos bens ou serviços a contemplar | | 8.388.801 |
| **TOTAL GERAL DO ATIVO** | | **23.202.367** |
| **PASSIVO** | | |
| **Circulante** | | **4.842.454** |
| Obrigações com consorciados | | 1.542.316 |
| Valores a repassar | | 63.683 |
| Obrigações por contemplações a entregar | | 1.955.397 |
| Obrigações com a administradora | | 937 |
| Recursos a devolver a consorciados | | 933.001 |
| Recursos do grupo | | 347.120 |
| **Compensação** | | **18.359.913** |
| Recursos mensais a receber de consorciados | | 78.115 |
| Obrigações do grupo por contribuições | | 9.892.997 |
| Bens ou serviços a contemplar | | 8.388.801 |
| **TOTAL GERAL DO PASSIVO** | | **23.202.367** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais)

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Disponibilidades no início do semestre/exercício** | **2.325.647** | **2.362.729** |
| Depósitos bancários | 371 | 310 |
| Aplicações financeiras - grupos | 181.467 | 153.238 |
| Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações | 2.143.809 | 2.209.181 |
| **(+) Recursos coletados** | **1.141.085** | **2.264.596** |
| Contribuições para aquisição de bem | 774.400 | 1.565.755 |
| Taxa de administração | 181.769 | 342.246 |
| Contribuições ao fundo de reserva | 38.861 | 76.253 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 119.837 | 233.992 |
| Multas e juros moratórios | 3.895 | 8.301 |
| Prêmios de seguros | 7.275 | 14.413 |
| Custas judiciais | 3 | 8 |
| Outros | 15.045 | 23.628 |
| **(-) Recursos utilizados** | **1.369.134** | **2.529.727** |
| Aquisição de bens | 936.570 | 1.767.987 |
| Taxa de administração | 183.262 | 344.682 |
| Multas e juros moratórios | 1.944 | 4.122 |
| Prêmios de seguros | 7.240 | 14.424 |
| Custas judiciais | 3 | 8 |
| Devolução a consorciados desligados | 47.431 | 107.038 |
| Outros | 192.684 | 291.466 |
| **Disponibilidades no final do semestre/exercício** | **2.097.598** | **2.097.598** |
| Depósitos bancários | 227 | 227 |
| Aplicações financeiras - grupos | 141.974 | 141.974 |
| Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações | 1.955.397 | 1.955.397 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

| ATIVIDADES OPERACIONAIS | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | **93.863** | **112.305** |
| ***Ajustes para:*** | | |
| Depreciação e amortizações | 5.330 | 10.301 |
| Perda por redução ao valor recuperável dos ativos | 1.236 | 907 |
| ***Outros ajustes - diversos*** | | |
| Impostos diferidos | 30.409 | 34.006 |
| Provisão para contingências | 1.398 | 4.384 |
| Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas | (183) | (106) |
| Rendas antecipadas | 16.506 | 27.379 |
| Despesas antecipadas | (33.287) | (62.206) |
| ***Variação nas contas patrimoniais:*** | | |
| Ativos financeiros | 1.647 | 66.696 |
| Créditos tributários | (34.772) | (40.764) |
| Ativo fiscal diferido | 515 | 1.453 |
| Depósitos judiciais e fiscais | (713) | 760 |
| Despesas antecipadas | 539 | 200 |
| Outros ativos | (3.254) | (2.150) |
| Impostos e contribuições | (593) | 2.547 |
| Outras contas a pagar | (74.174) | (151.022) |
| Depósitos de terceiros | 2.054 | 1.952 |
| Outros passivos | (226) | 6.011 |
| **Caixa gerado pelas operações** | **6.295** | **12.653** |
| Imposto sobre o lucro pagos | (1.607) | (4.554) |
| **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **4.688** | **8.099** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| ***Pagamento pela Compra:*** | **(4.900)** | **(8.910)** |
| Imobilizado | (235) | (381) |
| Intangível | (4.665) | (8.529) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos** | **(4.900)** | **(8.910)** |
| **Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **(212)** | **(811)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício** | **371** | **970** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício** | **159** | **159** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

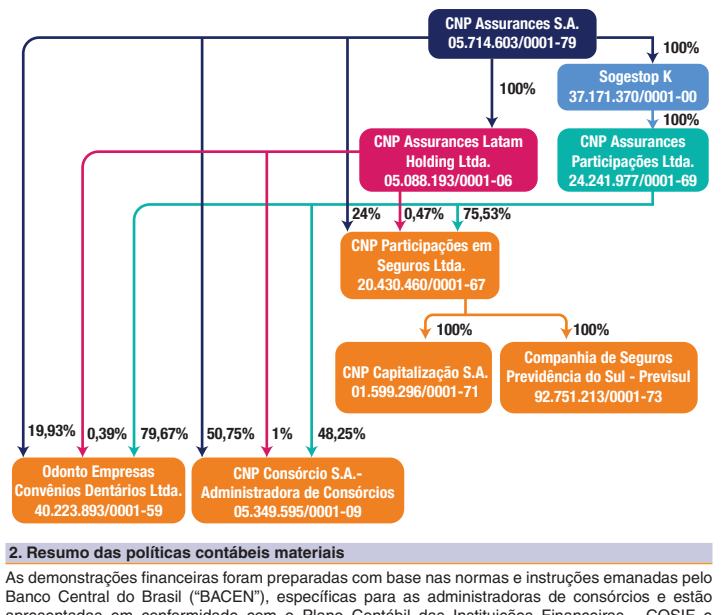
### 1. Contexto operacional

A CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia" ou "Administradora", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, cadastrada no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, está sediada na Avenida Tamboré, nº 267, Torre Norte, 14º andar, unidade 141-A, Barueri - SP - CEP 06460-000, e é controlada pela CNP Assurances S.A.

A Companhia tem por objeto social a administração de grupos de consórcios, prestação de serviços a terceiros mediante a venda e colocação de cotas de outras administradoras de consórcios, a administração de grupos de outras administradoras de consórcios e a realização de serviços de cadastro, pesquisas e consultoria a outras administradoras de consórcios.

**1.1. Estrutura societária do Grupo CNP**

A estrutura atual do Grupo CNP é apresentada no organograma a seguir:




### 2. Resumo das políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As políticas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.910/21 e a Resolução BCB nº 02/20 e suas alterações posteriores, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23 artigo nº 102, que versa sobre as disposições transitórias aplicáveis às Administradoras de Consórcio, a Companhia está dispensada de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial e seus impactos são apresentados na nota nº 3.12.

Conforme requerido pelo BACEN, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para a premissa da continuidade operacional e não tem conhecimento de incertezas relevantes que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de março de 2026.

**2.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

**Reforma Tributária:** A Lei Complementar nº 214/2025, de 16 de janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, com vigência escalonada a partir de 2026. A Companhia enquadra-se no regime específico aplicável aos serviços financeiros e as alíquotas aplicáveis, prevista na Lei Complementar nº 227/2026, iniciará em 10,85% em 2027 até 12,5% em 2033.

Com o objetivo de se preparar para os impactos da Reforma Tributária, a Administração instituiu, em 2025, o Projeto de Reforma Tributária, estruturado de forma transversal, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação e operações, contando com o apoio de consultoria especializada.

No projeto a Companhia tem realizado o diagnóstico dos impactos e demandas tributárias, operacionais, sistêmicos e contábeis, além dos preparativos requeridos para atendimento às obrigações acessórias previstas, dentre elas a Declaração dos Regimes Específicos (DERE) e a emissão das Notas Fiscais no padrão nacional.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se na fase inicial de estudos e diagnóstico, não tendo sido identificados, até o momento, impactos mensuráveis que demandem o reconhecimento de provisões, ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

**CPC 51** - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: Estabelece um novo modelo de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, substituindo partes relevantes do CPC 26 (R1), com vigência obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes de sua implementação. O normativo ainda não foi referendado pelo BACEN.

### 3. Principais práticas contábeis da administradora

**3.1. Disponibilidades**

A Companhia considera como disponibilidades e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor.

**3.2. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A Companhia classifica e mensura os ativos financeiros em três categorias mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

**3.3. Classificação e reconhecimento**

Conforme Resolução BCB nº 352/23 a classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios da Companhia e nas características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro, no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza o teste nos ativos para garantir que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPI - *Solely Payment of Principal and Interest*) e desenvolveu seus modelos de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia revisou a classificação dos seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração são:

• **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** No valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando:

I) a finalidade é negociá-lo; e

II) o seu fluxo de caixa contratual não se enquadra no teste de SPPI.

• **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e com a possibilidade negociá-lo; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI.

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e não o vender; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI - *Solely Payment of Principal and Interest.*

Atualmente a Companhia não possui nenhum ativo nesse modelo de negócios.

Conforme BCB 352/23 no parágrafo 1º do artigo 1º, a mensuração das aplicações financeiras dos grupos de consórcios deve ser no modelo de negócio mensuradas pelo valor justo.

**3.4. Perdas esperadas de instrumentos financeiros**

A Resolução BCB nº 352/23 destaca o conceito de perda esperada prospectiva, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD * PD * LGD.

Para LGD:

• A Companhia utiliza a abordagem com base em fundamentos para o IFRS 09;

• LGD é medida como a fração de perdas em relação a uma exposição à inadimplência (EAD), podendo ocorrer usualmente três tipos de perdas, do principal, das receitas de juros não recebidas, despesas relativas à cobrança e penalidades;

continua→

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

CNP CONSÓRCIO

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

→★ continuação

• Para calcular o ativo ponderado pelo risco que entra na determinação do capital requerido a companhia deve estabelecer uma estimativa de LGD para cada exposição corporativa.
A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da Companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros, por se tratar de risco soberano e por prática de mercado serem considerados títulos de baixíssimo risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

**3.5. Perdas esperada de outros créditos**

Conforme definido pelo Inciso III do artigo nº 50 da Resolução BCB nº 352/23, Administradoras de Consórcios não segmentadas pelo BACEN devem aplicar o modelo simplificado conforme descrito na Norma. Portanto a Provisão para Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito (PIARC) segue o modelo simplificado.
Para as taxas de administração, ora reconhecidas pelo regime de competência, a Companhia efetua o registro de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) a partir da primeira parcela vencida, calculada considerando o modelo simplificado definido na Resolução BCB n° 352/23, onde as parcelas vencidas são calculadas com base em um fator definido, com base em seu atraso e o *status* de contemplação.

**3.6. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.
Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. São mensurados ao VJR e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é refletido no resultado.

**3.7. Imobilizado de uso e intangível**

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*), quando aplicável, calculado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
Os ativos intangíveis incluem sistemas aplicativos, sistemas de computação, sistemas de computação em desenvolvimento e ativos de direito de uso. Os ativos de direito de uso são compostos por exclusividade/preferência de canais de vendas. Esses ativos são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados a partir da data de sua utilização.

**3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto é material.
A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".
As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação vigente.

**3.9. Apuração do resultado**

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas sejam reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.
A taxa de administração é reconhecida pelo regime de competência em atendimento à Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 e alterações posteriores. Dessa forma, são registrados como receita do período as parcelas mensais de cotas contempladas e de não contempladas, recebidas ou não, e os recebimentos antecipados em que tenha cessado a obrigação de desempenho do contrato. Já em relação aos recebimentos antecipados (lances ou antecipações de cotas) em que não houve a quitação do contrato, são registrados como receita antecipada e apropriados pelo prazo remanescente da obrigação de desempenho perante o consorciado.
As despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio, anteriormente reconhecidas no momento da inclusão dos consorciados nos grupos, conforme determinava a Carta Circular nº 2.598/1995, passaram a ser diferidas pelo prazo da obrigação de desempenho a partir de janeiro de 2022, com a publicação da Instrução Normativa BCB n° 187/2021, que revogou a referida Carta Circular.
As despesas de formalização de garantia e custo de contemplação são reconhecidas por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

**3.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.
A compensação de ativos e passivos fiscais diferidos é permitida quando há um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e ambos estão relacionados ao imposto de renda e à contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária, sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

**3.11. Regras globais contra a erosão da base tributária**

Considerando as recentes alterações na legislação tributária brasileira, em especial a Lei nº 15.079 de 27 de dezembro de 2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, que regulamentam o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), ou Pilar 2 da OCDE, o Grupo econômico CNP Assurances realizou uma análise sobre o enquadramento das entidades pertencentes ao grupo e dos potenciais impactos da norma.
Dessa forma, com base nas informações contábeis e financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2024, a operação da Companhia enquadra-se na Regra Simplificadora Globe de Transição (RSGT) que tomou como base as informações prestadas pelo Grupo de Empresas Multinacional na Declaração País-a-País, o *Country by Country Report*, para o ano calendário de 2025, não estando sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2.

**3.12. Impactos na adoção de novas normas**

A Resolução BCB nº 352/23 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e aos fluxos de caixa, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais, revogando a Resolução BCB nº 219/2022. Esta Resolução entrou em vigor em 01/01/2024, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência será a partir de 01/01/2025 e 01/01/2027.
Conforme definido pelo Inciso III do artigo nº 50 da Resolução BCB nº 352/23, Administradoras de Consórcios não segmentadas pelo BACEN devem aplicar o modelo simplificado conforme descrito na Norma. Portanto a Provisão para Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito (PIARC) segue o modelo simplificado.
Esse processo estruturado garantiu que a Companhia implementasse a Resolução BCB 352/23 de forma eficaz, contabilizando mensalmente a Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) assegurando a adequação das demonstrações financeiras aos novos padrões regulatórios.
A adoção da nova norma, comparando o valor contabilizado da PIARC em dezembro/25 frente a dezembro/24, resultou numa redução de R$ 907. Foi considerado pela Companhia como um impacto imaterial, e por isso definiu-se registrar no resultado do período.

## 4. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, e reportados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos e *Compliance* foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e *Compliance* são:
• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite,* submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Assegurar a implementação de todos os pilares da Resolução 324/2022 e eventuais evoluções das regras;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e *Compliance* junto à estrutura de Governança organiza regularmente o Comitê *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia).
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados pela Diretoria de Riscos e *Compliance* e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.
A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados a temas de *Compliance*, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

**4.1. Risco de Crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo.
Para mitigar o risco de crédito de outros ativos financeiros, a CNP Consórcio possui processo de análise de crédito do cliente e de prevenção a fraudes na etapa de compra da Cota.
Esses controles permitem assegurar a saúde financeira do grupo de consorciados e da Administradora.
A Companhia possui como estratégia adicional de mitigação de risco de crédito a contratação de seguro de quebra de garantia (SQG) que garante que a arrecadação do grupo não será prejudicada em caso de inadimplência dos consorciados contemplados e com posse do bem. O controle e monitoramento com relação a inadimplência é contínuo.
A inadimplência por quantidade de cotas, considerando 90 dias de atraso, é de 5,68%.
Para mitigar o risco de crédito dos títulos e valores mobiliários, a empresa monitora os preços diários dos ativos e busca uma diversificação do portfólio.
A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito, de títulos e valores mobiliários, da Companhia:

| | | | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição dos ativos financeiros** | **AAA** | **AA+** | **AA** | **AA-** | **A** | **BB** | **Sem Rating *(i)*** | **Total** |
| **Valor justo por meio do resultado - VJR** | **49.101** | **5.307** | **1.099** | **2.007** | **479** | **132.579** | **(218)** | **190.354** |
| Fundos | – | – | – | – | – | 128.958 | – | 128.958 |
| Debêntures | 24.195 | 4.807 | 1.099 | 2.007 | 479 | – | – | 32.587 |
| Letras Financeiras | 24.906 | 500 | – | – | – | – | – | 25.406 |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | – | – | – | 1.265 | – | 1.265 |
| Operações compromissadas | – | – | – | – | – | 2.356 | – | 2.356 |
| Outros | – | – | – | – | – | – | (218) | (218) |
| **Outros resultados abrangentes - VJORA** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **102.972** | **–** | **102.972** |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | – | – | – | 17.237 | – | 17.237 |
| Letras do tesouro nacional | – | – | – | – | – | 36.056 | – | 36.056 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | – | – | 49.679 | – | 49.679 |
| **Exposição máxima ao risco de crédito** | **49.101** | **5.307** | **1.099** | **2.007** | **479** | **235.551** | **(218)** | **293.326** |

*(i) referem-se a valores de contas a pagar e impostos a pagar do fundo exclusivo Anaje.*

**4.2. Risco de Liquidez**

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações.
A CNP Consórcio possui limites mínimos de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo acompanhados conforme as disposições do Banco Central. Conforme apresentados no quadro abaixo:

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Recursos aplicados no ativo permanente | 141.419 |
| Patrimônio líquido ajustado | 406.078 |
| Limite de imobilização | 34,83% |
| | **31/12/2025** |
| Operações passivas das administradoras dos recursos dos grupos de consórcio | 436.510 |
| Recursos dos grupos de consórcios | 142.202 |
| Patrimônio líquido ajustado | 406.078 |
| Limite de alavancagem | 1,43 |

**4.3. Risco de Mercado**

**4.3.1. Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

**4.3.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).
O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *base points* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros. O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

| **Fatores de Risco** | **Impacto alta 100bps** | **Impacto alta 1bp** |
|---|---|---|
| Curva de deságio de LFT | (391) | – |
| Fundos | – | 847 |
| Curva de Juros Pré | (645) | 93 |
| **Total** | **(1.036)** | **940** |

**4.3.3. Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) possui as seguintes taxas de juros contratadas:

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| **Títulos** | |
| Letras do Tesouro Nacional Pré | Pré 14,08% |
| Letras financeiras do tesouro | Pós 0,0426% a 0,0508% |
| Notas do tesouro nacional (NTN-F) Pré | Pré 10,23% |

**4.3.4. Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value-at-Risk* (VaR) paramétrico, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmetrics*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

**4.4. Risco operacional**

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.
Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos realizar o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.
Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais da Gerência de Riscos e Controles Internos deve:
• Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
• Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
• Propor junto à Gerência de Compliance as políticas de conformidade, fraude e prevenção a lavagem de dinheiro;
• Estabelecer, cumprir e garantir o cumprimento dos padrões de monitoramento contínuo de riscos e controles;
• Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
• Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
• Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.
Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
• Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
• Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
• Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
• Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.
Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico.
A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.
A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office.*

**4.5. Resultados não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 02/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. No exercício de 2025 a Companhia avaliou que não houve resultados não recorrentes.

## 5. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que ocorrem ou em quaisquer períodos futuros afetados. Isso se aplica a causas judiciais e ao diferimento de receita, incluindo:
**I.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e
**II.** informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimentos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

| | | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor Justo *(i)*** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos *(ii)*** | **Acima de 05 anos** | **Percentual** |
| **Valor justo por meio do resultado** | **190.354** | **188.347** | **116.497** | **13.155** | **56.040** | **4.662** | **64,90%** |
| Debêntures | 32.587 | 31.175 | – | 3.949 | 23.976 | 4.662 | 11,11% |
| Fundos de investimento | 128.958 | 128.958 | 116.715 | – | 12.243 | – | 43,96% |
| Letras financeiras | 25.406 | 24.871 | – | 6.850 | 18.556 | – | 8,66% |
| Letras financeiras do tesouro | 1.265 | 1.235 | – | – | 1.265 | – | 0,43% |
| Operações compromissadas | 2.356 | 2.326 | – | 2.356 | – | – | 0,80% |
| Outros valores | (218) | (218) | (218) | – | – | – | (0,07%) |
| **Valor justos por meio de outros resultados abrangentes** | **102.972** | **104.477** | **–** | **36.055** | **66.917** | **–** | **35,10%** |
| Letras financeiras do tesouro | 17.236 | 17.237 | – | – | 17.236 | – | 5,88% |
| Letras do tesouro nacional | 36.055 | 36.064 | – | 36.055 | – | – | 12,29% |
| Notas do tesouro nacional | 49.681 | 51.176 | – | – | 49.681 | – | 16,94% |
| **Total** | **293.326** | **292.824** | **116.497** | **49.210** | **122.957** | **4.662** | **100,00%** |

*(i) O saldo do balanço patrimonial é representado pelo valor justo.*
*(ii) Contém abertura de aging dos ativos do fundo exclusivo marcado VJR e com liquidez inferior a 30 dias.*

**6.1. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Debêntures | 32.587 | – | 32.587 |
| Fundos de investimento | 128.958 | – | 128.958 |
| Letras financeiras | – | 25.406 | 25.406 |
| Letras financeiras do tesouro | 1.265 | – | 1.265 |
| Operações compromissadas | – | 2.356 | 2.356 |
| Outros valores | (218) | – | (218) |
| **Valor justo por meio do resultado** | **162.592** | **27.762** | **190.354** |
| Letras financeiras do tesouro | 17.236 | – | 17.237 |
| Letras do tesouro nacional | 36.055 | – | 36.056 |
| Notas do tesouro nacional | 49.681 | – | 49.679 |
| **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **102.972** | **–** | **102.972** |
| **Total** | **265.564** | **27.762** | **293.326** |

**b. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

| | | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Saldo inicial** | **Aplicações** | **Resgates** | **Rendimentos** | **Ajuste ao valor justo** | **Variação de imposto de renda** | **Saldo final** |
| Fundos | 279.240 | 326.164 | (457.816) | 43.712 | – | (946) | 190.354 |
| Letras financeiras do tesouro | – | 17.180 | – | 110 | (1) | (53) | 17.236 |
| Letras do tesouro nacional | 30.133 | 35.395 | (34.103) | 3.342 | 1.315 | (27) | 36.055 |
| Notas do tesouro nacional | 47.827 | – | (4.881) | 4.975 | 2.959 | (1.199) | 49.681 |
| | **357.200** | **378.739** | **(496.800)** | **52.139** | **4.273** | **(2.225)** | **293.326** |

## 7. Títulos e créditos a receber

**7.1. Títulos e créditos a receber**

Os valores registrados em rendas a receber são integralmente compostos pelas taxas de administração registradas na competência, conforme determinação da norma BCB nº 352/23 e alterações posteriores.

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Rendas a receber | 28.787 |
| Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito | (20.669) |
| **Taxa de administração a receber líquida** | **8.118** |

Para as taxas de administração, ora reconhecidas pelo regime de competência, a Companhia efetua o registro de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) a partir da primeira parcela vencida.

| | **2º semestre de 2025** | **31/12/2025** |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **(18.526)** | **(19.762)** |
| Constituição de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) | (1.236) | (907) |
| **Saldo atual** | **(19.762)** | **(20.669)** |

**7.2. Créditos diversos**

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Adiantamentos e antecipações salariais | 89 |
| Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito | 11.514 |
| Outros títulos a receber *(i)* | 593 |
| **Total** | **12.196** |

*(i) Referem-se a saldos de ressarcimento com partes relacionadas, bloqueio judicial e adiantamento para viagens.*

**7.2.1. Créditos Tributários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários está demonstrada a seguir:

**a. Composição**

| | | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Imposto de Renda** | | **Contribuição Social** | | **Outros Tributos** | | |
| | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| Antecipações | 1.961 | – | 699 | – | – | – | 2.660 |
| A compensar | 27.981 | 93.901 | 3.178 | 4.440 | 13.911 | 1.488 | 144.899 |
| Diferenças temporárias *(i)* | – | 25.667 | – | 9.240 | – | – | 34.907 |
| Receitas de tributos diferidos e TVM *(i) (ii)* | – | 376 | – | 136 | – | 24.574 | 25.086 |
| **Total dos créditos tributários** | **29.942** | **119.944** | **3.877** | **13.816** | **13.911** | **26.062** | **207.552** |

*(i) Representa o total dos tributos diferidos do ativo não circulante de R$ 59.993;*
*(ii) Compreende o diferimento dos tributos PIS, COFINS e ISS sobre as Receitas Diferidas (CPC 47).*

**b. Expectativa de realização dos tributos diferidos**

| | **Tributos Diferidos (diferenças temporárias)** | | **Tributos diferidos (receitas diferidas e TVM)** | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Realização** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** |
| **2026** | 21.918 | 62,79% | 5.897 | 23,51% |
| **2027** | 1.328 | 3,81% | 1.494 | 5,95% |
| **2028** | 748 | 2,14% | 360 | 1,44% |
| **2029** | 1.743 | 4,99% | 2.303 | 9,18% |
| **2030** | 1.389 | 3,98% | 1.697 | 6,77% |
| **2031 á 2035** | 7.781 | 22,29% | 13.335 | 53,16% |
| **Total** | **34.907** | **100%** | **25.086** | **100%** |
| **Valor Presente *(i)*** | **27.860** | **–** | **17.284** | **–** |

*(i) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa selic anual projetada para os períodos futuros.*

**c. Movimentação do ativo e passivo diferido**

| | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** | **Outros** | **Total** |
| **Saldo inicial de Créditos Tributários** | **54.000** | **19.500** | **21.951** | **95.451** |
| **Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias** | | | | |
| Contingências cíveis | 944 | 340 | – | 1.284 |
| Contingências trabalhistas | 152 | 55 | – | 207 |
| Provisão para risco de crédito | – | (61) | – | (61) |
| Provisão para participações nos lucros | (96) | (34) | – | (130) |
| Outras provisões | (17.737) | (6.385) | – | (24.122) |
| Ajuste de receita - CPC 47 | 5.173 | 1.863 | 2.623 | 9.659 |
| Provisão de devedores duvidosos | 227 | 82 | – | 309 |
| Diferimento de comissão | (15.552) | (5.599) | – | (21.151) |
| Tributos diferidos - TVM | (1.068) | (385) | – | (1.453) |
| **Saldo Atual dos Créditos Tributários *(i)*** | **26.043** | **9.376** | **24.574** | **59.993** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações *(ii)* | 26.888 | 9.741 | (2.623) | 34.006 |

*(i) Representa o total do ativo não circulante demonstrado na nota 7.2.1 a;*
*(ii) Representa o efeito no resultado demonstrado na nota 22.*

## 8. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são representadas integralmente pelas despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio e que serão apropriadas ao resultado conforme regra definida na nota 3.9. O prazo médio de diferimento é de 157 meses em 31 de dezembro de 2025.

**a. Composição**

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Comissões | 165.164 |
| Outros | 33 |
| **Total** | **165.197** |

**b. Movimentação das despesas de comissão sobre vendas**

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| **Saldo inicial** | **103.192** |
| Constituições | 97.287 |
| Amortizações/Cancelamentos | (35.282) |
| **Saldo final** | **165.197** |

## 9. Imobilizado

| | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| | **Saldo inicial** | **Aquisições** | **Depreciações** | **Saldo final** |
| Equipamentos | **2** | 381 | (45) | **338** |
| Móveis, máquinas e utensílios | **12** | – | (5) | **7** |
| Veículos | **278** | – | (77) | **201** |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | **21** | – | (7) | **14** |
| **Total** | **313** | **381** | **(134)** | **560** |

## 10. Intangível

| | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Taxas anuais de amortização (%)** | **Saldo inicial** | **Aquisições** | **Transferências** | **Amortização** | **Saldo final** |
| Sistemas aplicativos | | 1 | – | – | (1) | – |
| Sistemas de computação | 20 | 1.335 | 775 | 7.732 | (1.880) | 7.962 |
| Sistemas de computação em desenvolvimento | 20 | 6.874 | 7.754 | (7.732) | – | 6.896 |
| Ativo de direito de uso - XP *(a)(c)* | 14,28 | 14.287 | – | – | (2.286) | 12.001 |
| Ativo de direito de uso - Balcão BRB *(b)(c)* | 5 | 120.000 | – | – | (6.000) | 114.000 |
| **Total** | | **142.497** | **8.529** | **–** | **(10.167)** | **140.859** |

*(a) Foi firmado contrato com XP Corretora de Seguros em setembro de 2023, com a vigência de 7 anos, cujo objetivo é estabelecer parceria operacional para comercialização de produtos de consórcios, no formato White Label, contrato que estabelece através de todos os Canais de Distribuição da XP*

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

CNP CONSÓRCIO

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

continuação

*Corretora. O diferimento do ativo intangível é realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 7 anos.*
*(b) Em 24 de junho de 2024, a CNP Consórcio firmou um acordo comercial com o banco BRB com objetivo de distribuição, promoção, oferta, venda e/ou pós-venda dos produtos nos canais de distribuição do banco, em caráter exclusivo.*
*O direito de acesso à exclusividade do balcão do BRB foi registrado como ativo intangível pela CNP pelo montante de R$ 80 milhões, além disso, a CNP reconheceu no passivo um valor de R$ 40 milhões referente ao preço adicional de acesso, condicionado ao cumprimento de metas de produção estabelecidas contratualmente, totalizando R$ 120 milhões.*
*O diferimento do ativo intangível é realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 20 anos, a contar da data de início do uso pela exclusividade previsto para janeiro de 2025.*
*(c) A CNP Consórcio adota, para o reconhecimento e mensuração do ativo intangível relacionado aos balcões do banco BRB e da XP, a legislação vigente, incluindo os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos contábeis CPC 01 (R1) e CPC 04 (R1). São realizados testes periódicos de recuperabilidade, conforme exigido, para garantir que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável.*

## 11. Outras obrigações - Administradora

### 11.1. Obrigações sociais e estatutárias

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Dividendos | 22.211 |
| Juros sobre capital próprio | 28.890 |
| Gratificações e participações | 2.066 |
| **Total** | **53.167** |

### 11.2. Obrigações fiscais e previdenciárias

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Impostos retidos | 3.164 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 2.626 |
| **Total** | **5.790** |

### 11.3. Diversas

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Fornecedores | 1.329 |
| Recursos não procurados de grupos encerrados | 13 |
| Despesas de pessoal | 1.196 |
| Arrendamento de balcão | 281 |
| Comissões a pagar | 33.620 |
| Serviços de terceiros operacional | 19.971 |
| Honorários | 421 |
| Ressarcimento de custos a pagar - CNP Capitalização S.A. (nota 13) | 416 |
| Ressarcimento de custos a pagar - Previsul (nota 13) | 11.888 |
| Rendas antecipadas *(i)* | 31.716 |
| Outras despesas administrativas a pagar | 21.187 |
| Outros valores a pagar | 361 |
| **Total circulante** | **122.399** |
| Contingências cíveis | 8.403 |
| Contingências trabalhistas | 5.874 |
| Rendas antecipadas *(i)* | 215.505 |
| Fornecedores *(ii)* | 40.000 |
| Outros valores | 949 |
| **Total não circulante** | **270.731** |

*(i) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviço quando satisfeitas as obrigações de desempenho.*
*(iii) Em 24 de junho de 2024, a CNP Consórcios firmou um acordo comercial com o banco BRB, estabelecendo a distribuição exclusiva de seus produtos nos canais de distribuição do banco.*
*No âmbito deste contrato, foi reconhecido um passivo financeiro no montante inicial de R$ 80 milhões, correspondente ao preço de acesso à exclusividade, pagos em 17/01/2025. Adicionalmente, a CNP Consórcios registrou um passivo financeiro adicional de R$ 40 milhões, condicionado ao cumprimento das metas de produção contratualmente estabelecidas, totalizando o montante de 120 milhões.*
*O Passivo financeiro é reconhecido pelo seu valor justo, refletindo o montante devido conforme as condições contratuais, sendo mensurado pelo custo amortizado. conforme CPC 48, uma vez que representa um compromisso contratual futuro. O montante adicional condicionado ao desempenho da produção será revisado a cada encerramento de exercício e ajustado conforme a realização ou não das metas de vendas estipuladas para o banco BRB. Foi realizada avaliação na data-base de dezembro/25 e o Passivo mantêm se de acordo com a performance acordada no contrato.*

### 11.4. Depósitos judiciais e provisões judiciais

| | 31/12/2025 | |
|---|---|---|
| | Depósitos judiciais | Contingências passivas |
| Natureza cível | 10.352 | 8.403 |
| Natureza trabalhista | 4.268 | 5.874 |
| **Total** | **14.620** | **14.277** |

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.
Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.
A Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:
- Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída, sob número 1059379-34.2021.4.01.3400, antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito. O processo teve decisão favorável em parte e segue aguardando julgamento. Com relação à parte favorável, a Companhia habilitou o crédito no valor de R$ 14.482, sendo R$ 9.657 de principal e R$ 4.825 de atualização por juros Selic. Ao longo do exercício de 2025 a Companhia consumiu R$ 805 deste crédito, permanecendo saldo a compensar de R$13.677.
- Ação anulatória, autuada sob número 1031492-12.2020.4.01.3400, contra decisões administrativas proferidas nos PAFs 10166.901225/2017-01, 10166.901226/2017-47, 10166.901223/2017-11, 10166.901224/2017-58 e 10166.901222/2017-69, para reconhecer o direito creditório e o direito a repetição de indébito dos pagamentos efetuados a maior classificado como possível no valor de R$ 1.083 correspondente a 31 de dezembro de 2025.
A Companhia é parte em processo administrativo, iniciado em junho de 2025 pelo Distrito Federal, para a cobrança de ISS no montante total de R$ 355.715 (valor atualizado até dezembro de 2025), sob o fundamento de competência ativa para a cobrança do imposto já recolhido para outra localidade. Após protocolo da impugnação, em 22/07/25, o processo segue aguardando julgamento em 1ª instância administrativa. No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda no caso.
Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda. Os números apresentados referem-se aos valores das ações:

| | 31/12/2025 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Remota | Possível | Provável | Total |
| Natureza cível | 2.505 | 751 | 6.658 | 8.403 | 15.812 |
| Natureza trabalhista | 130 | 7.469 | 11.000 | 5.874 | 24.343 |
| Natureza fiscal - contingências | 1 | – | 355.715 | – | 355.715 |
| | **2.636** | **8.220** | **373.373** | **14.277** | **395.870** |

### 11.5. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas

| | Saldo 01/01/2025 | Adições | Reversões | Pagamentos | Atualizações e juros | Saldo 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Natureza cível | 4.624 | 11.411 | (5.594) | (2.980) | 942 | 8.403 |
| Natureza trabalhista | 5.267 | 21 | (70) | (123) | 779 | 5.874 |
| | **9.891** | **11.432** | **(5.664)** | **(3.103)** | **1.721** | **14.277** |

## 12. Patrimônio líquido - Administradora

### 12.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 139.000 em 31 de dezembro de 2025, e está dividido em 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

### 12.2. Reservas de lucros

**i. A Reserva legal** é de R$ 7.646 em 31 de dezembro de 2025, constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.
**ii. A Reserva de retenção de lucros** é de R$ 244.848 em 31 de dezembro de 2025, constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos.

### 12.3. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. No exercício foram deliberados pela Diretoria dividendos intermediários de R$ 19.957.
Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do semestre/exercício | 93.863 | 112.305 |
| (–) Reserva Legal | (4.693) | (5.615) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **89.170** | **106.690** |
| Dividendo mínimo - 25% | 22.292 | 26.672 |
| Juros sobre capital próprio bruto | 7.900 | 7.900 |
| Imposto de renda retido dos juros sobre o capital próprio pagos - 15% | (1.185) | (1.185) |
| Juros sobre o capital próprio líquido | 6.715 | 6.715 |
| **Dividendos e (JCSP) a serem pagos** | **15.577** | **19.957** |

### 12.4. Juros sobre capital próprio

Demonstramos a seguir o cálculo dos juros sobre o capital próprio, registrado em 31 de dezembro de 2025:

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| **Patrimônio líquido no início do ano** | **303.231** |
| (+) parcela não realizada de TVM | (3.815) |
| **Base de cálculo de JCP** | **299.418** |
| Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP) | 8,67% |
| **Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado** | **25.960** |
| **Juros sobre o capital próprio proposto** | **7.900** |
| Imposto de renda retido na fonte | 1.185 |
| Juros sobre o capital próprio de anos anteriores a pagar | 22.175 |
| **Juros sobre o capital próprio a pagar** | **28.890** |

## 13. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Assurances (Controladora direta), suas acionistas: CNP Assurances Participações Ltda. e CNP Assurances Latam Holding Ltda., Empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
A Companhia atua de forma integrada com as entidades coligadas da Companhia de Seguros Previdência do Sul, de controle comum da sua Controladora, e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.
Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2025 | |
|---|---|---|
| | Ativo | Passivo |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul *(i)(v)* | – | (11.888) |
| CNP Capitalização S.A. *(i)* | – | (416) |
| CNP Participações Ltda. *(vii) (viii)* | – | (24.656) |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. *(vii) (viii)* | – | (511) |
| CNP Assurances França *(vii) (viii)* | – | (25.934) |
| XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(i)* | 583 | – |
| Caixa Econômica Federal *(ii)* | 46 | – |
| | **629** | **(63.405)** |

| | 31/12/2025 | |
|---|---|---|
| | Receita | Despesa |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul *(i)(v)* | – | (75.045) |
| CNP Capitalização S.A. *(i)* | – | (1.380) |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. *(vi)* | – | (53) |
| Caixa Vida e Previdência S.A. *(ix)* | – | (119) |
| | **–** | **(76.597)** |

*(i) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo e ou operacional ocorrido entre empresas ligadas;*
*(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos e disponibilidade financeira;*
*(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;*
*(iv) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;*
*(v) Operações de seguros de funcionários;*
*(vi) Plano odontológico oferecido aos funcionários;*
*(vii) Juros sobre capital próprio;*
*(viii) Dividendos;*
*(ix) Contribuições para o plano de previdência privada oferecido aos funcionários.*

## 14. Plano de previdência patrocinado - Administradora

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar, nas modalidades PGBL e/ou VGBL, contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. Esse plano tem como objetivo complementar a renda na aposentadoria e pode ser utilizado como uma forma de investimento de longo prazo, com benefícios adicionais opcionais.
Nos termos do regulamento do fundo, a Companhia contribui com percentuais variáveis entre 2% e 12% do salário contratual do empregado. Além disso, a Companhia pode contribuir com até 100% do valor das contribuições voluntárias realizadas pelos empregados, conforme critérios estabelecidos no regulamento.
Foram efetuadas contribuições no montante de R$ 119 em 31 de dezembro de 2025.

## 15. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida conforme demonstrado abaixo:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Receita com títulos de renda fixa | 4.434 | 8.428 |
| Receita com fundos de investimento | 22.912 | 43.712 |
| | **27.346** | **52.140** |

## 16. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração de consorciados:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Receita com taxa de administração de Consórcios | 180.593 | 338.770 |
| Rendas antecipadas | (16.506) | (27.379) |
| | **164.087** | **311.391** |

## 17. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida conforme demonstrado a seguir:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Benefícios | (1.260) | (4.873) |
| Encargos sociais | (483) | (1.382) |
| Proventos | (2.895) | (5.585) |
| Despesas compartilhadas | (11.580) | (29.039) |
| Outras despesas de pessoal | (6) | (13) |
| | **(16.224)** | **(40.892)** |

## 18. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Serviços de terceiros | (11.068) | (16.332) |
| Localização e funcionamento | (14.551) | (24.086) |
| Publicidade e propaganda | (1.948) | (4.105) |
| Ressarcimentos de recursos não procurados | (5.350) | (11.229) |
| Despesas compartilhadas | (23.653) | (41.734) |
| Comissões | (59.644) | (112.772) |
| Outras despesas administrativas | (1.474) | (3.330) |
| | **(117.688)** | **(213.588)** |

## 19. Despesas Tributárias - Administradora

Demonstramos as despesas tributárias incorridas no período de análise, conforme abaixo:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| ISS | (4.054) | (8.306) |
| PIS e COFINS | (15.928) | (34.504) |
| Outras despesas tributárias | (14) | (62) |
| | **(19.996)** | **(42.872)** |

Em outubro de 2025, a Companhia passou a realizar o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS da não-cumulatividade, calculados sobre os custos com as comissões pagas aos representantes de vendas de consórcios. Os valores de despesa de PIS e COFINS acima demonstrados (R$ 34.504 em 31/12/2025) representam R$ 5.554 em receitas com créditos reconhecidos e consumidos em 2025.

## 20. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Receita com multas e juros | 20.063 | 22.959 |
| Taxa de permanência | 31.512 | 57.624 |
| Outras rendas operacionais | 11.588 | 20.627 |
| Honorários e custas processuais | 2.048 | (3.708) |
| Formalização e custo de contemplação | (1.363) | (3.226) |
| Despesas acessórias com vendas | (4.268) | (7.174) |
| Serviço de recuperação de crédito | (1.077) | (1.858) |
| Mídia produto | (32) | (331) |
| Central de relacionamento | (457) | (942) |
| Serviços de terceiros | (6.081) | (15.849) |
| Indenizações judiciais | (4.277) | (13.837) |
| Pagamento obrigatório ao estipulante | 30.380 | 26.679 |
| Resultado de PIARC no semestre/exercício | (1.236) | (907) |
| Outras despesas operacionais | 1.269 | 851 |
| | **78.069** | **80.908** |

## 21. Participações estatutárias no lucro

A composição das participações estatutárias no lucro pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2025 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Despesa com participação no lucro | (620) | (1.203) |
| Despesas compartilhadas | (1.479) | (4.711) |
| | **(2.099)** | **(5.914)** |

## 22. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

| | 31/12/2025 | |
|---|---|---|
| **DESCRIÇÃO** | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 141.173 | 141.173 |
| (–) Juros sobre capital próprio | (7.900) | (7.900) |
| **Base de cálculo** | **133.273** | **133.273** |
| Taxa nominal do tributo | 25% | 9% |
| **Tributos calculados à taxa nominal** | **(33.318)** | **(11.995)** |
| Ajustes do lucro real | (127.526) | (127.526) |
| Ajustes temporários diferidos | 107.550 | 108.232 |
| Ajuste exercício anterior | (28.402) | (28.402) |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **(48.378)** | **(47.696)** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **12.095** | **4.293** |
| **Incentivos fiscais** | **57** | **–** |
| **Despesa contabilizada** | **(21.166)** | **(7.702)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente | (1.378) | (517) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos | (26.888) | (9.741) |
| Efeito de Exercícios Anteriores | 7.100 | 2.556 |
| *Taxa efetiva* | 15,88% | 5,78% |

## 23. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

### 23.1. Ativo circulante

**i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**
Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil (BACEN). Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.
Conforme BCB 352/23 no parágrafo 1º do artigo 1º, a mensuração das aplicações financeiras dos grupos de consórcios deve ser no modelo de negócio mensuradas pelo valor justo.
**ii. Direitos junto a consorciados contemplados**
Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

### 23.2. Passivo circulante

**i. Obrigações com consorciados**
Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.
**ii. Valores a repassar**
Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.
**iii. Obrigações por contemplações a entregar**
Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.
**iv. Recursos a devolver a consorciados**
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.
**v. Recursos do grupo**
Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

### 23.3. Compensação

**i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**
Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.
**ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**
Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.
**iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar**
Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.
**iv. Recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados**
Na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos nas adequadas contas de compensação, com a exceção dos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, os quais devem permanecer registrados no ativo e no passivo da administradora.

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| **Compensação** | |
| Valores Aplicados pela administradora - Recursos de grupos Encerrados - FI e FICFI - Recursos não procurados | 192.769 |
| **Total** | **192.769** |
| **Compensação** | |
| Valores devidos aos consorciados - Grupos encerrados - Recursos não procurados | 192.769 |
| **Total** | **192.769** |

### 23.4. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.
**i. Recursos coletados**
Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.
O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebido dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.
O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.
**ii. Recursos utilizados**
Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.
A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

### 23.5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas a seguir:

| | Quantidades 31/12/2025 |
|---|---|
| **Operações de consórcios:** | |
| Grupos em andamento | 64 |
| Consorciados ativos | 90.237 |
| Consorciados desistentes ou excluídos - total [1] | 213.411 |
| Consorciados desistentes ou excluídos - no período | 10.584 |
| Consorciados contemplados | 54.922 |
| Bens pendentes de entrega | 35.315 |
| Bens entregues - total [2] | 107.454 |
| Bens entregues - no período | 11.863 |
| Taxa média de inadimplência dos contemplados [3] | 9,09% |

*1. Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*
*2. Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*
*3. A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.*

## 24. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

| | 31/12/2025 |
|---|---|
| Letras financeiras do tesouro | 1.819.658 |
| Quotas de fundos de investimento | 267.780 |
| Tesouraria | 9.933 |
| **Total** | **2.097.371** |

## 25. Outras provisões

As ações judiciais em que a Companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até a contemplação ou o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.
Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 11.4.).

## Diretoria Executiva

**François Dominique Philippe Tritz**
Diretor Presidente

**Marcelo Suman Mascaretti**
Diretor

## Contadora

**Nadja de Souza Ferreira Neves**
CRC - 1SP200332/O-0

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

CNP CONSÓRCIO

CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

→★ continuação

**Aos Administradores e Acionistas da**
**CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios**
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - demonstrações financeiras comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6

**Carolina Maciel Messias dos Santos**
Contadora - CRC SP-246031/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

# TELMEX DO BRASIL S.A.

**CNPJ: 02.667.694/0001-40**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | **1.834** | 837 | **117.118** |
| Contas a receber, líquidas | 5 | **146.454** | 113.822 | **273.720** |
| Tributos a recuperar, líquidos | 6.1 | **40.775** | 38.218 | **44.644** |
| Partes relacionadas | 13 | **189.191** | 299.374 | **225.115** |
| Despesas antecipadas | | **18.675** | 13.397 | **21.190** |
| Outros ativos | | **387** | 712 | **1.179** |
| | | **397.316** | 466.360 | **682.966** |
| Não circulante | | | | |
| Tributos a recuperar, líquidos | 6.1 | **11.939** | 11.951 | **23.804** |
| Tributos diferidos, líquidos | 6.2 | **61.574** | 103.946 | **571.945** |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12.1 | **6.731** | 3.626 | **21.501** |
| Partes relacionadas | 13 | **4.604.023** | 2.349.909 | **6.074.684** |
| Despesas antecipadas | | **1.333** | 4.178 | **19.970** |
| Outros ativos | | **11** | 15 | **20** |
| Investimentos | 7 | **2.174.736** | 1.249.520 | **–** |
| Imobilizado | 8 | **864.143** | 857.916 | **1.569.525** |
| Intangível | 9 | **129.974** | 137.780 | **130.280** |
| | | **7.854.464** | 4.718.841 | **8.411.729** |
| **Total do ativo** | | **8.251.780** | 5.185.201 | **9.094.695** |

| | Notas | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores | 10 | **201.826** | 155.742 | **232.746** |
| Obrigações fiscais, líquidas | 11 | **28.867** | 15.221 | **34.009** |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | **6.767** | 7.096 | **7.899** |
| Receitas diferidas | | **–** | – | **8.036** |
| Provisões | 12 | **5.141** | 4.850 | **7.410** |
| Partes relacionadas | 13 | **77.424** | 68.790 | **366.147** |
| Passivo de arrendamento | 14 | **3.075** | 3.932 | **3.223** |
| Dividendos | 16 | **163.366** | 2.209 | **163.366** |
| | | **486.466** | 257.840 | **822.836** |
| Não circulante | | | | |
| Provisões | 12 | **45.458** | 26.217 | **532.488** |
| Partes relacionadas | 13 | **15.174** | 23.607 | **34.644** |
| Passivo de arrendamento | 14 | **2.743** | 5.422 | **2.788** |
| Outros | | **407** | 2.884 | **407** |
| | | **63.782** | 58.130 | **570.327** |
| **Total do passivo** | | **550.248** | 315.970 | **1.393.163** |
| Patrimônio líquido | 16 | | | |
| Capital social | | **7.366.545** | 4.596.756 | **7.366.545** |
| Reservas de lucros | | **335.230** | 54.050 | **335.230** |
| Dividendo adicional proposto | | **–** | 218.669 | **–** |
| Outros resultados abrangentes | | **(243)** | (244) | **(243)** |
| | | **7.701.532** | 4.869.231 | **7.701.532** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **8.251.780** | 5.185.201 | **9.094.695** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional, líquida | 17 | **1.232.238** | 1.036.697 | **1.502.223** |
| Custo dos serviços prestados | 18 | **(1.193.905)** | (988.552) | **(1.361.571)** |
| **Lucro bruto** | | **38.333** | 48.145 | **140.652** |
| Despesas comerciais | 18 | **(21.366)** | (19.930) | **(39.360)** |
| Despesas gerais e administrativas | 18 | **(21.099)** | (21.357) | **(275.123)** |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 18 | **38.919** | 48.281 | **38.025** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | **(6.434)** | 102.266 | **38.451** |
| **Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social** | | **28.353** | 157.405 | **(97.355)** |
| Receitas financeiras | 19 | **438.572** | 150.803 | **642.382** |
| Despesas financeiras | 19 | **(32.670)** | (9.618) | **(213.325)** |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | | **434.255** | 298.590 | **331.702** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 20 | **(108.006)** | (46.047) | **(161.997)** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20 | **(42.372)** | (20.040) | **114.172** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **283.877** | 232.503 | **283.877** |
| **Lucro líquido por ação, em reais** | | **0,24** | 0,25 | **0,24** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **283.877** | 232.503 | **283.877** |
| Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes: | | | |
| Ganho na atualização do plano de benefício | **1** | 1 | **1** |
| **Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos** | **1** | 1 | **1** |
| **Total dos resultados abrangentes do exercício** | **283.878** | 232.504 | **283.878** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva de lucros – Reserva legal | Reserva de lucros – Reserva de lucros | Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **1.670.708** | **42.425** | **718.203** | **–** | **–** | **(245)** | **2.431.091** |
| Aumento de capital (Nota 16) | 2.926.048 | – | (718.203) | – | – | – | 2.207.845 |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 232.503 | – | 232.503 |
| Constituição de reserva legal (Nota 16) | – | 11.625 | – | – | (11.625) | – | – |
| Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16) | – | – | – | – | (2.209) | – | (2.209) |
| Dividendos adicional proposto | – | – | – | 218.669 | (218.669) | – | – |
| Atualização do passivo atuarial | – | – | – | – | – | 1 | 1 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **4.596.756** | **54.050** | **–** | **218.669** | **–** | **(244)** | **4.869.231** |
| Aumento de capital (Nota 16) | **2.769.789** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **2.769.789** |
| Lucro líquido do exercício | **–** | **–** | **–** | **–** | **283.877** | **–** | **283.877** |
| Constituição de reserva legal (Nota 16) | **–** | **14.194** | **–** | **–** | **(14.194)** | **–** | **–** |
| Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16) | **–** | **–** | **–** | **–** | **(2.697)** | **–** | **(2.697)** |
| Constituição de reserva de lucros (Nota 16) | **–** | **–** | **266.986** | **–** | **(266.986)** | **–** | **–** |
| Dividendos adicional proposto | **–** | **–** | **–** | **(218.669)** | **–** | **–** | **(218.669)** |
| Atualização do passivo atuarial | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **1** | **1** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **7.366.545** | **68.244** | **266.986** | **–** | **–** | **(243)** | **7.701.532** |
| | | **335.230** | | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | **434.255** | 298.590 | **331.702** |
| Ajuste para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | **153.087** | 135.263 | **231.381** |
| Variação cambial | **210** | 993 | **(20)** |
| Provisão para contingências | **9.472** | 7.133 | **279.177** |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | **1.972** | 836 | **1.894** |
| Baixa de imobilizado e intangível | **3** | 1.648 | **975** |
| Equivalência patrimonial | **6.434** | (102.266) | **(38.451)** |
| Juros provisionados | **(492.298)** | (140.862) | **(438.280)** |
| | **113.135** | 201.335 | **368.378** |
| Atividades operacionais: | | | |
| Contas a receber | **(34.604)** | (24.744) | **(30.705)** |
| Tributos a recuperar, líquidos | **(2.545)** | (9.273) | **(158.090)** |
| Partes relacionadas | **110.381** | 44.559 | **1.872.671** |
| Depósitos e bloqueios judiciais | **(3.045)** | (251) | **(3.198)** |
| Despesas antecipadas | **(2.433)** | (11.698) | **7.517** |
| Fornecedores | **45.873** | 56.468 | **52.878** |
| Obrigações fiscais, líquidas | **(2.400)** | (2.246) | **162.317** |
| Pagamento de Imposto de renda e contribuição social | **(91.961)** | (40.948) | **(148.937)** |
| Provisões | **410** | 630 | **359** |
| Pagamentos de contingências | **(1.243)** | (6) | **(32.516)** |
| Outras | **(2.472)** | (5.857) | **(22.400)** |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **129.096** | 207.969 | **2.068.274** |
| Atividades de investimento: | | | |
| Adições para imobilizado e intangível | **(151.359)** | (172.255) | **(154.601)** |
| Redução de capital em controlada | **1.830.000** | – | **–** |
| Aquisição de Nota Comercial | **(1.750.000)** | (2.208.000) | **(1.763.244)** |
| Dividendos recebidos | **8.140** | – | **–** |
| **Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos** | **(63.219)** | (2.380.255) | **(1.917.845)** |
| Atividades de financiamento: | | | |
| Dividendos pagos | **(60.209)** | (35.676) | **(60.209)** |
| Pagamento de arrendamento | **(4.671)** | (4.771) | **(5.140)** |
| Aumento de capital | **–** | 2.207.845 | **–** |
| Caixa e equivalentes de caixa proveniente de aquisição de empresa | **–** | – | **31.201** |
| **Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos** | **(64.880)** | 2.167.398 | **(34.148)** |
| Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa | **997** | (4.888) | **116.281** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **837** | 5.725 | **837** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **1.834** | 837 | **117.118** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Telmex do Brasil S.A. ("TdB" ou "Companhia") tem como atividades a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, bem como comercialização e locação de bens. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia tem como controladora a Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"), a qual detém 99,99% do seu capital social.

A Companhia detém controle direto da controlada Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat") cujas as principais atividades desempenhadas são prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.

**Operação Societária:**

Em 01 de julho de 2025, através de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado aumento de capital social na Companhia, no montante de R$2.769.789, com emissão de 529.876.702 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela controladora Claro NXT e integralizadas mediante a conferência à Companhia da totalidade das ações detidas pela controladora Claro NXT na Tvsat, equivalente à quantidade de 7.905.216.740 ações ordinárias e 2.920.804.429 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, cujo valor para fins de conferência é de R$2.769.789, conforme determinado no Laudo de avaliação. Consequentemente, a controladora Claro NXT não detém mais participação acionária direta na Tvsat, ficando apenas com participação indireta. Em decorrência desta operação, a Companhia passou a ser controladora direta da Tvsat passando a deter 100,00% de participação societária.

A seguir, apresentamos um resumo do acervo líquido contábil em 30 de junho de 2025:

**Tvsat - acervo líquido em 30 de junho de 2025**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ativo circulante | **210.287** | Passivo circulante | **321.732** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 31.201 | Fornecedores | 24.145 |
| Contas a receber | 131.087 | Partes relacionadas | 279.315 |
| Estoques | 829 | Obrigações fiscais, líquidas | 5.408 |
| Tributos a recuperar | 14.881 | Provisões | 1.733 |
| Despesas antecipadas | 9.666 | Passivo de arrendamento | 492 |
| Partes relacionadas | 22.463 | Outras obrigações | 10.639 |
| Outros ativos | 160 | Passivo não circulante | **121.939** |
| Ativo não circulante | **4.283.002** | Partes relacionadas | 25.386 |
| Depósitos judiciais | 9.180 | Provisões | 77.829 |
| Tributos a recuperar | 7.305 | Passivo de arrendamento | 78 |
| Tributos a diferidos | 353.828 | Outras obrigações | 18.646 |
| Partes relacionadas | 3.109.512 | | |
| Despesas antecipadas | 21.436 | | |
| Outros ativos | 3 | | |
| Imobilizado | 780.931 | **Patrimônio líquido** | **4.049.618** |
| Direito de uso e arrendamento | 570 | | |
| Intangível | 237 | | |
| **Total do ativo** | **4.493.289** | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **4.493.289** |
| **Acervo líquido adquirido** | | | **2.769.789** |

**Autorizações em telecomunicações:**

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e sua controlada:

| Companhia | Licença |
|---|---|
| TdB | Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) |
| Tvsat | Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)<br>Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) |

**Direitos de exploração de satélite:**

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

| Tipo | Número | Posição orbital e Banda | Data de emissão | Vencimento |
|---|---|---|---|---|
| Posição Orbital | PVSS/SPV 001/2003 | 65ºW - Banda Ku | 25/02/03 | 06/03/33 |
| Posição Orbital | Ato nº 16035 de 22/11/2022 | 70ºW - Banda Ku | 24/11/22 | 13/11/33 |
| Posição Orbital | Ato nº 16036 de 22/11/2022 | 70ºW - Banda Ku e X | 24/11/22 | 13/11/33 |
| Posição Orbital | Ato nº 16384 de 03/11/2025 | 65ºW - Banda C e X | 05/11/25 | 31/12/32 |
| Posição Orbital | Ato nº 16386 de 03/11/2025 | 70ºW - Banda C | 05/11/25 | 31/12/40 |
| Posição Orbital | Ato nº 16387 de 03/11/2025 | 84ºW - Banda C | 05/11/25 | 31/12/40 |
| Posição Orbital | Ato nº 2566 de 15/02/2022 | 75ºW - Banda C e Ku | 03/03/22 | 30/04/29 |
| Posição Orbital | PVSS/SPV 076/2012 | 84ºW - Banda Ka e Ku<br>70ºW - Banda Ka e | 02/02/12 | 06/02/27 |
| Posição Orbital | PVSS/SPV 156/2012 | Ku (Planejada) | 22/03/12 | 28/03/27 |

### 2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não há diferenças entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b) Bases de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

A diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$139.870 no consolidado. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de caso necessário, prover o suporte requisitado para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R$2.068.274. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Os saldos de 2024 não estão apresentados nas demonstrações consolidadas, uma vez que a reorganização societária para a consolidação da Tvsat ocorreu em 2025 (conforme Nota 1).

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As políticas e práticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos.

**d) Bases de consolidação**

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, segue a principal controlada:

| Controlada | 2025 |
|---|---|
| Tvsat (1) | 100,00% |

(1) Em 01 de julho de 2025, através de AGE, foi aprovado aumento de capital social na Companhia, no montante de R$2.769.789, integralizadas individualmente pela controladora Claro NXT, e desembolsadas mediante a conferência à Companhia da totalidade das ações detidas pela controladora Claro NXT da Tvsat, equivalente à quantidade de 7.905.216.740 ações ordinárias e 2.920.804.429 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, cujo valor para fins de conferência é de R$2.769.789, consequentemente, a Companhia passa a deter controle direto na Tvsat.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Novos pronunciamentos contábeis**

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standars Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

| Normas e Emendas a Normas | Alterações |
|---|---|
| CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. |
| IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado. |

Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC e IASB tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

| Normas e Emendas a Normas | Alterações | Vigências |
|---|---|---|
| Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | - Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. | 1° de janeiro de 2026 |
| Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade. | 1° de janeiro de 2026 |
| Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 | Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. | 1° de janeiro de 2026 |
| IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras | Substitui a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação. | 1° de janeiro de 2027 |
| IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações | Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstas nas IFRS. | 1° de janeiro de 2027 |

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

**3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins, vide Notas 4 e 19.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes incluem todos os valores que atendem a definição acima.

**3.3. Instrumentos financeiros**

**a) Ativos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Ativos financeiros ao custo amortizado*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

*Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

**b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

**c) Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e passivos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

*Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

*Passivos financeiros a custo amortizado*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

*Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

**d) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.4. Contas a receber, líquidas**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, bem como comercialização e locação de bens, vide Nota 5.

**3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 19.

**3.6. Investimentos**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer contro

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

# TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

→★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

*Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

*Passivo de arrendamento*

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Companhia como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

*PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento*

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

**3.9. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de *software*, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

**3.10. Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

*Avaliação da recuperação do valor contábil*

A Companhia e sua controlada avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

**3.11. Tributação**

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e prestação de serviços

A Companhia e sua controlada estão sujeitas, quando aplicável, aos seguintes tributos:

- PIS - Programa de Integração Social;
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
- ISS - Imposto sobre Serviço;
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

**3.12. Participação de empregados no resultado**

A Companhia e sua controlada constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

**3.13. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e sua controlada e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.14. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**3.15. Reconhecimento de receita**

A Companhia e sua controlada oferecem serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, pacotes comerciais do segmento de televisão por assinatura via satélite Direct To Home (DTH), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado (SVA), provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, comercialização, locação de bens dentre outras atividades correlatas. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

**3.16. Subvenção e assistência governamentais**

A controlada Tvsat mantêm registrada em reserva de incentivos fiscais benefícios decorrentes de subvenções e assistências governamentais que, em exercícios anteriores, resultaram na redução das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

**3.17. Resultado financeiro**

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

**3.18. Mensuração do valor justo**

A Companhia e sua controlada mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por sua controlada.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e sua controlada usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

**3.19. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes**

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Considerando, as fontes de incertezas relativas a essas premissas e julgamentos exercidos na preparação dessas estimativas, os resultados reais ocorridos em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis considerando suas experiências passadas e sua conjuntura econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos contabilmente dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

*Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade. Para mais detalhes, vide Nota 8.

*Tributos diferidos*

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como à determinação do valor e do momento de realização de resultados tributáveis futuros. Diante disso, são constituídas provisões com base em estimativas para refletir eventuais impactos decorrentes de entendimentos divergentes por parte das autoridades fiscais.

A mensuração dessas provisões considera diversos fatores, incluindo a experiência obtida em auditorias fiscais anteriores e possíveis diferenças de interpretação entre a Companhia e o fisco. Tais divergências podem ocorrer em uma ampla gama de temas, dependendo das particularidades e das práticas fiscais vigentes nas jurisdições em que a Companhia e suas controladas operam.

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. Para mais detalhes, vide Nota 6.2.

*Provisões para contingências*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.

*Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego*

O custo com contribuição variável é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país, vide Nota 15.

*Receitas não faturadas*

No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

*Provisão para perdas de crédito esperadas*

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando o vencimento dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| Caixa e bancos | 1.834 | 208 | 41.862 |
| Equivalentes de caixa (1) | – | 629 | 75.256 |
| | 1.834 | 837 | 117.118 |

(1) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$5.684 para o consolidado, com taxa média de 14,68% a.a.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa referem-se principalmente as aplicações financeiras com débito em conta corrente contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 14,95% a.a.

**5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| Serviços prestados | 155.068 | 121.184 | 300.239 |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | (8.614) | (7.362) | (26.519) |
| | 146.454 | 113.822 | 273.720 |

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| A vencer | 132.597 | 106.712 | 183.019 |
| Vencidas: | | | |
| De 1 a 30 dias | 7.037 | 3.380 | 20.181 |
| De 31 a 60 dias | 5.023 | 3.304 | 8.597 |
| De 61 a 90 dias | 2.229 | 1.387 | 6.103 |
| Mais de 90 dias | 8.182 | 6.401 | 27.908 |
| | 155.068 | 121.184 | 245.808 |
| Contas a receber - Combo (*) | – | – | 54.431 |
| | 155.068 | 121.184 | 300.239 |

(*) Referem-se a valores de serviços (combo internet e celular) prestados pela parte relacionada Claro S.A. ("Claro"), que são recebidos pela controlada Tvsat e repassados para a Claro.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| Saldo Inicial | 7.362 | 8.552 | – |
| Saldo inicial controladora | – | – | 7.362 |
| Operação societária (Nota 1) | – | – | 24.172 |
| Provisão constituída, líquida | 1.252 | (1.190) | (5.015) |
| Saldo Final | 8.614 | 7.362 | 26.519 |

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS**

**6.1. Tributos a recuperar, líquidos**

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| ICMS | 52.332 | 50.074 | 52.741 |
| Imposto de renda retido na fonte | – | – | 11.996 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | – | – | 2.595 |
| Outros | 382 | 95 | 1.116 |
| | 52.714 | 50.169 | 68.448 |
| Circulante | 40.775 | 38.218 | 44.644 |
| Não circulante | 11.939 | 11.951 | 23.804 |

**6.2. Tributos diferidos, líquidos**

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e sua controlada Tvsat tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A existência de lucros tributáveis futuros da Companhia e sua controlada Tvsat está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, que indicam a plena realização destes ativos. Tais estudos, aprovados pelo Conselho de Administração da controladora indireta Claro Telecom Participações S.A., correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados desta Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 |
| Ativo fiscal | | | |
| Diferenças temporárias: | | | |
| Prejuízo fiscal | 30.040 | 76.189 | 355.187 |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | 2.929 | 2.503 | 9.016 |
| Provisão para contingências | 15.224 | 9.579 | 177.048 |
| Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2) | 225 | 244 | 225 |
| Tributos com exigibilidade suspensa | 40 | 1.128 | 40 |
| Despesas temporariamente indedutíveis | 13.123 | 14.309 | 36.499 |
| | 61.581 | 103.952 | 578.015 |
| Passivo fiscal | | | |
| Efeitos de IFRS 15/CPC 47 | – | – | (6.063) |
| Passivo atuarial | (7) | (6) | (7) |
| | (7) | (6) | (6.070) |
| **Ativo fiscal diferido, líquido** | 61.574 | 103.946 | 571.945 |

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

| Controladora | | | |
|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | 78.107 | 45.880 | 123.987 |
| Movimentações líquidas | (14.736) | (5.305) | (20.041) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | 63.371 | 40.575 | 103.946 |
| Movimentações líquidas | (31.156) | (11.216) | (42.372) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | 32.215 | 29.359 | 61.574 |

| Consolidado | | | |
|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | – | – | – |
| Saldo inicial controladora | 63.371 | 40.575 | 103.946 |
| Operação societária (Nota 1) | 260.167 | 93.660 | 353.827 |
| Reconhecimento de tributo diferido (1) | 38.819 | 14.021 | 52.840 |
| Movimentações líquidas | 45.097 | 16.235 | 61.332 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | 407.454 | 164.491 | 571.945 |

(1) A controlada Tvsat registrou tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$52.840.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização do ativo fiscal diferido, líquido:

| Ano | Controladora (*) | Consolidado (*) |
|---|---|---|
| 2026 | 35.493 | 89.854 |
| 2027 | 3.745 | 55.053 |
| 2028 | 3.169 | 47.037 |
| 2029 | 2.202 | 37.182 |
| 2030 | 5.096 | 139.463 |
| 2031 | 10.247 | 52.576 |
| 2032 a 2035 | 1.629 | 156.850 |
| **Total** | 61.581 | 578.015 |

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

**7. INVESTIMENTO**

Em 31 de dezembro de 2025, os detalhes da controlada são como se seguem:

| | 2025 | | Quantidade total de ações (lotes de mil) | | | % de participação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empresa | Lucro líquido do exercício | Patrimônio líquido | Ordinárias | Preferenciais | Total | Capital votante | |
| **Tvsat (1)** | 76.781 | 2.174.736 | 9.866.668 | 5.961.702 | 100,00% | 100,00% | |

(1) Conforme descrito na Nota 1, em 01 de julho de 2025, através de AGE, foi aprovado aumento de capital social na Companhia, no montante de R$2.769.789, integralizado individualmente pela controladora Claro NXT, e desembolsadas mediante a conferência à Companhia da totalidade das ações detidas pela controladora Claro NXT na Tvsat,

Em 31 de dezembro de 2024, os detalhes da investida eram como se seguem:

| | 2024 | | Quantidade total de ações (lotes de mil) | | | % de participação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empresa | Lucro líquido do exercício | Patrimônio líquido | Ordinárias | Preferenciais | Total | Capital votante | |
| **Tvsat** | 323.589 | 3.953.717 | 9.866.668 | 5.961.702 | 31,60% | 19,88% | |

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

| | Tvsat |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | 1.147.337 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 102.266 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (83) |
| **Saldo em 31 de dezembro 2024** | 1.249.520 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (6.434) |
| Operação societária (Nota 1) | 2.769.789 |
| Redução de capital em controlada (1) | (1.830.000) |
| Dividendos propostos e pagos | (8.140) |
| Atualização de passivo atuarial | 1 |
| **Saldo em 31 de dezembro 2025** | 2.174.736 |

1) Em 01 de agosto de 2025, em AGE, foi aprovado uma redução de capital na controlada Tvsat no valor de R$1.830.000 sem o cancelamento de ações.

**8. IMOBILIZADO**

| Descrição | Vida útil estimada em anos | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| Equipamentos de transmissão | 2 a 20 | 128.573 | 124.932 | 821.096 |
| Infraestrutura | 5 a 30 | 30.485 | 31.976 | 34.041 |
| Equipamentos de comutação | 10 a 15 | 313.674 | 327.132 | 313.813 |
| Prédios | 25 | 154.254 | 164.235 | 154.254 |
| Terrenos | | 104.765 | 104.765 | 104.765 |
| Ajuste ao valor de realização | | (204) | (1.090) | (6.163) |
| Outros ativos imobilizados | 3 a 10 | 14.022 | 21.896 | 18.698 |
| Imobilizado em andamento | | 113.418 | 75.435 | 123.676 |
| **Imobilizado total (a)** | | 858.987 | 849.281 | 1.564.180 |
| Terrenos | 1 a 9 | 3.879 | 5.098 | 3.879 |
| Prédios | 1 a 9 | 1.277 | 3.469 | 1.388 |
| Frota de veículos | 1 a 3 | – | 68 | 78 |
| **Direito de uso (b)** | | 5.156 | 8.635 | 5.345 |
| **Imobilizado, líquido** | | 864.143 | 857.916 | 1.569.525 |

a) *Movimentação do imobilizado*

| Controladora | Equipamentos de transmissão | Infraestrutura | Equipamentos de comutação | Prédios | Terrenos | Ajuste ao valor de realização | Outros ativos imobilizados (1) | Imobilizado em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo em 31/12/2023** | 736.668 | 337.806 | 684.697 | 241.051 | 104.765 | (195.153) | 233.261 | 63.861 | 2.206.956 |
| Adições | – | – | 348 | – | – | – | – | 151.097 | 151.445 |
| Baixas | (301) | (244) | – | – | – | – | (47) | (1.114) | (1.706) |
| Transferências | 32.740 | 1.867 | 101.379 | 57 | – | – | 2.366 | (138.409) | – |
| **Custo em 31/12/2024** | 769.107 | 339.429 | 786.424 | 241.108 | 104.765 | (195.153) | 235.580 | 75.435 | 2.356.695 |
| Adições | – | 117 | – | – | – | – | – | 109.245 | 109.362 |
| Baixas | (36.676) | (228.923) | – | – | – | – | (94.428) | (4) | (360.031) |
| Transferências | 26.146 | 3.342 | 40.723 | 16 | – | – | 1.031 | (71.258) | – |
| **Custo em 31/12/2025** | 758.577 | 113.965 | 827.147 | 241.124 | 104.765 | (195.153) | 142.183 | 113.418 | 2.106.026 |
| **Depreciação em 31/12/2023** | (624.747) | (301.042) | (420.647) | (66.878) | – | 192.327 | (203.865) | – | (1.424.852) |
| Adições | (19.428) | (6.469) | (38.645) | (9.995) | – | 1.736 | (9.819) | – | (82.620) |
| Baixas | – | 58 | – | – | – | – | – | – | 58 |
| **Depreciação em 31/12/2024** | (644.175) | (307.453) | (459.292) | (76.873) | – | 194.063 | (213.684) | – | (1.507.414) |
| Adições | (22.503) | (4.950) | (54.181) | (9.997) | – | 886 | (8.907) | – | (99.652) |
| Baixas | 36.674 | 228.923 | – | – | – | – | 94.430 | – | 360.027 |
| **Depreciação em 31/12/2025** | (630.004) | (83.480) | (513.473) | (86.870) | – | 194.949 | (128.161) | – | (1.247.039) |
| **Imobilizado, líquido** | 128.573 | 30.485 | 313.674 | 154.254 | 104.765 | (204) | 14.022 | 113.418 | 858.987 |

(1) Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

| Consolidado | Equipamentos de transmissão | Infraestrutura | Equipamentos de comutação | Prédios | Terrenos | Ajuste ao valor de realização | Outros ativos imobilizados (1) | Imobilizado em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo em 31/12/2024** | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Saldo inicial controladora | 769.107 | 339.429 | 786.424 | 241.108 | 104.765 | (195.153) | 235.580 | 75.435 | 2.356.695 |
| Operação societária (Nota 1) | 8.145.899 | 9.763 | 10.688 | – | – | (402.000) | 48.398 | 7.992 | 7.820.740 |
|

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

# TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes de novos investimentos, somente crescimento da base atual pela inflação.

• Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços, sem alterações em sua estrutura ou expansões de capacidade.

• Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

**9. INTANGÍVEL**

| Descrição | Vida útil estimada em anos | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| Licenças de outorga | 15 | – | – | **306** |
| Direito de uso de *software* | 5 e 10 | **119.632** | 135.485 | **119.632** |
| Intangível em andamento | | **10.342** | 2.295 | **10.342** |
| **Intangível, líquido** | | **129.974** | 137.780 | **130.280** |

a) *Movimentação do intangível*

| Controladora | Direito de uso de *software* | Direito de uso de circuitos | Ajuste ao valor de realização | Intangível em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Custo em 31/12/2023** | **498.708** | **11.617** | **(5.508)** | **7.859** | **512.676** |
| Adições | – | – | – | 20.810 | 20.810 |
| Transferências | 26.374 | – | – | (26.374) | – |
| **Custo em 31/12/2024** | **525.082** | **11.617** | **(5.508)** | **2.295** | **533.486** |
| Adições | – | – | – | **41.994** | **41.994** |
| Baixas | **(280.934)** | – | – | – | **(280.934)** |
| Transferências | **33.947** | – | – | **(33.947)** | – |
| **Custo em 31/12/2025** | **278.095** | **11.617** | **(5.508)** | **10.342** | **294.546** |
| **Amortização em 31/12/2023** | **(340.648)** | **(11.617)** | **5.508** | – | **(346.757)** |
| Adições | (48.949) | – | – | – | (48.949) |
| **Amortização em 31/12/2024** | **(389.597)** | **(11.617)** | **5.508** | – | **(395.706)** |
| Adições | **(49.801)** | – | – | – | **(49.801)** |
| Baixas | **280.935** | – | – | – | **280.935** |
| **Amortização em 31/12/2025** | **(158.463)** | **(11.617)** | **5.508** | – | **(164.572)** |
| **Intangível, líquido** | **119.632** | – | – | **10.342** | **129.974** |

| Consolidado | Licenças de outorga | Direito de uso de *software* | Direito de uso de circuitos | Ajuste ao valor de realização | Outros ativos intangíveis | Intangível em andamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo em 31/12/2024** | – | – | – | – | – | – | – |
| Saldo inicial controladora | – | **525.082** | **11.617** | **(5.508)** | – | **2.295** | **533.486** |
| Operação societária (Nota 1) | **470** | **5.957** | – | – | **7.211** | – | **13.638** |
| Adições | – | – | – | – | – | **42.303** | **42.303** |
| Baixas | – | **(280.934)** | – | – | – | – | **(280.934)** |
| Transferências | **308** | **33.948** | – | – | – | **(34.256)** | – |
| **Custo em 31/12/2025** | **778** | **284.053** | **11.617** | **(5.508)** | **7.211** | **10.342** | **308.493** |
| **Amortização em 31/12/2024** | – | – | – | – | – | – | – |
| Saldo inicial controladora | – | **(389.597)** | **(11.617)** | **5.508** | – | – | **(395.706)** |
| Operação societária (Nota 1) | **(470)** | **(5.720)** | – | – | **(7.211)** | – | **(13.401)** |
| Adições | **(2)** | **(50.037)** | – | – | – | – | **(50.039)** |
| Baixas | – | **280.933** | – | – | – | – | **280.933** |
| **Amortização em 31/12/2025** | **(472)** | **(164.421)** | **(11.617)** | **5.508** | **(7.211)** | – | **(178.213)** |
| **Intangível, líquido** | **306** | **119.632** | – | – | – | **10.342** | **130.280** |

**10. FORNECEDORES**

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Moeda nacional | **200.994** | 154.510 | **231.574** |
| Moeda estrangeira | **832** | 1.232 | **1.172** |
| Total | **201.826** | 155.742 | **232.746** |

**11. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS**

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| PIS/COFINS/IRPJ/CSLL | **23.439** | 10.415 | **25.817** |
| ISS | **4.880** | 4.262 | **4.904** |
| FUST/FUNTTEL/FISTEL | **130** | 136 | **406** |
| CIDE | **68** | 143 | **305** |
| Outros | **350** | 265 | **2.577** |
| **Total** | **28.867** | 15.221 | **34.009** |

**12. PROVISÕES**

| Natureza | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Contingências | | | |
| Tributárias | **43.974** | 24.859 | **455.935** |
| Cíveis, regulatórias e consumidor | – | – | **62.595** |
| Trabalhistas | **802** | 793 | **14.568** |
| | **44.776** | 25.652 | **533.098** |
| Participação de empregados no resultado | **5.141** | 4.850 | **6.118** |
| Provisão para desmantelamento de ativos | **682** | 565 | **682** |
| **Total de provisões** | **50.599** | 31.067 | **539.898** |
| Circulante | **5.141** | 4.850 | **7.410** |
| Não circulante | **45.458** | 26.217 | **532.488** |

**12.1. Contingências**

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

| Controladora | Tributárias | Trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **18.622** | **16** | **18.638** |
| Adições (reversões), líquidas | 6.449 | 684 | 7.133 |
| Baixas por pagamentos | (6) | – | (6) |
| Atualização monetária | (206) | 93 | (113) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **24.859** | **793** | **25.652** |
| Adições (reversões), líquidas | **9.272** | **200** | **9.472** |
| Baixas por pagamentos | **(967)** | **(275)** | **(1.242)** |
| Atualização monetária | **10.810** | **84** | **10.894** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **43.974** | **802** | **44.776** |

| Consolidado | Tributárias | Cíveis, regulatórias e consumidor | Trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | – | – | – | – |
| Saldo inicial controladora | **24.859** | – | **793** | **25.652** |
| Operação societária (Nota 1) | **6.877** | **56.517** | **15.141** | **78.535** |
| Adições (reversões), líquidas | **246.493** | **6.509** | **26.175** | **279.177** |
| Baixas por pagamentos | **(1.069)** | **(4.985)** | **(26.462)** | **(32.516)** |
| Atualização monetária | **178.775** | **4.554** | **(1.079)** | **182.250** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **455.935** | **62.595** | **14.568** | **533.098** |

Depósitos e bloqueios judiciais:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Depósitos judiciais | **6.731** | 3.626 | **21.048** |
| Bloqueios judiciais | – | – | **453** |
| Total | **6.731** | 3.626 | **21.501** |

A situação jurídica da Companhia e sua controlada englobam itens de natureza cível, tributária e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e sua controlada, assim as provisões refletem a melhor estimativa de desembolso provável futuro de caixa da Companhia na data-base.

As contingências cujo desfecho é considerado como possível de perda não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 e são apenas divulgadas para fins das demonstrações financeiras.

Segue abaixo a descrição das principais contingências da Companhia e sua controlada.

**12.1.1. *Contingências tributárias***

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

| | | Controladora 2025 | | | Controladora 2024 | | | Consolidado 2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Natureza | Ref. | Provável | Possível | Total | Provável | Possível | Total | Provável | Possível | Total |
| CIDE | a) | – | – | – | – | – | – | **372.413** | – | **372.413** |
| PIS/COFINS | b) | **26.920** | **200** | **27.120** | 15.956 | 4.390 | 20.346 | **66.468** | **308.169** | **374.637** |
| IRPJ/CSLL | c) | – | **903** | **903** | – | 820 | 820 | – | **86.494** | **86.494** |
| FUST/FUNTTEL | d) | **3.006** | **80.730** | **83.736** | – | 77.737 | 77.737 | **3.006** | **238.312** | **241.318** |
| ICMS | e) | – | **955** | **955** | 1.895 | 875 | 2.770 | – | **146.836** | **146.836** |
| Glosas de compensação | f) | **14.048** | **20.762** | **34.810** | 7.008 | 37.756 | 44.764 | **14.048** | **20.762** | **34.810** |
| Outras | g) | – | – | – | – | – | – | – | **4.560** | **4.560** |
| **Total de contingências** | | **43.974** | **103.550** | **147.524** | 24.859 | 121.578 | 146.437 | **455.935** | **805.133** | **1.261.068** |

a) *CIDE*

A controlada Tvsat possui autuações fiscais de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que decorre do suposto recolhimento a menor sobre remessas efetuadas a título de programação internacional. A Administração e seus consultores avaliaram e reclassificaram a probabilidade de perda para provável no montante de R$372.413, o que gerou a provisão integral da contingência. Essa decisão decorre do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), ao julgar o Recurso Extraordinário nº 928.943 (Tema 914) que declarou constitucional a incidência da CIDE sobre remessas ao exterior para pagamento de quaisquer serviços técnicos e administrativos, assim como *royalties* a qualquer título.

b) *PIS/COFINS*

A Companhia e sua controlada possuem autuações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$374.637 (R$20.436 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia), do qual foi provisionado o valor de R$66.468 (R$15.956 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia).

c) IRPJ/CSLL

A Companhia e sua controlada Tvsat possuem contingências referente a IRPJ e CSLL decorrente da exclusão no cálculo do lucro real de incentivos fiscais recebidos (redução da base de cálculo do ICMS para TV paga) na forma de Doações Governamentais e Subsídios para Investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa autuação é de R$86.494 (R$820 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia). A probabilidade de perda foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores e pela Administração.

d) *FUST/FUNTTEL*

A Companhia e sua controlada possuem autuações da ANATEL relativas a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$127.840 (R$53.845 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia), do qual foi provisionado o valor de R$3.006 em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia e sua controlada possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$113.478 (R$23.892 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia). A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores.

e) *ICMS*

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada Tvsat possuem contingências fiscais, principalmente em razão de autuações pelos Estados de destino, lavradas ao longo de 2019, por divergências no critério de repartição da base de cálculo da prestação de serviços de TV por assinatura, diferencial de alíquota de ICMS e Descumprimento de Obrigação Acessória, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos consultores jurídicos e pela Administração no montante de R$146.836 (R$2.770 dos quais foi provisionado R$1.895 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia).

f) *Glosas de compensação*

A Companhia possui contingências decorrentes de glosas de compensações de saldo negativo de IRPJ. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$34.810 (R$44.764 em 31 de dezembro de 2024 na Companha), dos quais foi provisionado o valor de R$14.048 (R$7.008 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia).

g) *Outras contingências tributárias*

A controlada Tvsat possui contingência referente ao não recolhimento do ISS e Condecine. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$4.560, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos consultores jurídicos e pela Administração.

**12.1.2. *Contingências trabalhistas***

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R$20.766, sendo R$14.568 considerado como perda provável e R$6.197 considerado como possível (R$793 como provável e R$2.911 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia). Dentre as contingências, destacamos:

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

**12.1.3. *Contingências cíveis, regulatórias e consumidor***

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

| | | Controladora 2025 | | | Controladora 2024 | | | Consolidado 2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Natureza | Ref. | Provável | Possível | Total | Provável | Possível | Total | Provável | Possível | Total |
| Cíveis | a) | – | **2.702** | **2.702** | – | 1.465 | 1.465 | **60.660** | **125.523** | **186.183** |
| Regulatórias | b) | – | – | – | – | – | – | **643** | **75.665** | **76.308** |
| Consumidor | c) | – | **15** | **15** | – | – | – | **1.292** | **21.593** | **22.885** |
| **Total de contingências** | | – | **2.717** | **2.717** | – | 1.465 | 1.465 | **62.595** | **222.781** | **285.376** |

As provisões foram constituídas, baseadas na opinião dos consultores e pela Administração, e utilizam como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

a) Cíveis

A Companhia e sua controlada possuem contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração e seus consultores, avaliado, em 31 de dezembro de 2025, R$60.660 como perda provável, e R$125.523 como perda possível (R$1.465 em 31 de dezembro de 2024 na Companhia).

b) Regulatórias

Em decorrência do descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$643 como perda provável, e o valor de R$75.665 como perda possível.

c) Consumidor

Para as demandas de consumidor, no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, foi avaliado como perda provável a quantia de R$1.292, e como perda possível o valor de R$21.593.

**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**13.1. Condições gerais**

As transações com partes relacionadas foram praticadas, como regra geral, em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia e sua controlada são patrocinadoras de plano de benefício pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.

Conforme descrito na Nota 4, as aplicações financeiras incluem saldo com a parte relacionada Inbursa no montante de R$5.684 com rendimento de R$832 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a.

Conforme descrito nas Notas 8.b e 14, a Companhia e a controlada possuem valores com parte relacionada referente a contratos de arrendamento no montante de R$1.278 na controladora e R$1.389 no consolidado (R$3.469 na controladora e R$3.469 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) de ativo de direito de uso e R$1.278 na controladora e R$1.389 no consolidado (R$3.469 na controladora em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.

**13.2. Composição e natureza das transações**

| | | Controladora 2025 | | Controladora 2024 | | Controladora 2025 | Controladora 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Natureza da operação | | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Receita (despesa) | Receita (despesa) |
| Claro S.A. (1) | (a) | **4.792.285** | **58.092** | 2.648.493 | 76.589 | **373.310** | 98.000 |
| Tvsat | | **266** | **891** | 334 | 446 | **(2.345)** | (4.270) |
| HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda. | | – | **23.307** | – | 11.118 | **(50.503)** | (41.766) |
| América Móvil Colômbia | | – | **9.715** | – | 2.857 | **(6.857)** | (2.857) |
| Outros | | **663** | **593** | 456 | 1.387 | **16.922** | 11.743 |
| | | **4.793.214** | **92.598** | 2.649.283 | 92.397 | **330.527** | 60.850 |
| Circulante | | **189.191** | **77.424** | 299.374 | 68.790 | | |
| Não circulante | | **4.604.023** | **15.174** | 2.349.909 | 23.607 | | |

1) Inclui serviços de valor adicionado prestados e locação de imóveis.

| | | Consolidado 2025 | | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|---|
| Natureza da operação | | Ativo | Passivo | Receita (despesa) |
| Claro S.A. (1) | (a) / (b) | **5.911.274** | **193.940** | **409.582** |
| Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("TST") | (a) | **10.849** | – | **809** |
| Claro NXT | (a) | **346.119** | **171.313** | **26.949** |
| Tvsat | | – | – | – |
| HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda. | | – | **23.401** | **(26.262)** |
| América Móvil Colômbia | | **6.180** | **9.715** | **9.096** |
| Outros | | **25.377** | **2.422** | **49.854** |
| | | **6.299.799** | **400.791** | **470.028** |
| Circulante | | **225.115** | **366.147** | |
| Não circulante | | **6.074.684** | **34.644** | |

1) Inclui serviços de valor adicionado prestados e locação de imóveis.

a) As informações a seguir, referem-se a nota comercial. As principais informações deste instrumento contratual são:

| Empresa | Parte Relacionada | Taxas efetivas a.a. | Vencimento (1) | 2023 | Concedido | Provisão de juros | 2024 | Concedido | Provisão de juros | 2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Claro | TdB (1) | 1,10% | 14/06/2029 | – | 2.208.000 | 141.909 | **2.349.909** | – | **440.081** | **2.789.990** |
| Claro | TdB (2) | 0,85% | 15/07/2030 | – | – | – | – | **1.750.000** | **64.033** | **1.814.033** |
| | | | | – | 2.208.000 | 141.909 | **2.349.909** | **1.750.000** | **504.114** | **4.604.023** |

1) Em 14 de junho de 2024, a Claro emitiu a 2ª nota comercial no valor de R$2.208.000 subscrita pela Companhia, remuneradas a CDI + 1,10%, juros a serem recebidos no final junto com o principal em 14 de junho de 2029. A nota comercial não tem garantia. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é de R$507.806 (R$141.909 em 31 de dezembro de 2024).

2) Em 30 de junho de 2025, a Claro emitiu a 3ª nota comercial no valor de R$1.912.000. Em 07 de outubro de 2025, a Companhia subscreveu 1.750.000 notas comerciais, remuneradas a CDI + 0,85%, juros a serem recebidos no final junto com o principal em 15 de julho de 2030. A nota comercial não tem garantia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$1.888.217 (R$1.750.000 de principal e R$64.033 de juros).

b) As informações a seguir, referem-se a mútuos ativos. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

| Parte Relacionada | Taxas efetivas a.a. | Vencimento (1) | 2024 | Operação societária (Nota 1) | Concedido | Provisão de juros | 2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TST | 1,37% | 10/10/2027 | – | **1.624** | – | **119** | **1.743** |
| TST | 1,50% | 24/04/2028 | – | **5.400** | – | **446** | **5.846** |
| TST | 1,20% | 14/02/2027 | – | **3.016** | – | **244** | **3.260** |
| Claro | 2,00% | 07/07/2028 | – | **523.467** | – | **44.657** | **568.124** |
| Claro | 1,20% | 21/02/2027 | – | **505.500** | – | **40.900** | **546.400** |
| Claro NXT | 0,55% | 06/11/2028 | – | **320.504** | – | **24.783** | **345.287** |
| Claro Pay | 0,40% | 19/01/2026 | – | – | **13.244** | **871** | **14.115** |
| | | | – | **1.359.511** | **13.244** | **112.020** | **1.484.775** |

**14. Passivo de arrendamento**

A Companhia e sua controlada possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,47%, (11,87% em 31 de dezembro de 2024) com prazo médio de vencimento de oito anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **12.810** | – |
| Adições, líquidas (1) | 155 | – |
| Encargos financeiros | 1.160 | – |
| Pagamentos | (4.771) | – |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **9.354** | – |
| Saldo inicial controladora | – | **9.354** |
| Operação societária (Nota 1) | – | **570** |
| Adições, líquidas (1) | **152** | **125** |
| Encargos financeiros | **983** | **1.102** |
| Pagamentos | **(4.671)** | **(5.140)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025 (2)** | **5.818** | **6.011** |
| Circulante | **3.075** | **3.223** |
| Não circulante | **2.743** | **2.788** |

1) Representa principalmente por adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

2) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$1.278 na controladora e R$1.389 no consolidado (R$3.469 na controladora em 31 de dezembro de 2024)

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2025:

| Vencimento das prestações | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2026 | **3.603** | **3.833** |
| 2027 | **1.746** | **1.786** |
| 2028 | **1.015** | **1.027** |
| 2029 | **232** | **232** |
| 2030 | **214** | **214** |
| Posterior a 2030 | **247** | **247** |
| Valores não descontados | **7.057** | **7.339** |
| Juros embutidos | **(1.239)** | **(1.328)** |
| **Saldo do passivo de arrendamento** | **5.818** | **6.011** |

**15. PASSIVO ATUARIAL**

A Companhia e sua controlada são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, denominado Plano de Contribuição Definida ("PCD"), desde janeiro de 1999.

Os planos requerem que contribuições sejam realizadas à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos"). A Telos, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social**

Em 14 de junho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R$2.207.845 com a emissão de 433.920.963, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela controladora Claro NXT e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 30 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R$718.203, mediante capitalização de Reserva de Lucros da Companhia, sem emissão de novas ações.

Em 01 de julho de 2025, através de AGE, foi aprovado aumento de capital social na Companhia, no montante de R$2.769.789, integralizadas individualmente pela controladora Claro NXT, e desembolsadas mediante a conferência à Companhia da totalidade das ações detidas pela controladora Claro NXT da Tvsat, conforme descrito na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$7.366.545 (R$4.596.756 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 1.447.028.926 ações, sendo 1.367.963.141 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais (838.086.440 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2024) todas nominativas e sem valor nominal.

**Reservas de lucros**

a) Reserva legal

A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu a reserva legal de R$14.194 (R$ 11.625 em 31 de dezembro de 2024).

**Resultados**

a) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$2.697 (R$2.209 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2024 foram constituídos dividendos adicionais propostos no montante de R$218.669. Em 22 de abril de 2025, após a aprovação pela AGE, os valores foram transferidos para o passivo circulante.

b) Dividendos intercalares

Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R$34.503 com pagamento efetivo em 23 de fevereiro de 2024, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023, pagos em 23 de fevereiro de 2024.

c) Destinação do lucro líquido

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **283.877** | 232.503 |
| Constituição de reserva legal | **(14.194)** | (11.625) |
| **Lucro ajustado** | **269.683** | 220.878 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | **(2.697)** | (2.209) |
| Dividendos propostos | **–** | (218.669) |
| Constituição de reserva de lucros | **(266.986)** | – |
| | – | – |

**17. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA**

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Receita bruta de serviços | **1.437.787** | 1.221.662 | **1.747.596** |
| Deduções de vendas: | | | |
| Tributos | **(192.342)** | (166.574) | **(228.018)** |
| Descontos | **(13.207)** | (18.391) | **(17.355)** |
| **Receita operacional, líquida** | **1.232.238** | 1.036.697 | **1.502.223** |

**18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Custos dos serviços prestados | **(1.193.905)** | (988.552) | **(1.361.571)** |
| Despesas comerciais | **(21.366)** | (19.930) | **(39.360)** |
| Despesas gerais e administrativas | **(21.099)** | (21.357) | **(275.123)** |
| Outras receitas operacionais, líquidas | **38.919** | 48.281 | **38.025** |
| | **(1.197.451)** | (981.558) | **(1.638.029)** |
| Remuneração pelo uso de redes/facilidades (1) | **(144.330)** | (195.822) | **(141.657)** |
| Serviços de terceiros | **(848.169)** | (612.347) | **(909.748)** |
| Depreciação e amortização | **(153.087)** | (135.263) | **(231.381)** |
| Mão de obra própria | **(64.154)** | (59.043) | **(72.637)** |
| Locações e aluguéis (2) | **(6.355)** | (4.996) | **(6.356)** |
| Perdas com recebíveis (3) | **(1.972)** | (836) | **(1.894)** |
| Outros | **20.616** | 26.749 | **(274.356)** |
| | **(1.197.451)** | (981.558) | **(1.638.029)** |

(1) Refere-se principalmente a custo de fibras apagadas da Companhia com a Claro.

(2) Inclui remuneração pelo uso da rede dos serviços de valor adicionado para a Claro.

(3) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

**19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO**

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | |
| Juros sobre tributos e outros | **176** | 363 | **8.431** |
| Juros sobre mútuos | **429.930** | – | **616.134** |
| Receitas com operações financeiras | **8.466** | 150.368 | **17.797** |
| Variações cambiais, líquidas | **–** | – | **20** |
| Variações monetárias, líquidas | **–** | 72 | **–** |
| | **438.572** | 150.803 | **642.382** |
| Despesas financeiras | | | |
| Atualização de contingências e depósitos judiciais | **(10.041)** | (136) | **(178.638)** |
| Juros sobre tributos | **(21.293)** | (7.312) | **(32.753)** |
| Arrendamentos | **(983)** | (1.160) | **(1.102)** |
| Despesas com operações financeiras | **(143)** | (23) | **(796)** |
| Variações cambiais, líquidas | **(210)** | (987) | **–** |
| Variações monetárias, líquidas | **–** | – | **(36)** |
| | **(32.670)** | (9.618) | **(213.325)** |
| | **405.902** | 141.185 | **429.057** |

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS**

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Corrente | | | |
| Imposto de renda | **(79.503)** | (33.633) | **(118.975)** |
| Contribuição social | **(28.503)** | (12.414) | **(43.022)** |
| | **(108.006)** | (46.047) | **(161.997)** |
| Diferido | | | |
| Imposto de renda | **(31.155)** | (14.735) | **83.915** |
| Contribuição social | **(11.217)** | (5.305) | **30.257** |
| | **(42.372)** | (20.040) | **114.172** |
| | **(150.378)** | (66.087) | **(47.825)** |

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

| | Controladora 2025 | Controladora 2024 | Consolidado 2025 |
|---|---|---|---|
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | **434.255** | 298.590 | **331.702** |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%) | **(147.647)** | (101.521) | **(112.779)** |
| Ajuste para cálculo do crédito tributário: | | | |
| Tributos diferidos contabilizados no período (1) | **–** | – | **52.840** |
| Equivalência patrimonial | **(2.188)** | 34.770 | **13.073** |
| Outras Adições e Exclusões | **(543)** | 664 | **(959)** |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício | **(150.378)** | (66.087) | **(47.825)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | **(108.006)** | (46.047) | **(161.997)** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | **(42.372)** | (20.040) | **114.172** |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | **(150.378)** | (66.087) | **(47.825)** |
| Taxa efetiva | **-34,6%** | -22,1% | **-14,4%** |

1) A controlada Tvsat registrou tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$52.840.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL DE RISCOS**

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e sua controlada.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo do recebimento do ativo a seguir, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

| | | | Consolidado 2025 | |
|---|---|---|---|---|
| | Classificação | Hierarquia de valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | | **117.118** | **117.118** |
| Contas a receber, líquidas | Custo amortizado | | **273.720** | **273.720** |
| Nota comercial | Custo amortizado | **Nível 2** | **4.604.023** | **4.554.651** |
| Mútuo - partes relacionadas | Custo amortizado | **Nível 2** | **1.484.775** | **1.464.991** |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | | **211.001** | **211.001** |
| | | | **6.690.637** | **6.621.481** |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | | **232.746** | **232.746** |
| Obrigações com partes relacionadas | Custo amortizado | | **400.791** | **400.791** |
| | | | **633.537** | **633.537** |

A Administração da Companhia considera que os saldos contábeis de alguns de seus ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos em razão das características desses ativos e passivos financeiros, bem como do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e sua controlada podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e ma

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

Claro

# TELMEX DO BRASIL S.A.

**CNPJ: 02.667.694/0001-40**

→★ continuação

**DIRETORIA**

**José Antônio Guaraldi Félix**
Diretor

**Roberto Catalão Cardoso**
Diretor

**CONTADOR**

**Ricardo Basso Gaino**
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, aos Administradores e à Diretoria da
**Telmex do Brasil S.A.**
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telmex do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telmex do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

*Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes Ltda.**
CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Alexandre Cassini Decourt**
Contador - CRC nº 1 SP 276957/O-4

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51EB-7AD7-2992-9D9D.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/51EB-7AD7-2992-9D9D ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 51EB-7AD7-2992-9D9D

**Hash do Documento**

69AFF720C608B4728C7F9796F47CDA3EC2B7C5183A5D10A32831B640DD1ADAC0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 26/03/2026 00:04 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

**Evidências**

**Geolocation:** Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212
**IP:** 172.16.4.6
**AC:** AC Certisign RFB G5